



**UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

AMARILDO GOMES DE OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO:
UM ESTUDO ACERCA DO IMPACTO DA VIOLÊNCIA
NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
O CASO DE FEIRA DE SANTANA EM 2008**

Salvador
2009

AMARILDO GOMES DE OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO:
UM ESTUDO ACERCA DO IMPACTO DA VIOLÊNCIA
NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
O CASO DE FEIRA DE SANTANA EM 2008**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador - UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Liliane Ferreira Mariano Silva.

Salvador
2009

Ficha Catalográfica

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador - UNIFACS)

Oliveira, Amarildo Gomes de

Violência e desenvolvimento: um estudo acerca do impacto da violência no desenvolvimento econômico. O caso de Feira de Santana em 2008. / Amarildo Gomes de Oliveira. – Salvador, 2009.

145 p. : il.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Liliane Ferreira Mariano Silva.

1. Violência urbana – Feira de Santana (BA) - Análise e pesquisa. 2. Criminalidade urbana - Feira de Santana (BA) 3. Segurança pública. 4. Desenvolvimento econômico. I. Silva, Liliane Ferreira Mariano, orient. II. Universidade Salvador – Unifacs. III. Título.

CDD: 338.9

TERMO DE APROVAÇÃO

AMARILDO GOMES DE OLIVEIRA
VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO ACERCA DO
IMPACTO DA VIOLÊNCIA DEVIDO HOMICÍDIOS NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
O CASO DE FEIRA DE SANTANA EM 2008

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador - UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

Liliane Ferreira Mariano Silva – Orientadora _____
Doutora em Urbanismo, Universidade de Paris
Universidade de Salvador – UNIFACS

Carlos Alberto Costa Gomes _____
Doutor em Ciências Militares - Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME)
Universidade Salvador – UNIFACS

Eduardo José Fernandes Nunes _____
Doutor em Análise Geográfica Regional - Universidade de Barcelona, U.B., Espanha.
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Salvador,

de

de 2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter permitido a minha existência.

Aos meus pais, Áureo Ferreira e Anadir Gomes, por ter me incentivado e fornecido a base necessária para que eu pudesse alcançar objetivos tão nobres.

A minha esposa, Arlinda Maria Carneiro, e aos meus filhos Amanda Carneiro, Amarildo Júnior e Alana Carneiro, pela compreensão e tolerância no aceite do cancelamento das viagens e eventos que não puderam participar pela dificuldade da minha presença, devido os estudos para consecução desse trabalho.

A minha orientadora, Prof. Dr^a. Liliane Mariano, agradeço enormemente pelas sábias palavras e contribuições ofertadas na construção dessa pesquisa.

Aos ilustres professores Dr. Carlos Alberto Costa Gomes e Dr. Eduardo José Fernandes Nunes, componentes da banca examinadora.

Aos ilustres professores que integram o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS, dos quais obtive integral e digno tratamento, agradeço pelas discussões de assuntos tão relevantes a minha formação moral e acadêmica.

Aos colegas de turma, agradeço pelo respeito, carinho e a enorme cortesia na oferta de colaboração durante a nossa jornada.

Ao corpo de funcionários da UNIFACS, os meus sinceros agradecimento pelo trato fino, dedicado e respeitoso com os alunos da instituição.

A direção do Jornal Tribuna Feirense, na pessoa do redator chefe Sr. Valdomiro Silva, agradeço pelo pronto atendimento e confiança no fornecimento de dados utilizados nesse estudo e a todos que concederam entrevistas que possibilitou a construção de um trabalho honroso e útil aos anseios da sociedade.

RESUMO

Esse estudo teve como objetivo estimar o impacto da violência, em particular dos homicídios, no desempenho de atividades produtivas no município de Feira de Santana, Estado da Bahia, em 2008, onde foi registrado 295 crimes dessa ordem conforme reportagens publicadas no Jornal Tribuna Feirense. Com base nos objetivos pretendidos, optou-se pelo estudo de caso, adotando como instrumentos a pesquisa bibliográfica, documental, levantamentos e a utilização da técnica de contagem. Adotou-se também a técnica de cálculo de anos de vida perdidos ou prejudicados para quantificar os anos de perda produtiva devido homicídios e a perda de anos produtivos dos homicidas, decorrente da atuação em atividade ilícita. Os dados do estudo foram adquiridos junto ao Jornal Tribuna Feirense e correspondem a 87 reportagens de cunho policial publicadas no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2008, e confirmados por autoridade policial. Utilizou-se também da Tábua de Esperança de Vida do IBGE-2007 para tomada de dados referente à expectativa de vida de homens e mulheres no Estado da Bahia. Os levantamentos foram realizados com aplicação de questionários junto a dirigentes empresariais e líderes de entidades de cunho religioso, empresarial, sindical e do poder público municipal. O impacto da violência devido aos homicídios se verifica em todos os setores produtivos pesquisados, variando a dimensão do impacto conforme a área. A perda de anos produtivos das vítimas dos homicídios totalizou 876 anos para mulheres e 12.457,5 anos para homens. A perda de anos produtivos dos homicidas por atuação na atividade criminosa totalizou 9.600 anos. O impacto total estimado de perda devido homicídios é de R\$ 128.077.182 que corresponde a cerca de 2,92% do PIB do município projetado para 2009. Os números apresentados e as consequências descritas pelos entrevistados ao certo não corresponde à totalidade do impacto da violência para a sociedade local. No entanto, mostra a sua dimensão e a necessidade da adoção urgente de políticas reparadoras das condições que potencializa a violência, a exemplo da pobreza, da falta de oportunidade de emprego para os mais jovens e de ações imediatas de combate a impunidade e o tráfico de drogas.

Palavras-chaves: Impacto. Violência. Homicídios. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This study it had as objective estimate the impact of the violence, in particular of the homicides, in the performance of productive activities in 2008 in the city of Feira de Santana, State of the Bahia, where was registered 295 crimes of this order as reports published in the Tribune Feirense. With basis of the intended objectives, opted to the case study, adopting as instruments the bibliographical research, documentary, surveys and the use of the counting technique. It was also used the technique of calculating years of life lost or damaged to quantify the years of lost production due to homicides and loss of productive years of the killers, decurrent of the performance in illicit activity. The data of the study had been acquired next to the Periodical Tribuna Feirense and correspond the 87 news articles of police matrix published in the period of 1 of January the 31 of December of 2008 and confirmed by police authority. It was also used the Tábua de Esperança de Vida of the IBGE-2007 for referring taking of data to the life expectancy of men and women in the State of the Bahia. The survey was conducted with questionnaires along with business leaders and leaders of organizations of religious, beyond syndical matrix and of the municipal public power. The impact of the violence owed homicides if verifies in all the searched productive sectors, varying the dimension of in agreement impact the area. The loss of productive years of the victims of the homicides totalized 876 years for women and 12,457, 5 years for men. The loss of productive years of the homicides for performance in the criminal activity totalized 9,600 years. The total impact estimated of loss due homicides is of R\$ 128.077.182 that it corresponds about 2,92% of the GDP of the projected city for 2009. The presented numbers and the described consequences by the interviewed ones to the certainty do not correspond to the totality of the impact of the violence for the local society. However, it shows to its dimension and the necessity of the urgent adoption of remedial policies of the conditions that potentiates the violence, the example of the poverty, the lack of chance of job for the youngest e of immediate actions of combat impunity and the traffic of drugs.

Keywords: Impact. Violence. Homicide. Development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balanço das guerras que ocorreram ente 1816-1965	31
Tabela 2 - Os avanços da Urbanização no Brasil - Crescimento da população das cidades em milhões de habitantes – 1940-2000	78
Tabela 3 – Evolução da população total de Feira de Santana por situação urbana e rural – 1940-2000	78
Tabela 4 – Estabelecimentos do mercado formal por atividade econômica em Feira de Santana – 2007	82
Tabela 5 – Evolução do PIB a preço de mercado e PIB Per Capita no município de Feira de Santana - 1999-2006	85
Fonte: IBGE (2007).	85
Tabela 6 – Exportações e importações no município de Feira de Santana para outros países 1998-2008	85
Tabela 7 – Receitas orçamentárias da Prefeitura Municipal de Feira de Santana para o exercício – 2009	86
Tabela 8 – Evolução do índice de desenvolvimento humano – Brasil, Bahia e Feira de Santana – 1970-2000	86
Tabela 9 - Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade em Feira de Santana, 1991-2000	87
Tabela 10 - Indicadores de renda, pobreza e desigualdade em Feira de Santana, 1991-2000	87
Tabela 11 - Estabelecimentos de ensino por dependência administrativa em Feira de Santana - 2007	88
Tabela 12 – Matrícula inicial por dependência administrativa em Feira de Santana – 2007	88
Tabela 13 – Instituições de ensino superior presencial em Feira de Santana e quantidade de cursos oferecidos – 2007	89
Tabela 14 – Registros de ocorrências policiais na 1ª COORPIN - Feira de Santana e outros Municípios - janeiro a dezembro de 2007	93
Tabela 15 – Registros de ocorrências policiais na 1ª COORPIN - Feira de Santana e outros Municípios - janeiro a dezembro de 2008	93
Tabela 16 – População e o número de homicídios registrados em Feira de Santana e nos outros 22 Municípios que integram a 1ª COORPIN - janeiro a dezembro de 2008	94
Tabela 17 – Número de delegados, investigadores e escrivãos lotados na 1ª COORPIN, que integra Feira de Santana e outros 22 Municípios - novembro de 2009	95
Tabela 18 – Taxas de homicídios no Município de Feira de Santana entre 2006 e 2009	96
Tabela 19 - Localidades onde ocorreram homicídios, Feira de Santana – 2008 (continua)	97
Tabela 20 – Localidades de Feira de Santana onde ocorreram mais homicídios em 2008 e a população estimada dessas localidades no ano de 2000	98
Tabela 21 - Classificação por sexo das vítimas de homicídios-Feira de Santana, 2008	99

Tabela 22 - Idade dos indivíduos do sexo masculino vítimas de homicídios, Feira de Santana - 2008	99
Tabela 23 - Idade dos indivíduos do sexo feminino vítimas de homicídios, Feira de Santana - 2008	100
Tabela 24 - Formas de execução dos homicídios - sexo feminino, Feira de Santana – 2008	101
Tabela 25 - Formas de execução dos homicídios - sexo masculino, Feira de Santana - 2008	101
Tabela 26 - Anos de vida perdidos devido homicídios, Feira de Santana - 2008	119
Tabela 27 – Impacto monetário para a atividade produtiva, devido o dispêndio de tempo gasto pelos indivíduos no exercício da atividade criminosa - Feira de Santana - 2008	120
Tabela 28 - Perda de anos produtivos dos homicidas, devido atuação no crime, Feira de Santana - 2008	120
Tabela 29 - Impacto da violência devido à perda de anos produtivos das vítimas de homicídios, Feira de Santana – 2008	121
Tabela 30 - Impacto total da violência devido homicídios, pela perda de anos produtivos de vítimas e homicidas - Feira de Santana - 2008 (em mil)	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA	Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAF	Centro de Abastecimento de Feira de Santana
CEPAL	Comissão Econômica Para América Latina e Caribe
CDL	Clube de Dirigentes Lojistas
CIS	Centro Industrial do Subaé
<i>ENCE</i>	<i>Escola Nacional de Ciências Estatísticas</i>
<i>FGV</i>	<i>Fundação Getúlio Vargas</i>
<i>FOB</i>	<i>Free on Board</i> (livre a bordo)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sob Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Economia e Aplicada
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
MTe	Ministério do Trabalho e Emprego
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PMFS	Prefeitura Municipal de Feira de Santana

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relações Anuais de Informações Sociais
RITLA	Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SP	São Paulo
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 METODOLOGIA	21
2.1 LEVANTAMENTO DIRETO ATRAVÉS DE ENTREVISTAS	21
2.2 O CÁLCULO DAS MORTES PREMATURAS	22
2.3 FONTES DE DADOS	24
3 ABORDAGEM TEÓRICA	26
3.1 VIOLÊNCIA	26
3.1.1 Definições de violência	27
3.1.2 História da violência	30
3.1.3 Tipos de violência	31
3.1.3.1 A violência das guerras	31
3.1.3.2 A violência política	32
3.1.3.3 A violência da vida	33
3.1.3.4 A violência urbana	33
3.2 AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA	35
3.3 CATALISADORES DA VIOLÊNCIA	37
3.3.1 O ambiente social	37
3.3.2 “A construção do ódio”	38
3.3.3 “Os inúteis para o mundo”	39
3.3.4 O ambiente supersaturado	40
3.3.5 Condições de pobreza	42
3.3.6 O Estado opressor	44
3.3.7 Os meios de comunicação de massa	47
3.4 IMPACTO ECONÔMICO DA CRIMINALIDADE	48
3.4.1 Métodos de estimação dos custos da criminalidade	51
3.5 DESENVOLVIMENTO	52
3.5.1 Desenvolvimento econômico e crescimento econômico	52
3.5.2 História e teorias sobre o desenvolvimento	53
3.5.3 A chegada do Estado	55
3.5.4 O desenvolvimento sob o olhar da igreja	56
3.5.5 O desenvolvimento após a Idade Média	56
3.5.6 A visão etnocêntrica do desenvolvimento	60
3.5.7 O desenvolvimento e a sociedade dual	62
3.5.8 O desenvolvimento para a Cepal	63
3.5.9 Desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento	65
3.5.10 Desenvolvimento Humano	66
4 VIOLÊNCIA X DESENVOLVIMENTO	68
4.1 PROPRIEDADE PRIVADA E A CIDADE	68
4.2 O LUCRO E O ESTADO GUARDIÃO	69
4.3 CENTRO E PERIFERIA	72

4.4 SOCIEDADE DE CONSUMO	73
5 FEIRA DE SANTANA E SUAS CARACTERÍSTICAS	76
5.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	76
5.1.1 Processo de urbanização	77
5.2 ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO	79
5.2.1 Aspectos físicos e espaciais	79
5.2.2 Divisões geo-econômicas	81
5.2.3 Aspectos econômicos	81
5.2.4 Setor agropecuário	82
5.2.5 Setor agrícola	82
5.2.6 Setor industrial	83
5.2.7 Setor comercial	83
5.2.8 Setor de serviços	84
5.2.9 Agregados macroeconômicos	84
5.2.9.1 Produto Interno Bruto (PIB)	84
5.2.9.2 Exportações e importações	85
5.2.9.3 Orçamento municipal	86
5.3 ASPECTOS SOCIAIS E POLÍTICOS	86
5.3.1 Indicadores de renda	87
5.3.2 Educação e Cultura	88
5.3.3 Espaços de cultura e lazer	89
5.3.4 Eventos	90
5.3.5 Setor de saúde	90
5.3.6 Estrutura administrativa e política	90
6 CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM FEIRA DE SANTANA	92
6.1 TAXAS DE HOMICÍDIOS EM FEIRA DE SANTANA ENTRE 2006 E 2009	95
6.1.1 O lugar dos homicídios em Feira de Santana	96
6.1.2 Perfil das vítimas e forma de execução dos homicídios	99
7 IMPACTO CAUSADO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DEVIDO A VIOLÊNCIA	102
7.1 SETOR COMERCIAL	102
7.2 SETOR INDUSTRIAL	104
7.3 SETOR DE SERVIÇOS	106
7.3.1 Transporte – ônibus coletivo e taxis	106
7.3.2 Educação	109
7.3.3 Alimentação e hospedagem	110
7.3.4 Turismo e lazer	111
7.3.5 Imobiliário	112
7.3.6 Administração patrimonial	112
7.3.7 Segurança patrimonial	113
7.4 IMPACTO NA ATIVIDADE RELIGIOSA	115
7.5 IMPACTO NOS GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS	116

7.6 IMPACTO COM A PERDA DE ANOS PRODUTIVOS DEVIDO HOMICÍDIOS	118
7.7 IMPACTO DEVIDO A PERDA DE ANOS PRODUTIVOS DOS HOMICÍDAS POR ATUAÇÃO NA ATIVIDADE CRIMINOSA	119
7.7.1 Impacto total dos homicídios e do exercício dos homicidas na atividade criminosa	120
8 CONCLUSÃO	122
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICE A - Questionários de pesquisa para dissertação	137
APÊNDICE B - Cálculo do impacto com a perda de anos produtivos devido homicídios - vítimas do sexo feminino	142
APÊNDICE C - Cálculo do impacto com a perda de anos produtivos devido homicídios - vítimas do sexo masculino	143
APÊNDICE D - Cálculo do impacto monetário total da violência devido o dispêndio de tempo gasto pelos indivíduos no exercício da atividade criminosa	144
APÊNDICE E - Cálculo do impacto total da violência devido a perda de anos produtivos das vítimas de homicídios	145

1 INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido, recentemente, acerca da violência. E é inegável o efeito danoso que a criminalidade¹ impõe à sociedade. Seja por afetar diretamente o bem-estar dos indivíduos, a partir da redução da qualidade de vida, da perda precoce de vidas humanas, ou ainda pela perturbação à eficiência econômica, o que ao certo prejudica o processo de desenvolvimento.

Nos últimos 20 anos, a violência no Brasil tem alcançado números alarmantes, as mortes por homicídios são superiores às registradas em muitas guerras. Os grandes centros urbanos tornaram-se palcos de tragédias diárias, e os protagonistas, em grande parcela, nem mesmo completaram a maior idade.

Ao fazer uma análise da sociedade, talvez seja difícil escolher um motivo específico que justifique tamanha barbárie. Inúmeros são os estudos que apresentam explicações para o aumento e certo descontrole do fenômeno violência: drogas; desemprego; pobreza; forma capitalista de produção; descuido dos pais com a criação dos filhos; falta e/ou pouca eficiência das políticas públicas dirigidas à prevenção e combate a violência; elevado grau de urbanização das cidades produzindo ambientes saturados e sem infraestrutura adequada ao bem estar coletivo; imperfeições no sistema educacional; falta de oportunidade para os mais jovens no mercado de trabalho; enfim, uma gama de motivos possuidores de justificativas plausíveis e verificáveis.

Buscando as razões para a evolução nos índices de violência, e analisando o perfil dos atores com envolvimento direto com a questão, é factível afirmar que o aumento da violência, especialmente dos homicídios, é potencializado pelas condições de pobreza, mas, essa por si só, não explica todo o contexto que incrementa esse fenômeno, haja vista a existência de cidades com grandes densidades demográficas, situadas em países com elevado grau de pobreza, a exemplo da Índia, onde os índices de violência são menores que os existentes em cidades com densidade populacional equivalentes, no entanto situadas em países ricos, a exemplo da cidade de Chicago nos Estados Unidos.

Gomes (2009) afirma que a maioria da população que habita áreas pobres, e sobrevivem com muito pouco, não cometem crimes, apesar de expostos as mesmas oportunidades daqueles que cometem.

¹ Criminalidade, aqui entendida como violação às normas legalmente estabelecidas.

Outro destaque é o Estado Alemão, considerado referência mundial do estado do bem estar social, elevado grau de eficiência da sua polícia, contudo, vem sofrendo aumento nos índices de violência (MEDEIROS *apud* CARVALHO, 2008).

Sem dúvida, os avanços científicos e tecnológicos ocorridos nas últimas décadas elevou grupos humanos a um novo patamar de desenvolvimento. Todavia, o aumento da riqueza material não contribui em dimensão equivalente na redução das tensões sociais e econômicas responsáveis por atos de violência, particularmente os homicídios.

Buscando mensurar esse novo patamar de desenvolvimento, desde 1993 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) adota o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para verificar o nível do bem-estar de uma população. Essa medida comparativa engloba três dimensões: riqueza, educação e esperança média de vida. Os números colhidos revelam que os índices de “Desenvolvimento Humano” vem se elevando na maioria dos países e em todos os municípios do Brasil ocorreu elevação nos índices nos anos pesquisados (PNUD, 2009).

Os avanços se propagam no sistema produtivo, na construção do saber, no ambiente social no campo e nas cidades. Devido ao uso de transgênicos e de novas técnicas produtivas, a produção de alimentos se multiplica sem crescimento equivalente da área plantada. As viagens se encurtam com a utilização do avião, trens de alta performance e automóveis monitorados por satélites.

O ambiente doméstico fora modificado radicalmente, com a utilização de fornos microondas, freezers, lavadoras automáticas de roupas e louças, grandes e aperfeiçoadas TVs, computadores portáteis, telefones e outros equipamentos que facilitam os afazeres domésticos proporcionando sobra de tempo para distração e lazer.

A disseminação do conhecimento através das universidades, faculdades e escolas técnicas foram ampliadas em todas as áreas, no setor público e também no privado. Ao longo das últimas cinco décadas muitas leis e normas foram instituídas para ampliar e garantir direitos e igualdade de oportunidade aos indivíduos em geral e às minorias em especial.

A medicina avançou extraordinariamente, hoje se vive mais e melhor. As vacinas evitam a morte prematura de milhões de crianças. O mapa do corpo humano foi totalmente desvendado e muitas doenças são previstas antes mesmo de acometer pessoas.

Os organismos internacionais criaram redes de proteção coletiva para evitar abusos com os seres humanos, com a natureza e com a proliferação de armas de destruição em massa. As guerras ocorrem em menor número e são logo interrompidas devido à interferência de governos e da opinião pública mundial instrumentalizada pelos meios de comunicação.

Nesse cenário, que muitos definem como moderno, desenvolvido, as mortes prematuras por causas violentas compõem um quadro dramático e inaceitável para as famílias das vítimas e para a sociedade e, conseqüentemente, é uma temática de primeira grandeza. Estudar a violência como forma de buscar alternativas eficazes de combate ao crime e aos seus efeitos nocivos, contribui para melhorar o bem-estar coletivo e possibilita a oferta de subsídios que possam agregar e orientar novas políticas públicas direcionadas à área.

Mediante ao exposto, o presente trabalho busca identificar, mensurar e analisar o impacto no desenvolvimento econômico decorrente da violência. Essa por sua vez, tipificada como a violência da delinquência, conceituada por Minayo (1994, p. 8) “como aquela que se revela nas ações fora da lei socialmente reconhecida”. Contempla-se também, a definição da violência descrita por Chesnais (*apud* MINAYO, 2006, p.14) que ao distinguir no imaginário social três definições de violência, nomina como “violência física” aquela “que atinge diretamente a integridade corporal e que pode ser traduzida nos homicídios, agressões, violações, torturas e roubos a mão armada.”

Assim posto, o homicídio é uma “violência física” é um ato de delinquência, é uma ação fora da lei, e o estudo focará objetivamente parte do impacto que a violência devido homicídios provoca no desempenho de atividades produtivas, elemento integrante do desenvolvimento econômico.

Vale ressaltar, que ao definir como análise de parte do impacto, assumimos como difícilíssimo a mensuração real das conseqüências advindas dos homicídios para a sociedade.

O trabalho toma como ambiente de estudo o Município de Feira de Santana, Bahia, onde no ano de 2008 a estatística da violência bateu recorde histórico no item homicídios. De acordo com reportagens publicadas no Jornal Tribuna Feirense², de janeiro a dezembro de 2008 foram assassinadas no município 295 pessoas, o que representou um aumento de 35% no índice de homicídios com relação ao número registrado no ano de 2007, quando foram verificados 235 assassinatos. Em 2009 conforme reportagem publicada no respectivo jornal no dia 2 de janeiro de 2010, esse número foi ainda maior, 361 homicídios, representando aumento de aproximadamente 22% em relação a 2008 e de quase 54% comparado a 2007. O estudo em questão, no entanto, se reportará apenas ao impacto relativo ao ano de 2008, como se apresenta na Figura 1 que segue.

² Jornal Tribuna Feirense, fundado em 10 de abril de 1999 pelo Jornalista Valdomiro Silva, tem edição diária e é um dos principais jornais de Feira de Santana.



Figura 1 - Variação no número de homicídio em Feira de Santana 2007 – 2008
 Fonte: 1º Coorpin - Coordenação de Polícia do Interior (apud Jornal Tribuna Feirense, 2009).

O município de Feira de Santana, situado no nordeste do Brasil, está localizado entre o sertão e a costa, à aproximadamente 108 quilômetros de distância da cidade do Salvador, capital do Estado da Bahia, possui a segunda maior população do Estado, 591.707 habitantes (IBGE, 2009), atrás apenas da Capital Salvador e constitui eixo rodoviário obrigatório entre o Sul/Sudeste e o Norte/Nordeste.

Em quatro décadas, Feira de Santana teve a sua população multiplicada por três, esse crescimento acelerado trouxe consigo uma série de problemas; favelização, miséria, degradação ambiental, devido à ocupação irregular de áreas de lagoas, desemprego, consequentemente violência, em particular os homicídios, que em nossos dias já alcançou o índice de 60 mortes/ano para cada 100 mil habitantes, número extremamente elevado.

Nesse período o município avança, é implantado o Centro Industrial do Subaé, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), são abertas grandes avenidas, implantados inúmeros conjuntos habitacionais e novos bairros, estádio de futebol, aeroporto, clubes recreativos, escolas técnicas, hospitais, bancos, concessionárias de veículos. Mais adiante chega às emissoras de rádio FM, a TV Subaé, os grandes condomínios de casas e apartamentos, os edifícios comerciais, clínicas médicas avançadas, faculdades e novas escolas particulares, o Shopping Iguatemi agora nominado Boulevard, e mais recentemente grandes hipermercados, lojas de departamento, o parque da cidade, o planetário, os viadutos e outros equipamentos importantes para o crescimento do município.

Os aspectos econômicos, sociais e a privilegiada localização como revelados fazem de Feira de Santana pólo de atração de pessoas e de capital, exercendo poder político e

violência e desenvolvimento; a quinta apresenta as características do Município de Feira de Santana; a sexta refere-se à caracterização da violência no respectivo município; a sétima apresenta o impacto negativo causado às atividades econômicas devido homicídios; o impacto da violência na atividade religiosa e nos gastos públicos; o impacto com a perda de anos produtivos devido as mortes prematuras; o impacto devido a perda de anos produtivos dos homicidas por atuação na atividade criminosa; a oitava e ultima seção cabe a conclusão.

2 METODOLOGIA

Para se alcançar as informações utilizou-se como metodologia o estudo de caso, adotando como instrumentos a pesquisa exploratória, bibliográfica, documental e levantamentos.

Os levantamentos diretos foram realizados através de quatorze entrevistas com dirigentes empresariais e representantes de entidades que agregam setores produtivos e outros de interesse público.

Visando atender aos objetivos já descritos na introdução recorreu-se a procedimentos histórico, estatístico-comparativo e a técnica de contagem para estimar monetariamente a perda de anos produtivos decorrente das mortes prematuras devido homicídios e a perda de anos produtivos dos homicidas pela atuação na atividade criminosa, em detrimento as atividades lícitas.

Na técnica de contagem os custos são especificados previamente e o resultado global é a agregação dos mesmos. A utilização desse método é vantajosa por esse só requerer informações parciais. Assim, caso exista informações sobre determinados aspectos e não sobre outros, serão somados apenas os custos provenientes dos aspectos que contém informações (TEXEIRA; SERRA, 2005).

Como às matérias jornalísticas pesquisadas não forneceram informações relativo a determinados aspectos, a exemplo de renda, ocupação e outros necessários a implementação de enfoque global³, justifica-se a adoção da técnica de contagem, o qual apresenta um enfoque parcial⁴ dos aspectos estudados.

2.1 LEVANTAMENTO DIRETO ATRAVÉS DE ENTREVISTAS

A escolha dos entrevistados foi definida tendo em vista a amplitude das atividades que os mesmos representam e a importância dessas atividades para o ambiente econômico e social do município. Foram entrevistados dirigentes da Associação Comercial de Feira de Santana, Clube de Dirigentes Lojistas (CDL), Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS), Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Feira de Santana (Sincol),

³ O enfoque global tem como objetivo estimar a totalidade dos custos da violência.

⁴ O enfoque parcial estima parte dos custos, tendo em vista os aspectos existentes.

Sindicado dos Condutores Autônomos de Veículos (Sincaver), que agrega a categoria de taxistas, Sindicato dos Proprietários de Bares, Restaurantes, Hotéis, Pousadas e similares, de curso preparatório para concursos públicos e vestibulares, faculdade e escola particular, de imobiliária, agência de viagens, empresa de segurança patrimonial e de administração patrimonial. De setores não produtivos economicamente, foram incluídos um representante da igreja católica e um representante do setor público municipal.

Para cada pesquisado foi adotado um questionário contendo de cinco a sete questões, onde duas eram idênticas para todos os pesquisados e as demais questões relativas à atividade de atuação do entrevistado.

2.2 O CÁLCULO DAS MORTES PREMATURAS

Estimar o valor que representa uma vida é tarefa difícil pela dimensão da importância que cada indivíduo possui no meio social em que vive. Mesmo sendo uma conta que possui várias condicionantes e certo nível de análise devido às possibilidades de ascensão profissional e econômica que teria um indivíduo no decurso da sua vida, é possível a mensuração do impacto que representa para a sociedade a perda de vidas de forma prematura e, nesse caso devido a homicídios.

A utilização da técnica de contagem é vantajosa por só requerer informações parciais. Assim, caso exista informações sobre determinados aspectos e não sobre outros, serão somados apenas números provenientes dos aspectos que contém informações. As desvantagens no uso dessa técnica estão na arbitrariedade das categorias e o risco da inclusão de um mesmo dado em duas categorias distintas, gerando uma dupla adição (TEXEIRA; SERRA, 2005).

No estudo foram desprezados os custos monetários governamentais destinados no combate ao crime; custos monetários com a perda de bem-estar e as despesas relacionadas; e os custos não monetários relacionados a mudanças no comportamento dos indivíduos devido ao crime, categorias que também são utilizadas nesse tipo de pesquisa, quando se deseja dar um enfoque mais global do impacto da violência em particular dos homicídios.

Foi privilegiado no estudo o enfoque parcial do impacto devido homicídios, com ênfase na idade e sexo das vítimas. Haja vista, não existir na quase totalidade das reportagens pertinentes ao estudo, outros dados referentes aos vitimados (grau de escolaridade, ocupação etc.) que possibilitasse a estimativa do impacto inferindo tais aspectos.

A partir da técnica empregada, obteve-se uma estimativa monetária do impacto médio e total de perda devido os homicídios em 2008. Como também, o impacto devido à perda de anos produtivos decorrente do desvio exercido pelos indivíduos, nesse caso, os homicidas, ao optarem pela atuação em atividade criminosa em detrimento as atividades lícitas. Fixou-se uma idade média de 25 anos para os homicidas, tomando como base a população carcerária de importantes centros do país a exemplo de São Paulo onde 54,5% dos presos estão entre 20 e 29 anos e Rio de Janeiro com 52,69% nessa mesma faixa etária, conforme estudo da FGV (2006). Assim, 25 anos assume certa coerência, tendo em vista que a criminalidade no Brasil possui características análogas em todas as regiões. Também foi estabelecido 25 anos como tempo médio de exercício na atividade criminosa, devido a carência de estudos tratando desse aspecto. De forma estimada considerou-se a existência de um número de assassinos 30% superior ao número de vítimas, haja vista, parte significativa dos homicídios terem sido praticados por mais de um indivíduo. Dos 295 crimes de morte, 108 foram praticados por motoqueiros, onde o carona ficava responsável pelos disparos de arma de fogo contra as vítimas. As mortes praticadas dessa forma representaram 36,6% do total de homicídios (MAIS..., 2009, p. 7).

Se 108 homicídios foram praticados por dois elementos, temos 216 assassinos, por outro lado, o percentual arbitrado de 30% como fator de acréscimo ao número de criminosos não foi maior devido à possibilidade de que certo número de mortes tenha como executores os mesmos indivíduos, por considerar a possibilidade da existência de um mercado de compra de vidas, tendo como executores um grupo específico, ligados principalmente ao “mundo das drogas” que utilizam motocicletas para cometer crimes.

Para mensuração do impacto devido à perda de anos produtivos dos indivíduos assassinados, tomou-se como parâmetro que os mesmos viveriam o tempo correspondente a esperança de vida⁵ classificada pelo IBGE para o Estado da Bahia no ano de 2007 em 68,8 anos para homens e 75,4 anos para mulheres.

Outro parâmetro adotado no cálculo refere-se à renda proveniente de salários e outras fontes lícitas que as pessoas assassinadas poderiam auferir durante o tempo de vida estimado. Nesse caso tomou-se como referência o valor do salário mínimo nacional para o ano 2009 de R\$ 465,00 (excluído a gratificação natalina), como remuneração mensal, devido não ter encontrado estudos na área que apresentasse alguma quantia específica.

⁵ Esperança de Vida ao Nascer. Número de anos de vida que uma pessoa nascida hoje esperaria viver, se todas as taxas de mortalidade por idade se mantivessem idênticas ao que são hoje (IBGE).

Foi desprezada a variação de renda no tempo, a considerar, que algumas vítimas conquistariam elevação salarial durante o percurso da vida produtiva, outras, no entanto, permaneceriam desempregadas por certo período, ou conquistariam trabalhos em atividades informais recebendo salários inferiores ao mínimo.

O valor estimado de perda se aplica ao total de anos correspondentes a expectativa de vida, devido ao fato de que mesmo após o tempo relativo à vida economicamente ativa, os indivíduos passam a receber o benefício previdenciário equivalente a pelo menos um salário mínimo mensal.

Outro ponto que justifica a adoção de apenas um salário mínimo como referência de conta, diz respeito ao perfil da maioria das vítimas assassinadas: jovens, pobres e sem ocupação definida e/ou informada.

Parcela do grupo que veio a óbito, poderia morrer de causas naturais antes de completar a idade limite da expectativa de vida, o que reduziria o custo estimado de perda atribuído aos homicídios nesse estudo. No entanto, parte significativa desse grupo, se vivo estivesse, constituiria família e sua prole representaria, nesse caso, fator de elevação da perda pela não inclusão desse novo grupo no sistema produtivo, assim posto, a perda devido às mortes naturais compensaria a perda da prole impedida de nascer.

A variação de renda entre homens e mulheres, comumente encontrada no mercado de trabalho, o grau de escolaridade, a ocupação e o estado civil das vítimas, também foram excluídos do estudo devido à carência de informações nas reportagens relativas a esses aspectos

Adotou-se 16 anos como marco inicial para ingresso no mercado formal de trabalho, devido a CLT no seu Art. 403 definir como proibido o trabalho de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz. No entanto, não se exclui a gravidade que representa para a sociedade o assassinato de jovens com apenas 12 anos, como aqui se constata.

2.3 FONTES DE DADOS

No estudo foi utilizada a base de registros estatísticos de homicídios divulgados através do Jornal Tribuna Feirense, periódico com edição diária, que possui credibilidade reconhecida na cidade desde a sua fundação em 1999. Os dados foram extraídos de oitenta e sete reportagens publicadas no período de janeiro a dezembro de 2008, onde são descritos os homicídios que vitimaram 295 pessoas no decorrer do respectivo ano.

As matérias jornalísticas forneceram os elementos necessários para montagem de tabelas utilizadas para análise de questões relevantes ao estudo, tais como: idade das vítimas, sexo, local onde ocorreram os homicídios, tipos de armas utilizadas na execução dos crimes, dentre outros.

Foi utilizado também informações da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA), através do portal do referido governo e dados repassados pela 1ª Coordenação de Polícia do Interior (Coorpin) com sede em Feira de Santana, os quais confirmam os números divulgados pelo Jornal Tribuna Feirense.

Utilizou-se também a Tábua de Sobrevivência (IBGE, 2007), da qual foi extraída a expectativa de vida para homens e mulheres no Estado da Bahia, em 2007. Esse dado permitiu extrair os anos de vida que restaria a cada indivíduo morto prematuramente.

Mapeou-se os espaços urbanos e as áreas onde os crimes ocorreram, como forma de relacionar o espaço de moradia e as condições de vida a proeminência de ações criminosas.

3 ABORDAGEM TEÓRICA

3.1 VIOLÊNCIA

Na atualidade, nenhuma coletividade escapa ao desejo de elucidar a verdade sobre o crescimento progressivo dos atos de violência, desejo esse que vemos transforma-se em inquietação e angustia. A simples satisfação desse desejo público de obter uma adequada informação sobre o recrudescimento ou diminuição da violência e sua verdadeira amplitude justifica plenamente o seu estudo. (CANESTRI *apud* PEREIRA, 1975, p. 21).⁶

Etimologicamente “violência” vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravo, força. O verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir. Tais termos se referem a *vis*, que significa virilidade, vigor, mais precisamente a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força e, portanto a potência, o valor, a força vital.

Todos os termos relacionados à palavra violência passa a idéia de força, de uma potência natural cujo exercício contra alguma coisa ou contra alguém torna o caráter violento. Tal força, virtude de uma coisa ou de um ser, é o que é sem consideração de valor. Ela se torna violência quando passa da medida ou perturba uma ordem.

A idéia de força constitui o seu núcleo central e contribui para fazê-la designar prioritariamente uma gama de comportamento e de ações físicas. A violência é, antes de tudo, uma questão de agressões e de maus-tratos. E nesse sentido, evidentemente: ela deixa marcas (MICHAUD, 1989).

No campo do direito a amplitude do termo “violência” é mais restrito. Em direito penal, os atentados à pessoa humana não são chamados violências. O homicídio voluntário constitui um caso a parte.

Para os juristas, afirma Michaud (1989, p. 9), violência “são atos através dos quais se exprimem a agressividade e a brutalidade do homem, dirigidas contra seus semelhantes e causando-lhes lesões ou traumatismos mais ou menos graves”.

A noção de violência, agressões e ferimentos é substituída pela noção de violência e vias de fato, mais imaterial. As violências e vias de fato caracterizam gestos menos graves que as agressões, que, no entanto, constituem danos ao corpo da vítima. Jogar alguém no chão,

⁶ Francisco Canestri, professor venezuelano, é catedrático de Direito Penal e de criminologia e secretário da Comissão Científica da Sociedade Internacional de Criminologia.

cuspir nele, arrancar-lhe os cabelos constituem violências e vias de fato. O mesmo ocorre com as ameaças ou o dano brutal aos bens, que conduzem a perturbações psicológicas.

A violência verbal é a expressão que designa o fenômeno de comportamento deliberadamente transgressor e agressivo, apresentado pelo conjunto dos cidadãos ou por parte deles, nos limites do espaço interpessoal. Geralmente se manifesta quando uma pessoa ataca outra violentamente com palavras de baixo calão ou palavras injuriosas.

Conforme Michaud (1989) existem leis que permite certas violências em condições definidas: no âmbito do esporte, da cirurgia ou da manutenção da ordem.

3.1.1 Definições de violência

Existe uma diversidade de definições do termo violência, Michaud (1989, p.10) ao citar o sociólogo H. L. Nieburg, afirma que esse descreve a violência como “uma ação direta ou indireta, destinada a limitar, ferir ou destruir as pessoas ou os bens”. Por sua vez, H.D. Graham e T.R. Gurr também citado por Michaud (1989, p.10), afirma:

A violência se define, no sentido estrito, como um comportamento que visa causar ferimentos as pessoas ou prejuízos aos bens. Coletiva ou individualmente, podemos considerar tais atos de violência como bons, maus, ou nem um nem outro, segundo quem começa contra quem.

Michaud (1989, p.11), no entanto, busca definir a violência de maneira a dar conta tanto dos estados quanto dos atos de violência:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Para Ferraz (1994, p.17) o termo genérico “violência” designa todos os atos lesivos aos interesses individuais e sociais, que sejam eles reconhecidos pelo direito, ou não. Citando Plácido da Silva, Ferraz (1994, p.17), assim define a violência: “De uma maneira ampla, a violência pode ser considerada como ato de força, exercida contra as pessoas e as coisas, na intenção de violentá-las, devassá-las ou delas se apossar”. Erich Fromm também citado por Ferraz (1994, p.17) define a violência pelo termo “agressão”: “Se se chamar de agressão todos os atos “nocivos”, ou seja, todos os atos que tenham o efeito de danificar ou de destruir uma coisa sem vida, uma planta, um animal ou um homem”.

Conforme Pereira (1975, p. 26), segundo as várias definições, violência “é o ato contrário à razão, à justiça, ato veemente, resultante do emprego da força para solução de qualquer conflito humano, seja individual, seja coletivo, e, atualmente, está presente em suas variadas formas, em todos os setores da atividade humana e em todas as partes do mundo”.

Friedrich Hacker, citado por Pereira (1975, p. 27), afirma que a “violência é a expressão manifesta, “viva” e principalmente física da agressão”, diferenciando dessa forma, a violência da agressão. Essa última vista como inata ao ser vivo, no entanto, não é condição exclusiva do ser humano, existe na terra mesmo antes do seu aparecimento, e nesse sentido afirma o autor que “o que é exclusivo do ser humano, à vista da sua racionalidade, é a violência, não a agressão, que é própria biologicamente, de todo ser vivente”. Assim, toda violência é agressão, mas nem toda agressão é violência.

Hacker (apud PEREIRA, 1975, p. 27), diz que a violência se confunde facilmente com a agressão, mas que a “violência pretende ser a única forma eficaz de agressão”, visto que todas as formas de agressão podem afinal levar à violência, mas que “a forma manifesta, crua, desenfreada, calculada, consciente, de agressão é que passa a ser violência.”

Krishnsmurti, pensador hindu, também citado por Pereira (1975, p. 27), afirma que a violência não é meramente assassinar. “Há violência – diz ele – no uso de uma palavra áspera, num gesto de desprezo, na imposição da obediência motivada pelo medo”. Diz também que a violência não é apenas a “carnificina organizada, em nome de Deus, da Sociedade, da Pátria. A violência é muito mais sutil e profunda”.

O pensador Arthur Koestler, descrito por Pereira (1975, p.27), assinala no seu livro “*The Ghost in the Machine*” que “sem uma quantidade moderada de individualismo agressivo não poderia haver progresso social ou cultural”. Ressalta nesse sentido, que a originalidade criadora, com efeito – na ciência – ou na arte – possui sempre um lado construtivo e outro destrutivo, isto é “destrutivo para as convenções estabelecidas de técnica, estilo, dogma ou preconceito”.

Niko Tinberg, conforme Pereira (1975, p. 28), ao tratar da agressão, apelida o homem de “assassino sem freios”, afirmando que ao homem faltam os instintos natos inibitivos que impedem os animais de matar os da sua espécie. O animal que devora o outro o faz por força de um imperativo que escapa à opção e assim sendo – afirma Tarcísio Meireles Padilha “não se configura um ato de violência. É um ato agressivo natural, a cuja império o animal não pode furtar-se”.

Para Santos e Gomes (2008, p.105) o conceito de violência varia conforme a sociedade, não existe um conceito único e que nos países ocidentais é comum conceituar a

violência tendo em vista a perda dos direitos e/ ou quando o cidadão tem sua integridade física ameaçada. Destaca também que “a violência pode tanto ser um mecanismo de defesa, quanto pode ser intencional”.

Os referidos autores descrevem o pensamento da filósofa Marilena Chauí para a qual a violência é:

1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, servícia e abuso físico e /ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror. (SANTOS; GOMES, 2008, p. 106).

Para Minayo (1994) retratado por Santos e Gomes (2008), as inúmeras formas de violência se enquadram em três categorias: a estrutural, a da resistência e a da delinquência, sendo essa última a que tratamos nesse trabalho.

Assim é descrita tais categorias:

A primeira corresponderia a expressão da desigualdade social construída historicamente, onde as pessoas são impedidas de ter acesso a seus direitos sociais básicos e fundamentais. A segunda refere-se à construção de uma cultura de dominação e de inferioridade do diferente, fundamentados em preconceitos de classe e raça, a partir de representações simbólicas da realidade social. Por fim a da delinquência produto da reação ou não do indivíduo sujeito a violência estrutural e da resistência, para fins pessoais, obter: o que lhe é negado, sem observar quaisquer princípios ou normas sociais. (SANTOS; GOMES, 2008, p.106).

Conforme Durkheim (1996) também citado por Santos e Gomes (2008, p.106) a “violência representa um estado de fratura nas relações sociais, das normas, uma das formas de regulação da vida humana, é o conjunto de normas sociais que pode ser visto de diferentes formas pelos indivíduos, influenciados por um olhar de classe”.

Para Espinheira (2004, p. 41) “a violência não é uma questão metafísica⁷, mas uma construção social concreta. É tanto objetiva quanto subjetiva, mas opera objetivamente como um meio; é, portanto, instrumento e mecanismo [...]”.

⁷ Metafísica é uma área do conhecimento que faz parte da Filosofia. A metafísica estuda os princípios da realidade para além das ciências tradicionais (Física, Química, Biologia, Psicologia, etc). Busca também dar explicações sobre a essência dos seres e as razões de estarmos no mundo.

3.1.2 História da violência

Durante os últimos estágios do Plistoceno⁸ o cérebro homínídeo dobrou em tamanho. Os pequenos agrupamentos de primatas pré-humanos eram forçados a combater o rigor dos elementos, os animais predadores e, sobretudo, outros grupos de primatas. A vitória garantia alimento e o território. Nessas lutas periódicas, alguns grupos foram se aperfeiçoando e sobreviviam sempre. A competição entre os grupos e a cooperação no seio de cada um deles, foram responsáveis pelos fatores seletivos, dando origem aos modernos humanos (PEREIRA, 1975).

Nesse momento as armas que antes serviam apenas para matar os animais utilizados para alimentação do grupo, tornaram-se instrumentos da agressão. E à medida que esses primatas evoluíam, seus instrumentos adquiriam maior complexidade e precisão.

Bigelow citado por Pereira (1975, p.31) afirma ser a violência uma resposta fisiológica à agressão. E que os homens herdam a agressividade de forma genética. “O comportamento agressivo, de certa forma, o oposto do comportamento cooperativo” envolveram-se como componentes interdependentes de um único sistema evolutivo. E que as coletividades que aprenderam o controle inteligente da agressão foram as selecionadas para a sobrevivência.

Outros pensadores citados pelo autor, a exemplo de Robert J. Trotter e Richard G. Sipes, esse último da Universidade de Nova Iorque, contestam o modelo genético. Para Robert a natureza da agressão seria cultural, nada tendo a ver com genética. Richard G. Sipes vai mais longe, afirmando que “se a agressividade é atributo inato, deve então haver” um certo nível básico de carga agressiva em cada indivíduo e sociedade [...] Assim, o comportamento agressivo individual é apreendido, e não herdado. A sociedade, por sua vez, é a grande professora.” (PEREIRA, 1975, p. 32).

Para Michaud (1989) existem enormes obstáculos para um conhecimento histórico da violência. E é preciso levar em consideração a diversidade das normas jurídicas e institucionais. Nesse sentido, afirma que na China antiga, o assassinato dos recém-nascidos não era considerado um crime e que os estudos de C. Petonnet sobre a população das cidades dormitórias descrevem condições de vida e visões de mundo nas quais a violência é um aspecto normal da existência.

⁸ Plistoceno: compreende o período que vai de dois milhões de anos atrás há cem mil anos passados.

Pereira (1975) relata que o elevado índice de violência não é privilégio do século XX, e que a própria Bíblia é farta de registro de mortes como os episódios de Abel e Caim e da crucificação de Jesus Cristo, além de relatos de guerras. Outros exemplos deploráveis de violência foram as Cruzadas, a Inquisição, paradoxalmente denominada de “santa” e as numerosas guerras, entre elas destaca a Guerra Civil, nos Estados Unidos.

Para o autor coube ao século XX até então, as maiores demonstrações de violência, e cita o extermínio de 5.700.000 judeus pelos nazistas na segunda Guerra Mundial. Só num dia, no campo de concentração de Auschwitz na Polônia foram mortas mais de 6.000 pessoas.

A violência, assim, não obstante não seja um privilégio dos últimos cem anos, foi nesse período, conforme Pereira (1975), que se acentuou e adquiriu conotações especialíssimas e de predominância nos seres humanos.

3.1.3 Tipos de violência

3.1.3.1 A violência das guerras

Ao tratar da violência tipificada pelas guerras Michaud (1989) faz referência aos especialistas Quincy Wright, Richardson, Singer e Small, os quais definem a guerra como “a manifestação da violência internacional direta” quando ela é seguida de mortos e feridos em número significativo, deixando de lado os encontros belicosos entre tribos primitivas.

Os especialistas Singer e Small considerando critérios de uma mobilização mínima de 5.000 combatentes e de um balanço de pelo menos 1.000 vítimas recensearam 367 guerras entre os anos de 1816 e 1965 e Richardson recenseou 317 guerras entre 1820 e 1949.

No estudo apresentado considerando-se apenas as grandes guerras que envolvem Estados independentes de mais de 500.000 habitantes e que gozam de um reconhecimento diplomático, obtém-se o seguinte quadro para o período 1816-1965:

Tabela 1 - Balanço das guerras que ocorreram ente 1816-1965

Região	Vítimas de guerras entre várias nações	Vítimas de guerras entre duas nações
Europa	22.430.000	21.973.700
América	459.300	929.500
África	8.376.200	29.800
Oriente Médio	10.986.700	783.800
Ásia	16.639.700	5.472.800

Fonte: Michaud (1989).

Ainda sobre as guerras, afirma que as contemporâneas são mais mortíferas, ocorrem separadas por maiores períodos, implicam mais os civis e mobilizam mais as populações, a tecnologia usada é mais destrutiva, mas os meios de proteção e de abastecimento são mais desenvolvidos. Nas guerras antigas os meios de destruição eram limitados, como também os meios de socorro, da higiene e de aprovisionamento (MICHAUD, 1989).

3.1.3.2 A violência política

Para Michaud (1989), essa é um tipo de violência de difícil avaliação, pois é preciso distinguir entre fenômenos diferentes e para facilitar a sua distinção é apresentada uma classificação da violência política:

- a) A violência sociopolítica difusa (rixas, motins espontâneos, revoltas); b) a violência contra o poder ou violência de baixo (levantes e revoluções); c) a violência do poder ou violência de cima (manutenção da ordem, repressão, terror, tirania, golpes, terrorismo, guerras civis). (MICHAUD, 1989, p. 22).

Nesse sentido, a violência é vista sobre vários aspectos e leva em consideração circunstâncias histórica e o estágio de desenvolvimento das sociedades, no entanto, esse último aspecto parece ter apenas influenciado no tipo de violência e não na sua redução (MICHAUD, 1989).

Arendt (1994, p.19) afirma que “a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder”. Ainda nesse contexto cita a frase de C. Wright Mills para o qual “toda política é uma luta pelo poder; o tipo de poder mais definitivo é a violência”. E que o poder é um instrumento de dominação – essa por sua vez, deve a sua existência ao “instinto de dominação”.

Conforme a autora, poder e violência são fenômenos distintos – embora geralmente apresentam-se juntos. A distinção entre poder e violência, é que o primeiro tem a necessidade de números, enquanto que o segundo pode, até certo ponto, passar sem eles por basear-se em instrumentos. Nesse sentido afirma: “não existe então nenhum poder maior do que aquele que provem do cano de uma arma.” (ARENDRT, 1994, p.21).

Para Arendt (1994, p.30) “é insuficiente dizer que o poder e a violência não serem as mesmas coisas”. Eles se opõem: “onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente”

Nesse sentido afirma:

- a violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se deixar que percorra o seu curso natural, o resultado será o desaparecimento do poder [...] não é correto pensar na não-violência como oposto de violência; falar do poder não violento é realmente uma redundância. A violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo. (ARENDRT, 1970, p. 30,31).

3.1.3.3 A violência da vida

Michaud (1989) afirma que a violência constitui o aspecto normal da vida de muitos grupos sócias como: os bandos de jovens nas ruas, para a população das cidades-dormitórios, para os praticantes de determinados esportes, para certas unidades militares de elite. Que existe uma cultura da violência, que pode estar ligada à dureza das condições de vida e de sobrevivência, principalmente nas classes populares, onde a sujeira onipresente, a promiscuidade, o aspecto da moradia e outros podem favorecer a esse estado de violência.

Refere-se ainda às condições de trabalho de certas categorias de operários: sujeira, barulho, fedor, trabalhos de carga animal executados por homens. De forma que essa dureza e brutalidade diz o autor “não condiz a um processo de civilidade dos costumes que se vê instaurarem as boas maneiras e a polidez, que vê o refinamento se desenvolver, e a agressividade se amenizar.” (MICHAUD, 1989, p.39).

A violência também pode prender-se aos valores pelos quais o grupo se diferencia e se afirma contra os outros: é o caso da gangue de rua ou de equipe esportiva, questões religiosas, ou ligadas a existência e a morte.

3.1.3.4 A violência urbana

Para Ferraz (1994) as causas da violência não se situam nas áreas da sociologia, do direito e da psiquiatria, mas, sim, no âmbito da organização física da cidade, área da engenharia. Para ele a resolução desse problema passa pelo conhecimento das relações existentes entre a violência e a estrutura física urbana, visto que não basta apenas preocupar-se com as lesões infligidas pelo indivíduo contra a sociedade, mas é necessário preocupar-se, também intensamente, com as lesões que a sociedade está infligindo no indivíduo.

A cidade abriga uma sociedade, e essa é extremamente complexa, diversa, composta de indivíduos portadores dos mais variados padrões de sentimentos e comportamentos, um ambiente completamente heterogêneo, não hospedeiro do processo de vida natural, mas de indivíduos munidos de instrumentos tecnológicos, que influenciados por esses tornam-se artificiais (FERRAZ, 1994).

Afirma Ferraz (1994) que urbanismo e sociedade são dois elementos inseparáveis do mesmo processo, e está demonstrado pelas ciências humanas que o ambiente influi sobre o comportamento do ser vivo, assim, combater a violência poderá se tornar eficiente e eficaz,

prevenindo-se, por meio da organização do homem na estrutura física da cidade. Nesse sentido, os planejadores e construtores de cidades têm a obrigação de tomar conhecimento de todos os fenômenos produzidos nas cidades, tanto os favoráveis e necessários à vida urbana, quanto os desfavoráveis e repulsivos, como é a violência. Pois ela surgirá, inevitavelmente, na cidade, como subproduto indesejável de um projeto irracional.

Tendo em vista essa problemática relata:

Os fenômenos urbanos não constituem um arquipélago, ou pedaços de terra cercados por todos os lados de faixas de ignorância do que passa nas outras ilhas. A fenomenologia urbana deve ser encarada como um continente, onde os fatos se relacionam uns com os outros, se entrelaçam, se estimulam, se enfraquecem e se anulam mutuamente. (FERRAZ, 1994, p.16).

Nesse contexto, os planejadores da cidade também participam da formação civilizatória do homem, de forma que deve afastar das cidades o flagelo da violência. Essa, antes de ser um caso de polícia e de justiça criminal, é um caso - fundamental - de estrutura física urbana, pois toda organização, jurídica, econômica, cultural e moral de uma sociedade tem suas atividades apoiadas nessa estrutura material (FERRAZ, 1994).

Entende o referido autor que a conduta humana na cidade não se forma ao acaso, mas está condicionada à tecnologia urbana e sua organização, como instrumento de apoio ao interrelacionamento dos cidadãos e que os erros no planejamento urbano produzem efeitos indesejáveis no caráter do homem. De forma não ser surpresa a constatação do fato das ocorrências das atividades violentas se produzirem nas cidades, principalmente naquelas excessivamente populosas, de massa, onde a delinquência é maior em razão da oferta de uma vida urbana impessoal, onde “os controles sociais básicos se enfraquecem, incentivando, assim, pela expectativa de impunidade, a conduta anti-social.” (FERRAZ, 1994 p.43).

Para Ferraz (1994) a cidade grande é a principal formadora da delinquência, e seus habitantes as vítimas mais próximas. E que suas submoradias, cortiços e favelas concorrem para a formação de delinquentes, além de servir-lhes de esconderijo.

Santos e Gomes (2008, p.108) expondo o pensamento de Gomes (2005) colocam a questão urbana como parte do problema que representa a violência, incluindo outros aspectos que consideram relevantes: “o crescimento urbano desordenado, a favelização do território, o agravamento das constantes crises econômicas, a forte desigualdade de distribuição de renda são, em parte, fatores explicativos da violência disseminada na sociedade”.

Outra questão posta no âmbito da violência urbana refere-se à ampliação do que se denomina medo⁹ social, que afeta toda coletividade e altera consideravelmente o território e o tecido urbano produzindo mudanças no comportamento da população, de forma que todos se sentem ameaçados e correndo perigo, não apenas pela banalidade e frequência dos atos criminosos, mas também pela ineficiência e impunidade imputada as forças policiais e ao Estado frente à questão (BAIERL, 2004).

A crescente onda de violência urbana, que indiscutivelmente produz medo e insegurança permanentes, provoca também mudanças na arquitetura urbana, segregando grupos em espaços sociais “tidos” como mais seguros, a exemplo dos condomínios, como se os indivíduos não mais necessitassem das vias públicas para realizar seus objetivos econômicos, sociais e culturais.

As referências sobre o medo, além de incorporar justificativas nos crimes violentos contra a vida e contra o patrimônio, incorporam também “preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe aos pobres e marginalizados” de forma a favorecer a discriminação e a ampliação da agressão dos órgãos repressores do Estado a esses grupos já desfavorecidos social e economicamente (CALDEIRA apud BAIERL, 2004, p.71).

3.2 AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA

Michaud (1989) descreve uma série de abordagens relativas às causas da violência, tendo como ponto de partida a **abordagem antropológica**, a qual relaciona a violência com diversos aspectos da natureza humana e agrega procedimentos que estudam as bases neurofisiológicas da violência na qual “os organismos, mesmo os mais elementares, se mantêm em vida reagindo aos estímulos do ambiente que para eles são agressões”. (MICHAUD, 1989, p.71); as que estudam as contribuições da etologia,¹⁰ quando esta considera a violência humana na perspectiva dos comportamentos animais; as que estudam a antropologia pré-histórica, que considera a evolução do *Homo Sapiens* e de suas aptidões; as

⁹ O medo, conforme Baierl (2004) se configura como um sentimento natural, intrínseco aos seres vivos, racionais e irracionais. É um sinal de alerta de que estamos correndo alguns riscos. No entanto, esse risco pode ser real, imaginário ou potencial.

¹⁰ Etologia, no sentido estrito refere-se ao estudo do comportamento animal em seu meio ambiente natural.

que estudam aspectos da psicologia e da psicanálise que consideram as personalidades violentas ou agressivas numa perspectiva clínica e outras consideram as relações de agressão em termos de interações sociais resultantes do meio.

As **abordagens sociológicas** descritas por Michaud (1989) de autoria de Ted Robert Gurr, basea-se na teoria da agressão como efeito da frustração e apresenta modelos das situações de violência política e de seus determinantes, relacionando o número dos acontecimentos violentos com indicadores socioeconômicos diversos. A teoria social, por sua vez, compreende a violência como fenômeno social, entre outros.

Nesse contexto, Michaud (1989, p.94) descreve o pensamento do sociólogo americano Robert King Merton para o qual a “sociedade designa objetivos e finalidades legítimas a seus membros ao mesmo tempo em que define e controla os meios legítimos de atingi-los”. A estrutura social pode valorizar absolutamente certos fins sem importar-se com os meios de obtê-los, orientada pela falta de lei ou ausência de normas de conduta, como se todos os meios fosse válidos.

Ao tratar a violência numa perspectiva sistêmica, onde essa sofre *inputs* que põem em questão a sua estabilidade Michaud (1989) afirma que num sistema social os indivíduos ocupam posições hierarquizadas sobre diversas dimensões – como nível de renda, de educação, a influência, o poder político, a escala profissional etc. – nesse sentido a violência decorreria dos indivíduos cujas posições nessas diferentes dimensões não são coerentes. A exemplo de pessoas com nível educacional elevado, com posições profissionais nem renda correspondentes, o que pode causar a formação de uma categoria revoltada.

Citando o pensamento de J. Galtung escreve:

serão estáveis as sociedades monopolíticas e igualitárias onde as dimensões da vida social são reduzidas e fracas as distâncias nestas posições [...] Pode também ser estáveis as sociedades muito pluralistas onde a multiplicidade de critérios permite que cada um encontre uma ou outra forma de equilíbrio. (GALTUNG apud MICHAUD, 1989, p.96).

Quanto à concepção de Karl Marx, Michaud (1989) relata que essa encara a violência numa perspectiva da luta de classes como motor do desenvolvimento histórico, os conflitos não podem ser solucionados pelo compromisso, visto que cada regime social se caracteriza por um modo de produção determinado (antigo, feudal, asiático, capitalista) e a existência de classes antagônicas numa relação de dominação, de exploração, e mas cedo ou mais tarde, de confronto violento.

Nesse sentido, afirma que “a violência é um aspecto inevitável da história, mas secundário e derivado. Não é o emprego da violência que produz as transformações sociais, são as transformações sociais que passam pela violência” (MICHAUD, 1989, p. 96)

Para Michaud (1989) a ação violenta sozinha não produz mudanças, é preciso que as condições econômicas e sociais estejam reunidas.

Citando o pensamento de Engels sobre a violência escreve:

a violência política não é o motor da história, é sua parteira. Ela depende das condições econômicas, e não o contrário [...] a violência é determinada pelo estado econômico e não o contrário [...] toda a violência política repousa primeiro sobre condições econômicas. (ENGELS apud MICHAUD, 1989, p. 96).

Michaud (1989), descreve também **os estudos microssociológicos**¹¹ os quais evidenciam que a violência é muito difundida e considerada normal entre certos grupos. E que a realidade cotidiana da violência difere sensivelmente das representações que é feita dela e dos discursos ideológicos ou míticos que são sustentados no seio da sociedade.

Nesse sentido, o autor destaca a realidade das prisões, a violência que circula na célula familiar envolvendo as crianças, e a violência contra as mulheres. Afirma que no ambiente carcerário a violência cotidiana é organizada de uma maneira que não tem nada a ver com a lei e é combatida através da brutalidade e dos psicotrópicos.

Michaud (1989) discorre também sobre os estudos voltados para os grupos nos quais a violência é um valor de iniciação e de integração, citando entre esses: grupos de jovens delinquentes, bandos, roqueiros e marginais.

3.3 CATALISADORES¹² DA VIOLÊNCIA

3.3.1 O ambiente social

Ferraz (1994) considera que uma vez afastado a teoria da violência baseada nos instintos do homem, deve-se procurar as causas da violência nas condições externas ao indivíduo, ou seja, em seu ambiente social. Nesse ponto, afirma que o ambiente social é o responsável pelo comportamento ou bom, ou mau, do homem, exceção feita, naturalmente, ao comportamento ante-social causado pelas doenças mentais congênitas.

¹¹ Microssociologia: área de estudo das relações de interação, de um indivíduo com os outros.

¹² Catalisadores: refere-se a substâncias que acelera uma reação; aumenta a velocidade de um processo.

Adolf Adler citado por Ferraz (1994, p. 32) atribui os desajustamentos sociais ao “sentimento de inferioridade” contra o qual o indivíduo trava uma luta em busca da superioridade e que o complexo de inferioridade do homem é a resposta à repressão e à injustiça sociais, levando este a defender-se das pressões da massa que o esmagam e, para isto, cria mecanismos de escape ante-social, adotando a conduta criminoso.

Nesse sentido descreve:

As expressões complexo de inferioridade e complexo de superioridade já significam resultado, após ter-se produzido um desajustamento. Esses complexos não estão no plasma germinativo, não existem no sangue; aparecem simplesmente no curso da interação do indivíduo e do ambiente social. (ADLER *apud* FERRAZ, 1994, p. 33).

A professora Leila de Brito, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, também citada na obra de Ferraz (1994, p.33) é taxativa: “o crime está intimamente ligado à organização social em que se insere, assim como a formação das estruturas dinâmicas da personalidade é inseparável das condições culturais específicas dentro das quais ocorre.”

Lacassagne da escola francesa, outro pensador citado por Ferraz (1994), procura a explicação do crime em fatores exógenos ou de ambiente e defende o valor do ambiente social no aparecimento do crime, afirmando ter a sociedade os criminosos que merece.

3.3.2 “A construção do ódio”

Espinheira, renomado estudioso da violência escreveu na sua obra *Sociabilidade e Violência* (2004, p.37) que “a sociedade contemporânea tirou de muitos a identidade e o papel social da existência. Seres fragmentados sem os laços que o integrem a um conjunto social orgânico que dê sentido à existência”. Afirma ainda que exista uma outra cultura no campo da exclusão, onde o sintoma mais visível é o “viver o imediato, o instante, por que tudo mais é indefinido, ou melhor, é sem expectativas”.

A violência seria explicada como uma construção social, de uma sociedade considerada pelo autor “perversa que propõe a perversão como uma consequência lógica de sua forma de ser” (ESPINHEIRA, 2004, p.37).

Nesse sentido escreve:

o excluído se exclui e se inclui de modo especial. Quer participar da vida social, quer atingir o consumo e como nada mais tem sentido, utiliza os meios mais práticos para alcançar os objetivos: o outro é possuidor do que lhe interessa e que lhe é necessário e, por isso mesmo, deve tomar dele o que vai lhe possibilitar a realização

de algum anseio imediato.”Me dê o meu!” – diz ou grita como uma ordem e toma e mata, também por este gesto pode ser morto. (ESPINHEIRA, 2004, p.37).

No contexto relacionado “a construção do ódio”, relata Espinheira (2004, p.37), que “não há o mal. Apenas uma degradação do bem. Não há o bem, apenas o reconhecimento do outro [...] Não há o mal, nem o bem, mas há o ódio e este provoca a maldade”.

Para Espinheira (2004, p.37) o ódio deve ser compreendido como um fato social, que emerge “dos que se sentem sem nada, espoliados, excluídos, tornados indigentes e miseráveis”.

Retrata ainda que o ódio dos pobres não constitui um objetivo político. Que o pobre reage contra a riqueza para a obtenção da riqueza. Assim, o tomar do outro significa a compensação pela falta. E que o empobrecimento da sociedade estabelece o que o autor chama de “era da vingança”, diferentemente de uma revolução, mas a construção de um ambiente sem controle, corrupto e violento em todas as dimensões.

Emerge também nessa nova sociedade, uma gente que busca dinheiro, sem nenhum pacto ético, “onde o crime é o meio, sem moral e para além dos costumes. E para além do crime a reação contra os criminosos: o ódio ao ladrão, ao estuprador, ao assaltante” (ESPINHEIRA, 2004, p.38).

Afirma ainda (2004, p.40) que “os “requintes de crueldade” só podem ser explicados pelo ódio. Um ódio surgido do desamparo”. E que o ódio é o recurso do mais fraco, o ofendido e humilhado. Através do ódio o ser humano se amplia e se torna feroz e vingativo.

Nesse contexto escreve:

[...] do fundo da impotência pode emergir uma força destruidora que transforma o fraco em um anti-herói, mais herói de qualquer modo, porque entre os fracos assim será visto: o que dispõe à vingança; entre os fortes, temido; pois nada tendo a perder pode tudo; com esse ante-herói não cabe nenhum contrato. A violência torna-se cultural, um modo de ser e reproduz o ser violento (ESPINHEIRA, 2004, p.41).

3.3.3 “Os inúteis para o mundo”

Castel outro grande pensador das questões sociais, cunhou a frase acima descrita para designar o que ele chama de “desfiliado” “por excelência, aquele que, não tendo nenhum “estado”, não usufrui de nenhuma proteção” (CASTEL, 1999, p.119).

Para Castel (1999) seriam esses os “vagabundos”, os desterritorizados, fora da ordem do trabalho, fora da ordem da sociabilidade, carente de qualquer recurso.

Assim relata:

O que é um vagabundo? [...] designam indivíduos mal-afamados [...] que mendiga sem motivo [...] ociosos, luxuriosos, rufiões, tratantes, emprestáveis, indolentes [...]

gente sem fé nem lei e outros que não tem nenhum bem para mantê-los e que não trabalham, nem lavram a terra para ganhar a sua vida. (CASTEL, 1999, p. 120).

Nesse contexto conforme Castel (1999) o vagabundo é o indivíduo sem pertencimento comunitário – que foge dos vínculos de interdependência que constitui uma comunidade.

Assim descreve:

A vagabundagem aparece então menos como uma condição *sui generi*, do que como o limite de um processo de desfiliação, alimentado na origem pela precariedade da relação com o trabalho e pela fragilidade das redes de sociabilidade que são o lote comum de uma parte importante do povo, amiúde do campo e da cidade. (CASTEL, 1999, p. 128).

Conforme Castel (1999, p.133) este é um drama da miséria e da dessocialização. “O vagabundo vive como se tivesse deixado de habitat este mundo”. Se nada tem e não estar ligado a nada, não tem o que preservar e pode querer apropriar-se de tudo. O que para o autor cria a função de “classe perigosa”.

3.3.4 O ambiente supersaturado

Ninguém consegue explicar por que a maioria das pessoas expostas a possíveis causas – um lar desfeito ou doses maciças e diárias de violência pela televisão – não comete crimes e, inversamente, por que outras os cometem mesmo sem se exporem a tais causas. (KAPLAN *apud* FERRAZ, 1994, p. 37).

Atualmente, afirma Ferraz (1994, p. 37), já existe resposta científica para a indagação feita por Kaplan, assim descreve:

As grandes aglomerações humanas! Enquanto o homem estiver habitando as cidades racionalmente organizadas, não demasiadamente populosas, e esteja fazendo parte de sociedades também racionalmente formadas... pode-se afirmar que mesmo recebendo doses elevadíssimas de violência pelos meios de comunicação de massa não se entregam a prática de atos anti-sociais, embora outras pessoas os cometam sem serem influenciadas por tais causas.

Nas sociedades de massa, mesmo as pessoas não propensas ao crime acabam perdendo o controle de si mesmas, passam a cometer desatinos e tornam-se problemas sociais. A explicação desse fenômeno reside no fato de que todo ser vivo precisa de espaço para viver. Quando o espaço falta, uma reação se realiza.

Nesse sentido:

O animal vive em um espaço, ao qual se adapta, em equilíbrio tolerável, condição necessária a sua existência. A destruição desse ambiente, mesmo pela introdução de outros elementos da mesma espécie, constitui poderosa ameaça contra ele e a agressão é o resultado fatal, como defesa, quando a fuga se torna impossível. (FERRAZ, 1994, p. 38).

Tanto a redução do espaço como a destruição da estrutura social constituem conforme o autor, os dois efeitos da aglomeração animal responsáveis pelo surgimento da violência. No que tange a vida humana, a necessidade de locomoção livre é uma das condições vitais e as ameaças e obstruções a essa liberdade têm provocado agressões defensivas, visto que provocam obstruções e ameaças aos demais interesses vitais.

Como prova dessa constatação, é fato que as ocorrências das atividades violentas se produzem justamente nas cidades excessivamente populosas, de massa, onde a maioria dos habitantes se encontra privada de uma grande parte de exercer livremente suas funções de cidadania. Nesse ambiente de concentração humana exagerada, há facilidades para os indivíduos influenciar outros nas relações sociais, muitas vezes potencializando atitudes catalisadoras da violência sob todos os aspectos (FERRAZ, 1994).

Para Ferraz (1994), as cidades de massa nada mais são que pequenos espaços para abrigar enorme concentração de gente, levando a degradação das relações humanas a ponto de criar atritos e hostilidades entre os habitantes.

O homem das cidades gigantescas envolvido na massa, não faz parte de uma coletividade – pois esta não existe nessas cidades -, mas faz parte da multidão que se forma; o indivíduo da massa não tem personalidade e se limita a fazer o que a massa espera dele. O Homem da cidade grande não tem convicções, nem se orienta por princípios, mas somente por ideologias expressas em slogans difundidos pelos partidos políticos, pelos mercadores, através dos meios de comunicação de massa. As idéias não são suas, nem são frutos de reflexões; não visam a um objetivo humano coletivo, mas, sim, individual, de resultados benéficos para ele próprio, aliás, duvidosos. A presença de um contingente numeroso de pessoas desta natureza torna a vida humana intolerável; as pessoas transformam-se em torturadores monstruosos por agirem em nome de grandezas desumanas, sob a alegação de vantagens inconcebíveis pela razão. O homem urbano é torturado, não pelo outro homem, mas, sim, pelas relações desumanas geradas nesses ambientes de massa. (FERRAZ, 1994, p. 40).

As grandes cidades é para Ferraz (1994) um ambiente paradoxal da história moderna, onde se revela um fato curioso, a destruição das sociedades modernas por meio de suas próprias cidades. Estas são verdadeiras agressões ao ser humano, não pelos inimigos externos, mas pelos próprios membros da coletividade.

Costa Gomes (2004, p. 3) relata que “a cidade, que na origem da humanidade teve a finalidade de proteger, agora se transformou em lugar inseguro, perigoso, repartido e fragmentado”. Nesse sentido, afirma que a violência em particular a violência criminosa “está em todo lugar e atinge a todos, indistintamente”.

Quanto à questão da criminalidade no ambiente urbano, descreve:

a criminalidade é multiforme, é crescente e paulatinamente encontra novas formas de infiltrar na estrutura social através das muitas oportunidades existentes no espaço urbano, fracionado entre espaços ocupados de forma irregular - invasões - e os espaços murados – os condomínios [...] Viver em condomínios murados e vigiados não garante a segurança e em alguns casos cria as condições similares às da favela para a existência do crime: o território excluído da cidade – um pela pobreza o outro pela riqueza. Um favorece o crime pela fragilidade da cidadania, o outro pela soberba [...]. (COSTA GOMES, 2004, p. 4).

3.3.5 Condições de pobreza

Pobreza é um fenômeno complexo e que assume inúmeros conceitos. De forma genérica pode ser definido como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Nesse contexto ser pobre significa não dispor dos meios para atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas em dada sociedade.

Outro conceito afirma que pobres são aqueles com renda situada abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza¹³, incapazes, portanto de suprir as necessidades básicas definidas como necessárias ao bem estar em certa sociedade. Cada país leva em consideração suas especificidades econômicas e sociais para definir a linha de pobreza, haja vista, não existir consenso quanto à utilização de um critério específico que seja aceito por todos os países para definir a linha de pobreza. Nesse sentido, o conceito de pobreza é relativo porque, um indivíduo pode ser pobre em um determinado lugar e não ser considerado pobre em outro.

Para a ONU a pobreza humana é a negação das escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento humano, refletida em vida curta, falta de educação elementar, falta de meios materiais, exclusão e falta de liberdade e dignidade.

Em 1990, o Banco Mundial, em seu *Relatório de Desenvolvimento Mundial* estabeleceu que a linha de pobreza mundial é de menos de 1 dólar americano por dia. Em outras palavras, em termos internacionais, todo o indivíduo que não possuir pelo menos um dólar por dia para suprir suas necessidades básicas é considerado pobre.

Para a América Latina e Caribe a linha de pobreza definida no respectivo relatório foi 2 dólares norte-americanos por dia. Para a Europa do Leste e repúblicas da antiga União Soviética, foi de 4 dólares norte-americanos. Para a comparação entre países industrializados,

¹³ **Linha de pobreza** é o termo utilizado para descrever o nível de renda anual com o qual uma pessoa ou uma família não possui condições de obter todos os recursos necessários para viver. A linha de pobreza é, geralmente, medida em termos *per capita*.

considerou-se a linha de pobreza correspondente à dos Estados Unidos, que é de 14,4 dólares por pessoa por dia (PNUD, 1997).

A Cepal, por sua vez, utiliza o custo de uma cesta de alimentos que, geograficamente definida, contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de uma pessoa. No Brasil, a metodologia oficial usa como referência o Salário Mínimo, isto é, 1/4 do salário mínimo familiar per capita e 1/2 do salário mínimo familiar per capita, limites abaixo dos quais se define uma família extremamente pobre (indigente) e pobre, respectivamente (IBGE, 2006).

Conforme estudo divulgado pelo IPEA em 11/01/2010, intitulado: Brasil tem condição de vencer a pobreza extrema até 2016, à taxa de pobreza absoluta no Brasil em 2008 foi da ordem de 28%, em números reais o Brasil teria aproximadamente 53,4 milhões de pessoas vivendo em estado de pobreza.

Constatado que Brasil possui enorme população vivendo em estado de pobreza, e sendo essa um elemento fortemente perturbador da condição humana. Visto que ser pobre expõe fragilidades, remete os indivíduos a estados deploráveis, seja na conquista de bens de primeira necessidade, de direitos básicos e mesmo na formação da cidadania. É possível afirmar que a pobreza transforma parte da população submetida a tais condições em elementos propensos a marginalidade ou presas fáceis a serem atraídas pelo “mundo do crime”, seja pela busca de proteção da vida, tendo em vista a necessidade de comer, vestir, ter uma moradia etc., ou mesmo pelas necessidades construídas no contexto social, ter dinheiro, status, ser reconhecido como importante junto ao grupo a que pertence etc.

Para Santos e Gomes (2008, p. 108) a violência não é sinônimo de pobreza. E que essa condição não leva o indivíduo à violência, mas, conforme Espinheira citado pelos autores, “a pobreza contribui para a violência, não que o pobre seja mau, mas é embrutecido pelo não ter”. E nesse contexto invocam a questão do mercado, a busca pela satisfação, por reconhecimento e por outras aspirações culturalmente construídas no ambiente capitalista, no “mundo consumista”.

Marcio Pochmann (2008), mestre e doutor em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e presidente do IPEA, constata que, quanto mais cresce a pobreza, mais há estímulos à violência. E que o combate à violência se dar também, através de uma melhor distribuição de renda e, sobretudo, combate à pobreza.

3.3.6 O Estado opressor

A denominação Estado é do *latin Status* – estar firme - e aparece pela primeira vez em “O Príncipe” de Maquiavel, escrito em 1513 (DALLARI, 1995).

Dallari (1995) descrevendo a obra “Leviatã” de Thomas Hobbes apresenta alguns estágios evolutivos da sociedade até o surgimento do Estado.

Para Hobbes o homem vive inicialmente em “estado de natureza” [...] estágios mais primitivos da História [...] os homens no estado de natureza, são egoístas, luxuriosos, inclinados a agredir os outros e insaciáveis [...] que acarreta a permanente “guerra de todos contra todos” [...]. Apesar de suas paixões más, o homem é um ser racional e descobre os princípios que deve seguir para superar o estado de natureza e estabelecer o “estado social” [...] Hobbes formula, então, duas leis fundamentais da natureza, que estão na base da vida social [...]. Tornados conscientes dessas leis os homens celebram o contrato que é a mútua transferência de direitos. E é por força desse ato puramente racional que se estabelece a vida em sociedade, cuja a preservação entretanto, depende da existência de um poder visível, que mantenha os homens dentro dos limites consentidos e os obrigue, por temor ao castigo, a realizar seus compromissos e à observância das leis da natureza [...]. Esse poder visível é o Estado, um grande e robusto homem artificial, construído pelo homem natural para sua proteção e defesa. (DALLARI, 1995, p.10).

Conforme o autor, assim surge o conceito de Estado:

uma pessoa de cujos atos se constitui em autora uma grande multidão, mediante pactos recíprocos de seus membros, com o fim de que essa pessoa possa empregar a força e os meios de todos, como julgar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comuns. (DALLARI, 1995, p.11).

Rousseau, outro pensador retratado por Dallari (1995, p.14) afirma que o contrato social, possibilita a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos a favor de toda comunidade. “Nesse instante, o ato de associação produz um corpo moral e coletivo, que é o Estado, enquanto mero executor de decisões, sendo soberano quando exercita um poder de decisão”.

Burdeau (1970 apud DALLARI, 1995) afirma que o Estado é o titular do poder de dominação, no entanto, é limitado pelo direito. O Estado é artifício, ele cria um clima indispensável à realização da personalidade humana, e que o mesmo não é um fenômeno natural, é constituído pela inteligência humana e ainda:

é necessário à duração da vida coletiva – como um obstáculo à dispersão das atividades individuais; assenta numa aquiescência do homem que o concebe como o símbolo de um conjunto de valores aos quais a personalidade humana tem uma vocação temporal para se submeter, ao mesmo tempo que como instrumento apropriado para a sua realização. (BURDEAU apud DALLARI, 1995, p. 63).

Conforme Arendt (1987, p. 19), Max Weber define o Estado como “o domínio de homens sobre homens com base nos meios da violência legítima, isto é, supostamente legítima”. Para Karl Marx, também citado pela referida autora, o “Estado é um instrumento de opressão nas mãos das classes dominantes”.

Quanto à finalidade do Estado, Maluf (1993, p. 309) afirma que sendo esse uma instituição sócio-jurídica, organizada para servir à comunidade nacional, “tem o Estado à finalidade de promover a concretização dos ideais nacionais de paz, de segurança e de prosperidade”.

No Título I - Dos Princípios Fundamentais, Art. 3º inciso III da Constituição do Brasil promulgada em 1988, está escrito como um dos objetivos do país: erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; no inciso IV se lê: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Mais adiante no Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Art. 5º diz:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguinte: [...] III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. (BRASIL, 1988).

É pertinente afirmar que em todas as sociedades democráticas, e até mesmo nas não democráticas, o Estado constitui o guardião primário do bem estar coletivo, tendo a prerrogativa de oferecer as condições de segurança a toda população, no entanto, essa prerrogativa nem sempre é executada pelo Estado com o respeito e a responsabilidade que requer a questão.

Num ambiente de crescimento da violência, onde homicídio tornou-se fato corriqueiro e banal, a frase: “o culpado pelo crime é o criminoso” cunhada na obra *Sociabilidade e Violência* (2004) coordenada pelo professor Gey Espinheira, mostra, como descreve o referido estudioso “a falência da Segurança Pública”. Nesse contexto o Estado passa a incentivar a violência quando não assume com firmeza o controle da situação e não implanta mecanismos duradouros de combate as causas da violência (ESPINHEIRA, 2004, p.56).

Além do incremento nos atos de violência gerados pela ausência e inoperância do Estado, Espinheira (2004, p.57) relata:

Sistematicamente a polícia mata e se desculpa constituindo “autos de resistência”. Os delegados assinam os autos, não os investigam mais, não há mais apurações [...] essa cumplicidade passiva assegura a impunidade, mas que, sobretudo, realimenta a criminalidade [...] a transgressão tornou-se prática evidente e consentida pelo aparelho repressor do Estado. A ordem provoca a desordem. “A criatura se volta contra o criador” [...] Ao mostrar-se ineficaz, o aparelho repressor age eliminando o

suposto agressor em “ações legais”, ou em grupos de extermínio nas madrugadas [...] O aparelho repressor não consegue fazer a prevenção e a repressão gera reação dentre os que transgridem de tal modo que procura ser proporcional ou superior à violência desencadeada pela polícia, produzindo um cenário de “guerra” entre as duas forças: a do Estado e a de pessoas ou grupos organizados para a prática de ações criminosas.

Ainda nesse contexto, o professor de história e sociologia, Lázaro Curvêlo Chaves ao discutir sobre violência no texto *Reflexões Sobre a Violência: O Brasil em estado de Guerra Civil*, afirma:

O Estado Assassino ameaça praticar mais violência. No meio desta loucura toda há ainda aqueles que pregam uma ampliação na repressão estatal, ou seja, implantação da “Pena de Morte”, da “Prisão Perpétua”, “Colocar o Exército nas Ruas”, “Fuzilar sumariamente criminosos”, etc. O desespero leva muitos a desejar que o Estado, responsável maior pelo aumento da violência e do desespero da população, responsabilize-se ainda pela montagem de uma “máquina de extermínio” ao final do processo produtivo. Fica assim: o Estado falha na formação do cidadão, falha ao não criar a todos condições de trabalho e emprego, falha ao não permitir a todos oportunidades iguais, falha no atendimento médico, dentário, hospitalar e educacional e, ao criar “monstros” deve incumbir-se de “exterminá-los”. Francamente [...]. (CHAVES, 2002).

Outro aspecto que destoa o Estado do seu papel de guardião dos direitos fundamentais da sociedade se alicerça na permissividade, no corporativismo e na impunidade que reina na estrutura policial, onde por omissão e negligência da máquina estatal se instala os chamados “justiceiros” que materializa suas ações com o extermínio de todo e qualquer “elemento” que prejudique a ordem e o equilíbrio, e nesse contexto o alvo principal são os bandidos ou aqueles considerados como tais.

Nesse sentido escreve Silva (2004, p.117):

A sensação de não ser punido (impunidade) colabora, é claro, para que os crimes sejam cometidos sistematicamente – o incentivo constante de segmentos da população e, ao mesmo tempo a absoluta conivência e omissão de setores da polícia endossam a ação continuada do “justiceiro” [...] O “justiceiro” do Estado é resultado da ausência de uma força policial ostensiva, honesta e competente, ou seja, como uma consequência inevitável da ausência de um Estado forte na repressão aos marginais.

A polícia ao atuar no papel de “justiceiros” exalta o uso da violência e da força para manter a ordem e como consequência produz um exercito de “justiceiros” para exterminar a policia. Dessa forma os “justiceiros” do Estado assumem uma iniciativa irracional, tendo um fim em si mesma” a violência pela violência.” (SILVA, 2004, p.109).

Ressalta-se, no entanto, a enorme relevância da existência do corpo policial como parte integrante do sistema de segurança pública. Evidenciando, por sua vez, que uma policia preparada tecnicamente, remunerada adequadamente, e com atuação rígida conforme os

preceitos da lei produzirá quantitativamente e qualitativamente bem acima da média que se verifica atualmente. Como prova incontestada, reportagem da Revista Veja edição 1928 de 26 de outubro de 2005, mostra que não falta polícia, no Brasil. No país existe 322 policiais por grupo de 100.000 habitantes, nos Estados Unidos existem apenas 288. Por outro lado, no Brasil a polícia descobre os autores de apenas 3% dos homicídios nos Estados Unidos são 70%.

A reportagem mostra ainda que não faltam juízes Brasil. No país são 7,3 juízes para cada 100.000 habitantes, enquanto no Chile são apenas 3,22. No Brasil, por sua vez, uma sentença em caso de homicídio demora em média 10 anos, no Chile são apenas 8 meses, o que mostra a falta de eficiência no julgamento dos processos.

Como prova cabal de que a redução da violência não tem relação direta com o número de polícias em atuação nas ruas, a reportagem mostra também que no Brasil a Taxa de homicídios é 4 vezes maior que nos Estados Unidos e 12 vezes maior que a do Chile.

3.3.7 Os meios de comunicação de massa

Conforme Hélio Bicudo, jurista, político e combativo defensor dos direitos humanos retratado por Silva (2004), os meios de comunicação de massa exercem forte influência na formação da opinião pública, de forma que alguns jornalistas ao abordar a questão da violência urbana, acabam estimulando, cada um do seu modo, mais violência, nesse particular quanto a execução de marginais;

Nesse sentido relata:

Afanásio¹⁴, por exemplo, prega a desobediência à lei, surgindo ao policial que antes da lei há o bom senso. Com isso, na verdade, dizendo que quem deve fazer a lei é a polícia. E deve também julgar, pois na medida em que o delinquente é um mentiroso e mau por natureza, sua culpa é estabelecida mesmo antes de qualquer procedimento legal. E daí a execução sumária, encarecida aos policiais que exterminam o que ele chama de canalhas, bandidos, imundos, debilídeos, safados etc (BICUDO apud SILVA, 2004 p. 104).

Através dos meios de comunicação de massa os adeptos da repressão e das propostas pragmáticas para conter a criminalidade, produzem, generalizam e universalizam um discurso fácil e simplista em relação a violência urbana. Como essas ideias se apoiam em emoções e no

¹⁴Jornalista, radialista, advogado, recebeu a maior votação como Deputado Estadual de São Paulo (558.138 votos) nas eleições de 1986, defendendo ações policiais duras contra os bandidos.

medo, são aceitas facilmente pelos setores populares o que na visão de Silva (2004, p. 90) “prejudica qualquer esforço para explicar as causas da violência e da criminalidade, pois se fundamenta num discurso composto por vazios e lacunas intrínsecos à ideologia [...] e terminam por incentivar e favorecer a perpetuação da prática do extermínio”.

Na Bahia, alguns programas de rádio e de televisão a exemplo do Programa na Mira da TV Aratu/SBT apresentado por Uziel Bueno e o Programa Se Liga Bocão da TV Itapuã/Record apresentado por José Eduardo espetacularizam as cenas de violência, produzindo e reproduzindo mais violência.

No programa Na Mira são utilizadas frases prontas e calculadas para surtir efeitos junto aos seus telespectadores a exemplo: “o sistema é bruto”, “aqui não é programa da Xuxa”, “meu Deus eu não quero morrer”. Além desse lastimável vocabulário que não educa e favorece a construção de um imaginário social de violência, as cenas mostradas nos referidos programas ao certo contribuem para construir nas mentes das crianças e adolescentes um cenário de naturalidade quanto ao contexto que envolve a violência, onde as cenas brutalizadas de corpos mutilados, ensanguentados, cravados de balas são fatos naturais, e devem ser aceitos como tal.

Além dos aspectos grotescos mostrados nos respectivos programas, principalmente levando-se em conta o horário que os mesmos vão ao ar, 13 horas, é comum a polícia ser parabenizada pelo apresentador quando nos “chamados confrontos” matam os bandidos, o que conforme a “visão social de mundo” dos policiais envolvidos em certas ações pode representar incentivo a manutenção de atitudes ilegais e até mesmo no entendimento de que matar bandido reduz a violência.

Nesse sentido, a comunicação de massa utilizada sem critérios éticos, apenas na disputa por audiência, na busca por ganhos financeiros, acaba em certa medida potencializando a violência e outras situações que não interessam a uma sociedade que busca a prosperidade e a paz pelos canais da legalidade e da formação cidadã.

3.4 IMPACTO ECONÔMICO DA CRIMINALIDADE

Segundo Lemos e outros (2005), existem quatro hipóteses que podem ser arroladas na busca pela explicação da criminalidade sob a ótica da economia:

- a) a criminalidade decorre de atos racionais deliberados por parte do infrator; b) a criminalidade apresenta um componente cíclico, aumentando nas fases de recessão e desaquecimento econômico e diminuindo nas fases de prosperidade; c) a

criminalidade é um problema estrutural, decorrente da maior desigualdade social existente na economia contemporânea; d) a criminalidade não guarda uma relação direta com variáveis socioeconômicas. (LEMOS e outros, 2005, p. 3).

Quanto à primeira hipótese, de que criminalidade é um ato racional, afirma ser uma tradição na teoria econômica o uso da análise custo-benefício para o entendimento do processo de tomada de decisão dos indivíduos.

Nesse sentido descreve o pensamento de Hunt:

há séculos o agente econômico é considerado egoísta e racional, e visa à maximização da utilidade ou prazer derivados de seus atos e à minimização de seus custos ou sofrimento. Assim, desde que a utilidade ou benefício de uma ação supere seus custos, a ação será empreendida. (HUNT, 1985 *apud* LEMOS e outros, 2005, p. 4).

Nesse contexto, a análise do custo-benefício pode ser aplicada ao estudo da violência. No entanto, é necessário supor que o indivíduo que comete um crime e/ou ato de violência o faz racionalmente, ou seja, de forma deliberada. O ato criminoso seria antecedido de um cálculo prévio, onde os ganhos da atividade são comparados com seus custos. Se o benefício total (B) supera o custo total (C), tal que $B > C$, o indivíduo comete um ato ilícito, nesse caso certo das vantagens advindas do mesmo (LEMOS e outros 2005).

Nessa perspectiva, a impunidade se traduz em fonte incentivadora da criminalidade, ao passo que a não aplicação rápida e enérgica das leis que combatem o crime, representa um benefício aos criminosos, conseqüentemente um menor custo ao exercício dos atos ilícitos, favorecendo cada vez mais a sua expansão.

Lemos e outros (2005), classificam os benefícios da atividade criminal em dois tipos: monetários (B_{mon}), correspondendo a quantidade de dinheiro que se ganha (p. ex., num roubo) ou se deixa de gastar (p. ex., num caso de sonegação de impostos), e psicológicos (B_p), considerando nesse a sensação de desafiar o sistema vigente, enganar as autoridades constituídas ou pelo simples prazer pessoal pela atividade ilícita, etc.

Por sua vez, os custos da atividade criminosa são divididos em 4 componentes: Custo material (C_{mat}); custo de oportunidade (nw); custo psicológico (C_p); custo esperado de punição ($\theta F + \theta \gamma nw$).

No primeiro são descritos os custos com armas, equipamentos, veículos, disfarces, documentos falsos etc. No segundo, custos com o tempo que é despendido para o planejamento e a execução de uma ação criminosa.

Nesse sentido afirmam:

esse tempo poderia ser dedicado a outras atividades geradoras de renda ou lazer. Assim, há um custo de oportunidade vinculado ao ato ilícito, que corresponde à perda do rendimento potencial proporcionado pelas atividades lícitas. Em geral, considera-se tal custo como equivalente à soma dos salários (w) que seriam obtidos se o criminoso estivesse trabalhando nos n períodos em que se dedicou ao ato ilícito. (LEMOS e outros, 2005, p. 5).

Quanto aos custos psicológicos associados à atividade criminal, foram citados o medo, ansiedade, sentimento de culpa, e o desprazer provocado pela execução de um determinado ato (matar alguém, p. ex.).

Outro ônus que pode ter o criminoso é descrito como o custo esperado de punição. Esperado, por não haver certeza na concretude do referido, mas apenas a probabilidade que o mesmo venha acontecer. Nesse caso, que o criminoso seja preso, julgado (se for o caso) e sentenciado.

A punição pode ser através da adoção de uma multa ou da prisão do indivíduo, o que ocorrendo, acarreta em mais um custo, que é o de oportunidade, representado pela perda de salários que o indivíduo receberia fora da prisão na execução de trabalhos lícitos (LEMOS e outros, 2005).

De acordo com Lemos e outros (2005), a criminalidade poderia ser diminuída por meio de políticas públicas que restringem os benefícios ou elevam os custos da atividade ilícita.

A segunda hipótese relaciona as mudanças nos índices de criminalidade com o ambiente econômico vivenciado pela sociedade. Assim, em períodos de expansão econômica a criminalidade se reduz. Por sua vez, em épocas de recessão ou depressão econômica ocorrerá também uma elevação nos índices de criminalidade.

As duas primeiras hipóteses são descritas como mais adequadas à explicação de crimes contra a propriedade. Haja vista, serem maiores as oportunidades de trabalho e geração de renda numa economia em expansão, de forma a desestimular as atividades criminosas. No entanto, a relação entre o desemprego e a criminalidade é vista com certo cuidado:

o impacto do desemprego sobre os índices de criminalidade não é instantâneo. Supõe-se que o indivíduo que ingressa no contingente de desempregados, em condições normais, buscará sua reinserção no mercado de trabalho. Ainda que essa tentativa se mostre frustrada, o indivíduo tem o recurso a suas poupanças pessoais e ao seguro-desemprego. Somente após esgotada parte destas economias é que o indivíduo cogitaria cometer um crime. (LEMOS e outros, 2005, p. 6).

Outros pontos relacionados à questão do desemprego, da conta de que essa condição pode fazer com que os indivíduos permaneçam mais tempo em suas residências, reduzindo a vulnerabilidade dos alvos disponíveis para os criminosos e que o desemprego, ao rebaixar a

renda média, tende a diminuir a recompensa pelo crime (SAPORI; WANDERLEY, 2001, *apud* LEMOS e outros, 2005, p.7).

Na terceira hipótese a criminalidade é posta como sendo um problema estrutural, em virtude das desigualdades existentes nas atuais economias. E tanto os crimes contra a propriedade quanto os crimes contra a pessoa seriam resultantes desse desequilíbrio.

Ao abordar o pensamento de Marx e Engels, afirma Lemos e outros (2005) que esses não discutiram a questão de forma profunda, mas deixaram contribuições significativas para a compreensão do fenômeno. Uma contribuição considerada refere-se à constatação de que na sociedade coexistem várias classes e sempre há antagonismos presentes. Nesse ambiente, haverá no mínimo uma classe explorada e uma classe que se apropria de produto produzido por outros.

Com base nesse pensamento, o desenvolvimento do capitalismo produz não apenas maior complexidade social, mas também exacerba as contradições sociais, e isso provoca o aumento dos índices de criminalidade, sendo esse considerado, como uma consequência "lógica", decorrente de uma falha estrutural do sistema (LEMOS e outros, 2005).

Na última hipótese, a criminalidade é desassociada das questões socioeconômicas e atribuído a fatores de cunho psicológico, cultural-antropológico ou de interação social. A violência seria decorrente de patologias individuais de natureza biológica; especificidades culturais/religiosas/antropológicas de determinadas regiões ou etnias; má-interação social, ou seja, má influência exercida sobre o indivíduo pela convivência com infratores, às vezes até no próprio seio familiar (LEMOS e outros 2005).

3.4.1 Métodos de estimação dos custos da criminalidade

Conforme Texeira e Serra (2005), os primeiros métodos utilizados para mensurar os custos da criminalidade para a sociedade foram definidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), utilizando-se de dois enfoques: o enfoque parcial e o enfoque global.

A utilização do enfoque parcial se dar quando é impossível a implementação do enfoque global, seja por carência de dados, complexidade na metodologia ou quando se deseja ressaltar um impacto específico da violência (TEXEIRA; SERRA, 2005).

Os primeiros estudos utilizando o enfoque parcial foram desenvolvidos nos anos 70, e foram relativos à valorização da vida humana, tendo como base as perdas na produção, levando em conta aspectos relacionados aos participantes como sexo, idade e a ocupação dos indivíduos.

O enfoque global tem como objetivo estimar a totalidade dos custos da violência. Para esse tipo de estudo o BID desenvolveu três técnicas metodológicas: contagem, preços hedônicos e valoração contingente.

Na técnica de contagem os custos são especificados previamente e o resultado global é a agregação dos mesmos. A utilização desse método é vantajosa por esse só requerer informações parciais. Assim, caso exista informações sobre determinados aspectos e não sobre outros, serão somados apenas os custos provenientes dos aspectos que contém informações. As desvantagens no uso dessa técnica estão na arbitrariedade das categorias e o risco da inclusão de um mesmo custo em duas categorias distintas, gerando uma dupla adição (TEXEIRA; SERRA, 2005).

3.5 DESENVOLVIMENTO

O estudo do desenvolvimento envolve diferentes aspectos relacionados ao tempo e espaço, e abrange uma série de questões relacionadas à evolução do homem e com esse a evolução da atividade econômica.

Segundo Peyrefitte (1999), o desenvolvimento deve ser estudado através da história das civilizações, da história dos eventos econômicos, políticos, sociais, da história das idéias filosóficas, religiosas, econômicas e antropológicas.

Para Peyrefitte (1999, p. 445), “o desenvolvimento é história - como a própria palavra sugere. Nasceu e afirmou-se – evolui como evolui qualquer dado político, econômico, social ou religioso.”.

Nesses termos, antes de explorar a concepção de desenvolvimento, torna-se necessário, contudo, analisar os preceitos históricos do desenvolvimento para que se obtenha uma melhor compreensão dos fatos, acontecimentos e das condições que marcaram e ainda marcam a existência desse fenômeno, o qual modifica as condições materiais do homem, influenciando suas atitudes e reações num mundo conturbado por necessidades ilimitadas e escassez de recursos. Antes, no entanto, serão apresentadas algumas concepções que buscam diferenciar desenvolvimento econômico de crescimento econômico.

3.5.1 Desenvolvimento econômico e crescimento econômico

O conceito de desenvolvimento é um dos temas mais debatidos e controversos nas ciências sociais. Porém, apesar das divergências existentes entre as concepções de

desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam. (SCATOLIN, 1989 *apud* OLIVEIRA; LIMA, 2006, p.15).

É bastante rico o debate que se trava no ambiente acadêmico buscando a distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. Oliveira e Lima (2006, p.18) citando Furtado (1961), afirmam que no prisma econômico, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade.”

Referindo-se a Sandroni (2004), Oliveira e Lima (2006, p.18) descreve “o desenvolvimento econômico como crescimento econômico (incrementos positivos no produto) acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia.”

Para Souza, citado por Oliveira e Lima (2006) existe duas correntes de pensamento econômico sobre o tema. A primeira corrente encara o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquanto na segunda, o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não o suficiente. O desenvolvimento econômico requer um ritmo de crescimento econômico contínuo e superior ao crescimento da população, englobando mudanças estruturais e melhorias nos indicadores de qualidade de vida.

Descrevendo o pensamento de Scatolin, afirmam os autores que a partir de 1940 os economistas estruturalistas ligados a CEPAL, passaram a encarar o desenvolvimento de maneira bem distinta do crescimento. Para eles “crescimento era um processo de mudança quantitativa de uma determinada estrutura, desenvolvimento era interpretado como um processo de mudança qualitativa de uma estrutura econômica e social.” (OLIVEIRA; LIMA, 2006, p. 19).

Nesse sentido, o desenvolvimento “passa a ser entendido como uma resultante do processo de crescimento, cuja maturidade se dá ao atingir o crescimento auto-sustentado, ou seja, talvez alcançar a capacidade de crescer sem fim, de maneira contínua.” (OLIVEIRA; LIMA, 2006, p. 20).

3.5.2 História e teorias sobre o desenvolvimento

Conforme Beviláqua (1989), a literatura sobre o desenvolvimento afirma que esse fenômeno se iniciou no século XV, no alvorecer dos tempos modernos, período considerado como de substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista, final do

período denominado de Idade Média e que teve maior ênfase após a Revolução Industrial no século XVIII.

Para Beviláqua (1989), a invenção dos instrumentos de pedra foi um ponto de partida para o progresso material do homem. Descrições históricas mostram que cento e vinte mil anos antes de Cristo o homem primitivo já utilizava tais instrumentos a exemplo de machados de pedras, arcos e flechas, utilizados como forma de proteção e para caça. Mais adiante o homem inventou os instrumentos agrícolas, o arado, a enxada, a pedra de amolar, o veículo de rodas e outros instrumentos mais perfeitos produzidos com estanho, cobre, ouro, chumbo e prata que propiciavam o aumento da produção com menor esforço.

Mas tarde apareceram os algarismos, a pólvora, a imprensa, a bússola e nos fins da segunda metade do século XVIII, surge às máquinas, que utilizadas como instrumentos de trabalho, provocam uma significativa mudança no processo de produção, nasce assim, o advento da Revolução Industrial.

As descobertas e invenções que daí adveio modificaram muitos aspectos da vida econômica, política e social. Os métodos manuais empregados principalmente na agricultura foram sendo substituídos pelas máquinas. Os meios de comunicação e transportes se evoluíam cotidianamente, provocando mais eficiência ao processo de produção e na criação de novos bens (BEVILÁQUA, 1989).

Emmanuel Wallerstein, citado por Peyrefitte (1999), descreve o início do desenvolvimento por volta do século X, momento em que a agricultura não se limita unicamente a garantir a subsistência e já consegue dispor de excedente agrícola. O desenvolvimento se inicia em processos lentos, pouco visíveis, mas uma vez em andamento, prosseguiu, encadeando-se e interagindo de forma acumulativa e irreversível. É o início de uma expansão econômica ordenada.

Ainda nesse contexto, Peyrefitte (1999), enumera uma série de eventos que considera significativos ao processo de desenvolvimento, como exemplo: o aparecimento no século XI (1030) das primeiras organizações profissionais; a abertura das primeiras casas bancárias na França (1044-1047); a promulgação de um código marítimo e comercial (1063); a expansão das corporações de ofício (1082); a dinamização das feiras livres favorecendo o intercâmbio comercial; o início da exploração de minas de prata na Alemanha (1162); a normalidade da prática da usura e do empréstimo a juros adotando a venda a termo com preço majorado (1179); a adoção na Itália dos contratos *Colleganza*¹⁵ e de *commenda*; a instalação em Veneza

¹⁵ *Colleganza*: Contrato de associação (criado em Veneza por volta de 1072). A *Commenda*, é a replica do *Colleganza* e foi criado um século depois em Gênova.

na Itália (1207) dos primeiros teares de seda; a instalação pelos comerciantes alemães de sucursais no contorno do Mar Báltico (1209); a disseminação em várias partes da Europa de tratados de amizade e de liberdade de comerciar e os vultosos lucros produzidos pelas trocas nos séculos XII, XIII, XIV.

Além desses elementos considerados impulsionadores do desenvolvimento, o referido autor elenca outros que considera dinamizadores do processo, tais como: o aparecimento no século XIII dos primeiros corretores comerciais e operadores de câmbio; surgimento de inúmeras casas bancárias e de instituições que lidam com questões financeiras e monetárias (1256); expansão do comércio de longa distância e dos empreendimentos estatais através do mar Mediterrâneo (1367); início da circulação metálica expandindo as trocas e a produção; instalação da Bolsa de Bruges e o início do endosso da letra de câmbio, momento em que as dívidas em dinheiro podem ser transferida a outras pessoas (1409); difusão no Norte da Europa do auto-forno, que permite obter a fundição, depois o aço; substituição do carvão vegetal pela hulha¹⁶ multiplicando a produtividade dos altos-fornos; expansão e dinamização da atividade têxtil interligando espaços urbanos e rurais, continentais e marítimos; crescimento das cidades com elevado aumento demográfico; surgimento de indústrias ligadas ao progresso urbano provocando a especialização; incremento na dinâmica comercial onde é preciso vender para produzir e produzir para vender; formação de novos mercados em torno de novas especializações; o advento da reforma protestante que mobiliza mais a imprensa e favorece a proliferação das oficinas produtoras de Bíblias e livros de orações (1.470) (PEYREFITTE, 1999).

3.5.3 A chegada do Estado

Peyrefitte (1999), também descreve a chegada do Estado, inicialmente estruturado no poder dos soberanos, duques, príncipes ou reis e obedecendo a uma lógica própria, visando consolidar, defender ou estender os territórios de que começam a apreender e extrair rendimentos e homens armados.

O aumento desse poder político representado pelo Estado é associado a um intervencionismo crescente: sistema fiscal, pedágios, concessões, taxas sobre transações, monopólio do sal etc.

¹⁶ A hulha é um carvão mineral. O carvão mineral é formado por troncos, raízes, galhos e folhas de árvores gigantes que cresceram há 250 milhões de anos em pântanos rasos (WIKIPEDIA, 2009).

Para esse novo poder, o comércio, a indústria, as finanças são instrumentos políticos, e não a política um instrumento da vida econômica. A economia é um meio a serviço do poder, que permanece essencialmente territorial. O Estado e o monopólio são coniventes, mas essa cumplicidade não constitui fator de desenvolvimento (PEYREFITTE, 1999).

3.5.4 O desenvolvimento sob o olhar da igreja

A evolução política, social, cultural desenrolou-se sob o olhar da igreja desconfiada da economia, e sobre tudo das formas que impulsionavam a economia para frente, das primeiras molas do desenvolvimento.

As doutrinas da igreja incitam a resistência ao progresso econômico, tão grande é seu peso na sociedade. A Igreja Romana, até o século XVI, é o maior latifundiário de toda a Europa, o maior fornecedor e comprador dos produtos do solo e do subsolo, maior investidor, maior construtor e o primeiro mecenas (PEYREFITTE, 1999).

A Igreja Romana proibiu e reprimiu por séculos o empréstimo de dinheiro, designado pela palavra usura. Condenava atividade comercial. No entanto, o preconceito anticomercial não é unicamente dela. Vai ao encontro de uma inveterada desconfiança popular contra o intermediário, que vende o que não foi produzido por ele mesmo.

A doutrina oscila entre a desconfiança moral e a aceitação prática. A igreja “aceita o comércio como fato, mas rejeita-lhe os valores. Predomina a idéia de que não se pode ser ao mesmo tempo negociante e bom cristão.” (PEYREFITTE, 1999 p. 90).

3.5.5 O desenvolvimento após a Idade Média

Para Beviláqua (1989), um ponto em comum na literatura sobre o desenvolvimento é a descrição de que os últimos cinco séculos representam a fase primordial do desenvolvimento. Nesses ocorreram mais avanços e mudanças na dinâmica econômica da humanidade, por sua vez, no desenvolvimento, do que todo período anterior no qual se assenta o tempo da existência humana na terra. No entanto, esse processo não ocorreu uniformemente em todos os lugares, a evolução econômica atendeu a evolução humana.

Nesse sentido, o progresso econômico da humanidade se deu em várias etapas, mesmo que alguns grupos humanos não tenham passado por todas as etapas históricas e se “desenvolveram de forma diversa ou mantêm coexistência, ainda hoje com muitas das fases históricas.” (BEVILÁQUA, 1989, p. 35).

Beviláqua (1989) apresenta um modelo evolutivo das organizações econômicas para demonstrar o processo de desenvolvimento da humanidade a partir dessas organizações.

A primeira fase desse processo evolutivo nominada pelo autor como de Apropriação Direta, tem seu início a cento e vinte e cinco mil anos a.C. Nessa fase a organização econômica diz respeito ao homem primitivo, o qual satisfazia as suas necessidades cotidianas recorrendo diretamente à natureza, coletava, caçava e pescava os alimentos que necessitava.

A fase seguinte é chamada de Pastoril ou Agropastoril. Surgiu quando o homem começou a domesticar os animais e a escolher os cereais para seu consumo. Pode também ser chamada de sistema familiar, quando uma família, clã ou tribo constituía uma unidade econômica. Nessa fase já havia certa divisão do trabalho, algumas trocas dentro do grupo social e completa auto-suficiência.

A terceira fase é denominada de Artesanato e floresceu no século XIV, quando as cidades começaram a prosperar. Foi o começo da especialização. Quando o sapateiro, o ferreiro, o alfaiate, o tecelão, o carpinteiro e outros artesões principiaram a produzir mercadorias para o consumo dos outros.

Nessa fase a moeda ganha importância, as cidades passam a disputar influência política e comercial, surgem as guildas¹⁷ mercantis e artesanais.

A fase seguinte foi denominada de Sistema de Trabalho Doméstico ou por Tarefa. Essa organização floresceu nos séculos XVI até meados do século XVIII e sucedeu as guildas.

Essa fase foi marcada pelo aparecimento da figura do intermediário que adquire as matérias-primas, entregava-as em regime de trabalho por tarefa aos operários e procurava mercado para os produtos acabados. O intermediário passa a ser o capitalista, produzia para mercados desconhecidos e pagava salários aos trabalhadores.

O Nacionalismo a fase seguinte, decorre da decadência dos velhos regimes econômicos e políticos, após o período denominado de idade média. Momento em que os Estados Nacionais, em particular a Inglaterra e parte da Europa aumentam o seu poder à custa dos senhores feudais, das guildas, das cidades e da igreja (BEVILÁQUA, 1989).

O Mercantilismo vem em seguida, e nasce em consequência ao Nacionalismo. Nessa fase denominada Sistema Nacional de Regulamentação que prevaleceu nos Estados Nacionais

¹⁷ Guildas: organizações que agregavam comerciantes e artesões respectivamente para fortalecer as atividades desenvolvidas por seus pares a fim de fomentar interesses, principalmente impedir o avanço da concorrência externa.

existentes em toda Europa, a atividade econômica e social era regulada tendo-se em vista a maximização da riqueza nacional. A obtenção de resultados favoráveis no comércio externo, com total controle do comércio interno.

Sucedendo o Mercantilismo inicia a fase denominada de “Laissez Faire”. Frase cunhada pelos pensadores clássicos que se traduz na política de deixar as coisas entregues a si mesmas.

Esse sistema nasce pela força dos comerciantes, exportadores, importadores, ao descobrir que seus interesses e os do Estado nem sempre estavam em harmonia. Entendiam que não cabia ao governo intervir nas atividades privada (BEVILÁQUA, 1989).

Assim é visto esse processo:

O bem estar individual e a prosperidade nacional eram naturalmente compatíveis [...] se se permitisse que todos cuidassem de seus próprios interesses, tanto maior seria o bem nacional [...] Não somente o comércio interno deveria estar a salvo de restrições legais, como também se extinguiriam os ônus aduaneiros incidentes sobre o comércio exterior. (SMITH, 1776 *apud* BEVILÁQUA, 1989 p. 39).

Para Rostow (1961), o processo de desenvolvimento ocorreu em etapas, tendo como ponto de partida a história dos povos. O mesmo concebe cinco etapas do desenvolvimento, e toda sociedade se enquadra conforme suas dimensões econômicas dentro de uma das cinco etapas que são definidas como sendo: 1ª A Sociedade Tradicional; 2ª As Pré-condições para o Arranco; 3ª O Arranco; 4ª A Era do Consumo em Massa; 5ª Para Além do Consumo.

A Sociedade Tradicional é descrita como aquela onde a estrutura expande dentro de funções de produção limitadas, pouca ou nenhuma base tecnológica e nenhuma manipulação produtiva. Rostow (1961) define esse momento como um divisor histórico, ante ao homem que não manipulava a base produtiva, e na etapa seguinte os homens passaram a crê de maneira predominante que o mundo exterior era suscetível de manipulação sistemática.

Esse modelo não é estático, podendo haver aumentos do volume da produção como também aumento de produtividade. No entanto, existia um teto no nível de produção per capita, originado pela inexistência de potencialidades científicas e tecnológicas modernas, e se existiam em certa dimensão a sua utilização não era regular e sistematicamente aplicadas.

Outras características dessa sociedade é a limitação da sua produtividade, proporção elevada de recursos dedicada a agricultura, estrutura social hierarquizada, o que o autor chama de “fatalismo a longo prazo”, que se traduz no fato de que as possibilidades abertas aos netos seriam as mesmas existentes para os avós. A organização social baseada em vínculos de família e nos clans. O poder político era ligado aos que detinham a posse da terra.

A etapa denominada “As Pré-condições para o Arranco”, engloba as sociedades em processo de transição. Esse processo se traduz em certo tempo para transformar uma sociedade tradicional, do ponto dessa conquistar as condições para explorar e desfrutar das possibilidades trazidas pela ciência moderna.

Essa etapa do desenvolvimento se verificou de forma acentuada na Europa Ocidental no final do século XVII e início do XVIII, num ambiente onde a ciência permitiu novas funções de produção na agricultura e na indústria, já com vistas a uma expansão dos mercados mundiais.

Nesse estágio dissemina-se a idéia de que é possível o progresso econômico, e com esse, outras finalidades como o lucro privado, o bem estar geral, a educação. Aparecem os homens das empresas, seja na esfera privada ou do governo. Nasce os bancos e outras instituições destinadas a mobilização de capital – Crescem as atividades de transportes, comunicações e matérias-primas. O comércio se expande interna e externamente, surge à moderna empresa industrial.

Esse movimento ainda se dar em ritmo limitado, numa economia caracterizada por métodos de baixa produtividade. Esse período vai desde 1783 na Grã Bretanha, 1860 nos Estados Unidos e Alemanha, 1880 no Japão, 1914 Rússia e Canadá, 1950 Índia e China (ROSTOW, 1961).

A terceira etapa, “O Arranco”, se dar numa sociedade moderna, sem obstruções e resistências ao desenvolvimento, esse passa a ser uma situação normal.

A Grã Bretanha, Estados Unidos e Canadá experimentam da evolução tecnológica na indústria e agricultura. A nova classe empresarial se amplia, também os fluxos de investimentos no setor privado.

A Marcha para a Maturidade, a 4ª etapa do desenvolvimento iniciado uns 60 anos após o Arranco, é descrita como um longo intervalo de progresso continuado, em que a economia está em firme ascensão e estende a tecnologia moderna a toda atividade econômica. Nesse momento de 10% a 20% da renda nacional são investidos continuamente, permitindo com que a produção ultrapasse o incremento demográfico. Nascem novas indústrias e as antigas se modernizam. A economia passa a um panorama internacional – Aparecem novos produtos.

De acordo com Rostow (1961), este momento foi vivido pelos Estados Unidos, França, Grã Bretanha e Alemanha no final de século XIX início do XX.

A etapa da Maturidade é aquela em que a economia apresenta capacidade de avançar para além das indústrias, onde a economia demonstra que possui as condições técnicas e organizacionais para produzir o que decide produzir. Exemplo da Suécia e Suíça. É uma

questão de opção econômica ou de prioridade política do que uma carência tecnológica ou institucional.

A quinta e última etapa, nominada “A Era do Consumo em Massa”, consiste no momento em que os setores líderes da economia se transfere para os produtos de consumo duráveis e os serviços. É vivenciada pelos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão.

Essa etapa se originou quando a renda real por pessoa elevou-se ao ponto dos consumidores ultrapassarem as necessidades mínimas de alimentação, habitação, vestuário. A estrutura da força de trabalho modificou-se elevando a produção em geral. Nesse momento as sociedades ocidentais decidiram atribuir recursos cada vez maiores a assistência social – nasce o Estado do Bem Estar Social (Welfare State¹⁸).

Os recursos são dirigidos para a produção de artigos de consumo durável e para serviços em massa. Esse é o momento da soberania dos consumidores, e o automóvel barato, produzido em série é elemento decisivo dessa economia. Essa etapa foi levada a prática a partir de 1946 nos Estados Unidos e em 1950 na Europa Ocidental e Japão.

3.5.6 A visão etnocêntrica do desenvolvimento

Esse processo tratado no trabalho do Peyrefitte (1999), e que não encontra sustentação científica necessária refere-se a uma visão etnocêntrica, onde o subdesenvolvimento tenha relação com a raça ou etnia, e que o processo de desenvolvimento se insere nas relações seculares da cultura dos povos.

Nesse contexto, afirma Peyrefitte (1999), que “todos os países desenvolvidos são – ou eram, até a modernização do Japão, no final do século XIX – de raça branca e de cultura grego-judaico-cristã. E que nenhum povo homogêneo dessa categoria figura na lista de países subdesenvolvidos – poder-se-ia assim, pensar em “inaptidão natural para o progresso”, de “etnias atrasadas” ou ainda como se fazia no século XIX, ser resultante de “raças inferiores”. “O desenvolvimento e o subdesenvolvimento estariam inscritos nos genis, o que significa dizer que a biologia deteria a chave do problema.” (PEYREFITTE, 1999, p. 30).

¹⁸ *Welfare State*, também conhecido como Estado-providência, é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado (nação) como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com a nação em questão. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população.

Outro ponto destacado pelo autor refere-se às questões imateriais. Afirma que os dados da história econômica – matérias-primas, capitais, mão-de-obra, relações de produção, investimentos, trocas, distribuição, índices de crescimento, foram postos até agora no centro das explicações do desenvolvimento, no entanto, os traços imateriais da civilização – religião, preconceitos, superstições, reflexos históricos, atitudes perante a autoridade, tabus, moral do indivíduo e do grupo, valores, educação e outros - eram considerados satélites insignificantes, gravitando em torno da estrutura central (PEYREFITTE, 1999).

Nesse sentido propõe inverter os papéis de subfator secundário, as mentalidades tornar-se-ão o centro em torno do qual tudo gravita; motor do desenvolvimento, ou obstáculo intransponível, e as condutas culturais, religiosas, sociais e políticas exerçam influência decisiva no desenvolvimento. Nessa linha de pensamento cita frase de Ernest Labrousse, que afirmava “o mental atrasa o social” e o “social, o econômico” (PEYREFITTE, 1999, p. 31).

A hipótese levantada por Peyrefitte (1999, p. 32), é que o desenvolvimento reside na confiança depositada na iniciativa pessoal, na liberdade empreendedora e criativa – “numa liberdade que conhece suas contrapartidas, seus deveres, seus limites, sua responsabilidade”.

Para Peyrefitte (1999), há mecanismos mentais, impelentes ou inibidores do desenvolvimento, desigualmente presentes em cada sociedade dessa época e que o *Ethos* de confiança é o pano de fundo de qualquer desenvolvimento real e durável e que existe doze critérios segundo os quais se pode reconhecer uma sociedade desenvolvida ou em vias (reais) de desenvolvimento:

A mobilidade social; a evolução da sociedade civil, a adaptação orgânica; a homogeneização da sociedade – pela circulação facilitada dos bens, das pessoas, das informações; a aceitação e a busca da novidade. A previsão, a antecipação, a valorização da pesquisa e do desenvolvimento, a inovação e a iniciativa são valores fecundos, não ameaças a ordem social; a tolerância as idéias heterodoxas, fundada no apego ao pluralismo; a aposta na instrução, isto é confiança no desenvolvimento intelectual e na difusão cultural; a busca de uma organização política que seja aceita como legítima pelo maior número possível de indivíduos; a autonomia de funcionamento da esfera econômica; uma economia que se apóie na cooperação da maioria. A saúde pública como valor essencial: a mortalidade energicamente combatida, (chegando a obstinação terapêutica); a natalidade dominada e responsável (com um grave risco: a rejeição a vida); organização dos recursos alimentares racional e cotidianamente negociada por um mercado aberto e concorrencial e a violência controlada por um poder policial e judiciário considerado legítimo. (PEYREFITTE, 1999, p. 454).

Para Milone (1995, p. 467), a idéia de desenvolvimento econômico é recente. Antes do surgimento do capitalismo as sociedades encontravam-se em estágios comparativamente estagnados – “elas eram basicamente agrícolas e variavam pouco ao longo dos anos, com exceção da ocorrência de boas ou más colheitas, de guerras e de epidemias.”

O capitalismo produziu mudanças significativas ao introduzir tecnologias e acumulação de capital, o que modificou radicalmente as estruturas sociais.

Conforme Singer (2004), o pensamento marxista trata a questão do desenvolvimento a partir da análise da diferença entre os países desenvolvidos e os não-desenvolvidos – e que a origem dessa diferença se explica pela teoria do imperialismo. A qual teve início no sec. XVI, com a expansão do capital comercial ibérico e mais tarde holandês e inglês e tomou forma definitiva no sec. XIX com o capitalismo industrial.

O desenvolvimento começa provocando crises mundiais do capitalismo e essas se manifestam sob duas formas:

A primeira pela sucessão de fases de ascensão. A segunda forma se dar pela ocorrência das guerras mundiais – Esses fenômenos reduzem enormemente o fluxo de comércio internacional – O que gera um recuo na economia para um estágio anterior e mais atrasado onde a crise se manifesta. Em alguns países criam-se as possibilidades de substituição de importações. O setor de mercado interno que era um apêndice do setor de mercado externo passa a crescer automaticamente, substituindo pela sua produção os produtos anteriormente importados. (SINGER, 2004, p.161)

Nesse novo cenário nascem algumas indústrias que ajudam o desenvolvimento do setor produtivo, na medida em que protege as indústrias locais da concorrência estrangeira. E por substituição de importações impulsiona o crescimento do mercado interno, conseqüentemente, cresce também o mercado para exportação dos países industrializados.

Esse modelo de desenvolvimento favorece a um maior investimento dos países imperialistas que antes tinham nas economias coloniais uma área restrita para os investimentos. Nesse sentido, os marxistas têm a concepção de que o desenvolvimento é a superação do retardo que impediu que esses países atingissem o mesmo grau de expansão das forças produtivas que os países industrializados atingiram (SINGER, 2004).

3.5.7 O desenvolvimento e a sociedade dual¹⁹

Para Ferreira (1993), o desenvolvimento tende a criar uma sociedade dual, dividida em amplos setores, dos quais um representa o moderno e o progressista, enquanto o outro representa o velho e arcaico. Esse pensamento advém de Boeke em sua economia dualista (*Dualitsche Oikonomia, Leiden, 1930*) e Furnival no seu estudo sobre as Índias Neerlandesas (*Netherlands Indias: A Study Of Plural Economics, Cambridge, Mass, 1944*) onde afirma que

¹⁹ Dual é uma flexão gramatical de número (como o singular e o plural) indicando um conjunto de duas coisas.

a dualidade provém do fato de que a sociedade se organiza e coexiste segundo dois padrões: O padrão arcaico e o padrão moderno.

O padrão moderno pode ser comparado ao centro progressista de economia industrializada e tecnológica, e o padrão arcaico caracterizado pela periferia marginal com uma economia de base rural e de insuficiente tecnologia. Na primeira predomina uma constante modernização, enquanto na outra predomina padrões arcaicos de economia e de comportamento (FERREIRA, 1993).

Além disso, geralmente o núcleo do desenvolvimento tende a drenar as riquezas da periferia pelas próprias relações de intercâmbio comercial, em que os termos de troca da sociedade nuclear são vantajosos em desprovelto da sociedade periférica, a primeira repousando em produtos manufaturados e a segunda da agricultura.

A interpretação sociológica do desenvolvimento advoga o fato de que no centro do desenvolvimento se estrutura um processo ascensional de efeito propulsivo, enquanto que na periferia o processo é de efeito regressivo ou descensional (FERREIRA, 1993).

No entanto, o controle e a direção das forças econômicas pelo Estado podem superar um pouco tais divergências, estimulando com recursos do capital e da técnica as regiões pouco desenvolvidas de um país.

3.5.8 O desenvolvimento para a Cepal

De acordo com Souza (1999), para os pensadores da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), grupo criado pelas Nações Unidas logo após a segunda guerra mundial com o objetivo de realizar estudos visando o desenvolvimento da região e que teve como principais pensadores Raul Pribisch e Hans Singer – O desenvolvimento principalmente para essa região, só seria possível com a industrialização, planejamento econômico e ampla participação do Estado no processo produtivo.

Os cepalinos criticavam a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo,²⁰ segundo a qual os países deveriam especializar-se na produção daqueles produtos para os quais apresentassem vantagens comparativas de custos. Desse modo os países periféricos²¹

²⁰ Considerado como um dos fundadores da escola clássica inglesa da economia política, juntamente com Adam Smith e Thomas Malthus.

²¹ Os países periféricos são aqueles que têm economias pouco desenvolvidas, a base econômica é formada pela produção de produtos primários, tem certa dependência dos países centrais e possuem pouca influência no cenário internacional.

produziriam alimentos e matérias primas para exportação e importaria produtos manufaturados dos países desenvolvidos (SOUZA, 1999).

Na visão de David Ricardo, o progresso técnico gerado nos países desenvolvidos (centrais²²), incorporados nas importações, difundir-se-ia nos países subdesenvolvidos (periféricos), por meio da redução dos preços dos produtos manufaturados importados. Ao mesmo tempo, a menor incorporação de tecnologia na produção primária e a maior demanda dos países centrais, devido o crescimento de sua renda, elevariam os preços dos produtos primários. Nessa relação das trocas ganhariam os países exportadores de produtos não industriais, ou seja, os periféricos, que atingiriam o desenvolvimento econômico sem necessidade de industrialização (SOUZA, 1999).

Conforme Souza (1999), para os cepalinos neoliberais, exemplo de Eugênio Gudim, Octávio Gouveia de Bulhões, Dênio Nogueira e Daniel Carvalho – o desenvolvimento econômico ocorreria com base em uma economia estabilizada e alicerçada no aumento de produtividade; estímulo as exportações, ampla liberdade ao capital estrangeiro e participação mínima do estado no controle da economia.

Roberto Simonsen cepalino ligado ao setor privado defendia a criação de indústrias de base, como siderurgia e a química como forma para o desenvolvimento. Considerava necessário e decisivo o apoio governamental, por meio de políticas protecionistas e planejamento econômico global (SOUZA, 1999).

O também cepalino João Paulo de Almeida Magalhães defendia a tese da poupança forçada como estímulo ao desenvolvimento. Para ele uma taxa moderada de inflação desempenha papel fundamental no desenvolvimento econômico, visto que a inflação constitui uma poupança forçada, embolsada pelos empresários, que se traduz em novos investimentos.

A corrente cepalina ligada ao setor público, liderada por Celso Furtado, Rômulo de Almeida e Américo de Oliveira, defendia a participação de empresas estatais para a industrialização e conseqüentemente para o desenvolvimento (SOUZA, 1999).

Para o grupo de economistas da corrente denominada não-nacionalista do setor público, liderada por Roberto Campos, o desenvolvimento pode ser derivado do desenvolvimento de outros países, através da importação de tecnologia e do aporte de capitais,

²² Países centrais são aqueles que detêm maior poder político, econômico e militar. Produzem novas tecnologias, exportam produtos culturais e bens de alto valor agregado. São considerados países desenvolvidos, do chamado “1º mundo”.

inclusive com a participação do capital estrangeiro e com planejamento parcial e coordenação política. O Estado não devia ocupar os espaços onde a iniciativa privada podia atuar com maior eficiência (SOUZA, 1999).

Os pensadores da corrente socialista, tendo como principais representantes Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Aristóteles Moura, somado ao pensamento independente de Inácio de Moura Rangel, defendiam a tese de que o desenvolvimento econômico se daria através da transformação das relações de trabalho do meio rural, visto que a agricultura no país permanecia feudal e que a reforma agrária seria fundamental para essa transformação.

Schumpeter, também retratado por Souza (1999), atribuía o desenvolvimento ao impulso e progresso técnico, mediante aos processos de inovação de novos produtos adotados pelos empresários inovadores com auxílio do crédito bancário fazendo com que a economia mantenha certo nível de crescimento. As empresas dinâmicas impulsionadas por empresários ousados criam mercado ao aumentar a produção e reduzir os gastos com insumos, máquinas, equipamentos e com pessoal.

O desenvolvimento, “impulsionado pelo progresso técnico não se apresenta uniforme no tempo, mas alterna-se em períodos de prosperidade e de depressão”. Está intimamente ligado ao conhecimento tecnológico, a existência de instituições eficientes e ao espírito capitalista dos negócios (SOUZA, 1999, p. 174).

Schumpeter, segundo Peyrefitte (1999), afirma que as relações de produção, o capital, o trabalho, a ideologia e o condicionamento econômico representam um papel secundário no processo de desenvolvimento. E que é a pessoa do empreendedor e não sua devoção religiosa, ou suas convicções ideológicas, ou seus preconceitos sociais – que deve ser levado em conta para explicar o sucesso do processo. Em sua “luta pelo sucesso” o empreendedor não é apenas acionado – ele é protagonista.

Nesse contexto escreve:

o empresário é uma personagem nova – o criador de uma sociedade nova, que assume riscos, que promove inovações, que cria riqueza - que provoca reações em cadeia e o resultado desse processo se revela no desenvolvimento. (SCHUMPETER *apud* SOUZA, 1999, p. 175).

3.5.9 Desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento

De acordo com Camargo (2003), após a Segunda Guerra Mundial acentua-se a preocupação com as questões ambientais, devido à aceleração do desenvolvimento em certos

lugares do mundo, principalmente os que estavam envolvidos diretamente na guerra. No final dos anos 60 o movimento em prol de um desenvolvimento em bases mais sustentáveis se intensificou. Em 1972 na Conferencia de Estocolmo, as discussões avançaram em busca de entendimento dos vínculos entre desenvolvimento e meio ambiente. A partir da ECO 92, no Rio de Janeiro, as nações passaram a preocupar-se com os impactos do processo de crescimento na qualidade de vida.

Camargo (2003) afirma que o termo desenvolvimento sustentável passou a ser divulgado a partir de 1980 após a publicação do artigo “*How to save the World*” (“Como salvar o mundo”) de Robert Allen, quando resumia o livro *The World Conservation Strategy* (Estratégia mundial para a conservação), de 1980 e que foi Ignacy Sachs o formulador dos princípios básicos dessa nova visão de desenvolvimento, que integrou basicamente seis aspectos:

- a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras;
 - c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; f) programas de educação.
- (CAMARGO, 2003, p. 66).

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento se traduz na preocupação da sociedade com a oferta futura de bens e serviços indispensáveis a sobrevivência da humanidade, em outras palavras “o desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente.” (SACHS *apud* CAMARGO, 2003, p. 67).

Camargo (2003) cita outras definições de desenvolvimento sustentável:

Desenvolvimento sustentável é um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo; O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades; Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (CAMARGO, 2003, p.71).

3.5.10 Desenvolvimento Humano

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) o conceito de Desenvolvimento Humano parte do pressuposto de que outras características e não apenas a dimensão econômica influencia a qualidade da vida humana. Assim características sociais, culturais e políticas devem ser consideradas para aferir o avanço de uma população.

Para definir o desenvolvimento humano da população de um país foi elaborado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O índice agrega três componentes: a renda da população, a longevidade e a educação. Os três componentes têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino.

O IDH é tido como uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e de acordo com seus criadores não é uma representação da felicidade. Foi publicado pela primeira vez em 1990 e tornou-se referência mundial. Atualmente, é publicado em dezenas de idiomas e em mais de cem países (PNUD, 2009).

Conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano do ano 2000, São Caetano do Sul, município situado no Estado de São Paulo, alcançava o melhor índice com 0.919, o município de Manari no Estado de Pernambuco alcançava o pior índice 0.467 e o Município de Feira de Santana situava-se num estágio intermediário, mais positivo que negativo, com índice de 0.740.

Em 2009, no cenário internacional com 182 países, a Noruega assume a primeira colocação no *ranking* do IDH com índice 0,971, o Brasil com índice 0,813 assume a 75ª colocação e o Niger, país africano, fica na última colocação com índice 0,340 (PNUD, 2009).

4 VIOLÊNCIA X DESENVOLVIMENTO

A violência, já conceituada nesse estudo e tipificada na categoria de violência da delinquência, tal como o desenvolvimento econômico, são fenômenos humanos, possuem natureza multidimensional, inúmeras definições, estão presentes em todas as sociedades, e se processam conforme as leis, normas, costumes e tradições em curso.

A história da violência caminha lado a lado com a história do desenvolvimento econômico. Surgem com o homem e são processadas por esse, tendo em vista a superação das necessidades, inicialmente de alimento e território, posteriormente de outras ordens, essas engendradas pelos sistemas produtivos e sociais em curso em cada sociedade e mais recentemente num ambiente definido economicamente como neoliberal e espacialmente global.

Na busca pelas “coisas” para suprir os variados tipos de necessidades, os indivíduos se aperfeiçoaram, se agruparam, dividiram tarefas e lutaram dentro e fora dos seus territórios para manter a estabilidade e mesmo para conquistar mais “coisas”.

Nesse processo, alguns grupos foram beneficiados por aprendizados coletivos, fatores e circunstâncias naturais, e tornaram-se mais estáveis, “evoluindo” com mais rapidez (PEREIRA, 1975).

4.1 PROPRIEDADE PRIVADA E A CIDADE

Devido o aprendizado coletivo os grupos dominaram técnicas produtivas, se especializaram, domesticaram animais, estabeleceram domínios territoriais e instituíram a propriedade privada. Território particular, de acesso restrito, sem direito a livre circulação.

A propriedade privada delimita espaço e território, impõem novas regras de convivência, entre os que têm, e os que não têm. O proprietário quer preservar o que possui e muitas vezes conquistar mais, quem não possui quer possuir.

Tal condição revela um estado de conflito, a violência se estabelece. Não necessariamente em etapas como é descrita por Rostow (1961) no caso do desenvolvimento econômico, mas impulsionada por novas condições impostas pelo homem no ambiente evolutivo dessas etapas.

A violência já estava presente nesse ambiente, como estava presente o desenvolvimento, antes estruturado de forma rudimentar e simples, mais tarde de forma complexa. Como complexa passa a ser a sociedade mediante o crescimento do tecido social

escoado nas cidades, que é definida como a “expressão palpável da necessidade humana de contato, comunicação, organização e troca..., numa determinada circunstância físico-social e num contexto histórico (COSTA, 1995 *apud* GOMES, 2008, p.2)

Esse novo ambiente chamado cidade, torna-se entroncamento de relações comerciais e financeiras, concentra centenas de milhares de indivíduos de origem diferente. Surgem novos conflitos, como também, são formados novos laços familiares. Aos poucos o aprendizado e a convivência bucólica originária das áreas rurais vão sendo transformados e nascem novas relações. A luta pela conquista das “coisas”, ainda num ambiente de baixa tecnologia, a exemplo da moradia, alimentos, vestimentas, calçados, utensílios domésticos, martiriza os indivíduos e “machuca” a alma.

O advento da urbanização é iniciado, não apenas pela transferência de indivíduos do campo para as cidades, mas também, pelo aumento da prole, em consequência da maior concentração de pessoas num mesmo espaço.

No ambiente cidade, espaço livre, mas circunscrito por posses e propriedades, alguns indivíduos conquistam “riquezas” materiais e *status*, outros, por sua vez, integram a massa e são reduzidos a números estatísticos: trabalhadores assalariados, desempregados, subempregados, pobres, indigentes, miseráveis, mendigos, drogados, marginalizados etc.

Como descrito no conceito da sociedade dual, um grupo de viventes da cidade evolui na dinâmica equivalente a base tecnológica em voga, outros grupos não acompanham essa mesma dinâmica, mas estão submetidos às mesmas necessidades materiais e sentimentos de realização inerentes a essa sociedade.

Essa desconexão de equidade, quando não resolvida ou atenuada adequadamente pelo Estado favorece o estabelecimento de condutas delinquentes e o desregramento de normas sociais estabelecidas constituindo um estado permanente de marginalidade em certos grupos.

4.2 O LUCRO E O ESTADO GUARDIÃO

A produção das “coisas” e dos serviços é ampliada. Os indivíduos com maior destreza e habilidade assumem a liderança do processo produtivo reunindo trabalhadores e equipamentos nas unidades fabris. Nasce o lucro e com ele um novo conflito se estabelece. A violência assume novos contornos, aumenta a distância em inúmeros aspectos entre os que têm mais e os que nada têm.

O domínio dos mais “ricos” sobre os mais “pobres” se antes ocorria pelo poder da força bruta e da proteção, passa também a se dar pelo poder do dinheiro e domínio dos meios de produção.

Os que vendem o trabalho podem adquirir as “coisas” necessárias para a sobrevivência, os que não trabalham passam fome, são lançados a sorte, passam a viver nas “periferias”, lugar dos pobres e miseráveis, dos desfilados como relata Castel (1989) ao retratar “os inúteis para o mundo”, indivíduos a quem são relegadas formas de sociabilidade demasiadamente perversas e consideravelmente desprovidas de sentido, sem perspectivas de futuro sem pertencimento e vínculo social.

Para quem nada tem, a violência pode constituir um patrimônio, um elemento de força, de prazer, de demonstração de poder. Os “ricos” improvisam com o luxo, a ostentação, a riqueza material, os desfilados ostentam os instrumentos da violência, tendo a arma de fogo o seu mais importante elemento de força e poder.

Nesse contexto afirma Sennett (2009, p.33). “Durante a maior parte da história humana, as pessoas têm aceitado o fato de que suas vidas mudarão de repente devido a guerras, fomes, ou outros desastres, e de que terão de improvisar para sobreviver”.

Assim, o imprevisto para a sobrevivência e o pertencimento também se processa através da violência. Alguns por meio da corrupção matam milhares silenciosamente, na carência dos hospitais, nos desabamentos provocados pelas chuvas, na fome ocasionada pelo desemprego e a pobreza, na redução dos gastos sociais e centenas de outras modalidades que não cabe aqui discutir.

Os desfilados também improvisam, e a violência ao certo, se constitui numa forma de pertencimento, que levam os criminosos a condição de legítimos consumidores.

Conforme Ferreira (1993), nesse momento surge à sociedade dual, dividida em setores um representando o moderno e o progressista, enquanto o outro representando o velho e arcaico. Nessa sociedade um lado progride ou outro regride, um lado come o outro passa fome.

A violência mesmo presente em ambos setores, se estabelece com mais força do lado que passa fome, do lado dos desfilados, pela própria condição de dor, sofrimento, segregação, opressão e abandono.

O Estado como guardião da sociedade, responsável pela justiça social, bem estar e segurança da população, passa a representar os interesses do desenvolvimento “para todos”, mas claramente se posiciona do lado dos mais fortes, nasce desse lado e permanece desse

lado, exercendo com competência o poder e a opressão sobre aqueles que transgridem sua tutela e as normas instituídas em nome coletivo.

Nesse contexto, Max Weber conforme Arendt (1970, p. 19), define o Estado como “o domínio de homens sobre homens com base nos meios da violência legítima, isto é, supostamente legítima”. E Karl Marx, diz que o “Estado é um instrumento de opressão nas mãos das classes dominantes”.

A intervenção do Estado a priori não possibilitou a redução nos índices de violência, em alguns casos ocorreu elevação, haja vista, a ação estatal ser desencadeada na repressão policial e estruturação dos elementos da segurança pública, como se os marginais, em sua maioria excluída do sistema social de pertencimento, reféns das mais diversas drogas lícitas e ilícitas, fossem reder-se a estrutura repressiva do Estado. Que em muitos casos assassinam os pobres, em sua maioria jovens, negros, de baixa escolaridade, desempregados, residentes nas periferias marginalizadas das cidades, e usam essas mortes como troféus representativos da competência policial e da modernidade do Estado.

O Estado ao permitir que seus agentes, pagos com dinheiro da sociedade infrinjam as leis, em nome de uma suposta ação legítima, que ao certo representa um flagrante desrespeito as normas jurídicas nacionais e internacionais, está incentivando ainda mais a violência e prejudicando o desenvolvimento, visto que a violência constitui um elemento inibidor do processo de desenvolvimento.

Santos e Gomes (2006, p.103), referindo-se a elevação da ordem de 38,3% no número de assassinatos na cidade de Salvador, capital da Bahia no ano de 2007 comparado a 2006 escreveram:

Esses dados revelam a falta de investimento por parte do Estado em políticas de prevenção e combate a criminalidade que vem sendo tratada apenas como questão de polícia, com o aumento de efetivo, investimentos em aquisição de armamentos e viaturas, com recursos tecnológicos e técnicas modernas de perícia criminal. Comprovam que o Estado (penal) está apenas preocupado com a repressão. É preciso tratar da criminalidade como consequência do fracasso dos programas econômicos-sociais ao longo da nossa história que resultou na exclusão de grande parte da população, não oportunizaram a igualdade de acesso a bens de consumo desejados pela sociedade, que valorizaram um tipo de estrutura assistencialista que reproduz o estigma do fracasso e da incompetência.

Com o crescimento vertiginoso da violência, onde homicídio tornou-se fato corriqueiro e banal, a frase: “o culpado pelo crime é o criminoso” cunhada na obra Sociabilidade e Violência coordenada por Espinheira (2004, p.56) mostra, como descreve o autor “a falência da Segurança Pública”, onde o Estado passa a incentivar a violência quando

não assume com firmeza o controle da situação e não implanta mecanismos duradouros de combate as causas dessa violência

Além do incremento nos atos de violência gerados pela ausência e inoperância do Estado, Espinheira (2004, p.57) relata o papel inverso assumido pela polícia nesse processo:

Sistematicamente a polícia mata e se desculpa constituindo “autos de resistência”. Os delegados assinam os autos, não os investigam mais, não há mais apurações [...] essa cumplicidade passiva assegura a impunidade, mas que, sobretudo, realimenta a criminalidade [...] a transgressão tornou-se prática evidente e consentida pelo aparelho repressor do Estado. A ordem provoca a desordem. “A criatura se volta contra o criador” [...] Ao mostrar-se ineficaz, o aparelho repressor age eliminando o suposto agressor em “ações legais”, ou em grupos de extermínio nas madrugadas [...] O aparelho repressor não consegue fazer a prevenção e a repressão gera reação dentre os que transgridem de tal modo que procura ser proporcional ou superior à violência desencadeada pela polícia, produzindo um cenário de “guerra” entre as duas forças: a do Estado e a de pessoas ou grupos organizados para a prática de ações criminosas.

Ainda nesse contexto, o professor de história e sociologia, Lázaro Curvêlo Chaves ao discutir sobre violência no texto Reflexões Sobre a Violência: O Brasil em estado de Guerra Civil, afirma:

O Estado Assassino ameaça praticar mais violência. No meio desta loucura toda há ainda aqueles que pregam uma ampliação na repressão estatal, ou seja, implantação da “Pena de Morte”, da “Prisão Perpétua”, “Colocar o Exército nas Ruas”, “Fuzilar sumariamente criminosos”, etc. O desespero leva muitos a desejar que o Estado, responsável maior pelo aumento da violência e do desespero da população, responsabilize-se ainda pela montagem de uma “máquina de extermínio” ao final do processo produtivo. Fica assim: o Estado falha na formação do cidadão, falha ao não criar a todos condições de trabalho e emprego, falha ao não permitir a todos oportunidades iguais, falha no atendimento médico, dentário, hospitalar e educacional e, ao criar “monstros” deve incumbir-se de “exterminá-los”. Francamente [...] (CHAVES, 2002).

4.3 CENTRO E PERIFERIA

Nas relações de trocas, sejam entre pequenos ou grandes grupos empresariais e também entre países, as maiores vantagens geralmente são apropriadas por aqueles com maior poder de barganha, com maior domínio econômico. Nesse sentido, o comércio entre o Brasil aqui definido como periferia e países mais desenvolvidos, definidos como centrais, ao certo se não bem estruturado produz perdas a periferia.

Os países centrais detêm base tecnológica avançada, o que permite maior agregação de valor aos produtos fabricados em suas unidades fabris, elevando os preços dos mesmos, enquanto que na periferia, devido à baixa tecnologia os produtos são mais baratos e

rudimentares, o que na relação de trocas causam distorções desfavoráveis as nações periféricas.

Além disso, os países periféricos por essa condição desfavorável na sua base tecnológica exportam para os países centrais produtos primários e importam máquinas e equipamentos de alta tecnologia e valor agregado, provocando enorme transferência de recursos, produzindo distorções que são refletidas no conjunto da sociedade, pela transferência de riquezas dos mais pobres para os mais ricos.

Nesse contexto, uma relação desigual entre as nações, se de um lado reduz as desigualdade de uma sociedade, pode elevar a da outra, de tal forma a alimentar o ambiente de violência devido ao estado de pobreza e de exclusão que se estabelece.

4.4 SOCIEDADE DE CONSUMO

A abordagem metodológica ao estudo da sociedade, da economia e da história elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels (1818-1883), denominada de materialismo histórico e que se fundamenta no pensamento de que não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência se traduz em mais um elemento norteador dos novos tempos, onde a vida material assume papel de liderança sobre o destino da humanidade e as idéias servem apenas para manter o controle mental e social da classe dominada pela classe dominante.

O desenvolvimento do capitalismo através da indústria de bens e serviços, do comércio, da introdução de novas tecnologias, do sistema financeiro e da produção em massa dos bens de consumo, impõe a todos um nova ordem, a qual pode ser denominada de sociedade de consumo, onde a realização pessoal consiste no poder de consumir os bens disponíveis. Nesse ambiente as classes se dividem em consumidores e não consumidores, os que podem comprar e os que não podem comprar. Todos desejam e querem participar dessa nova sociedade. É um “direito” poder possuir o tênis de marca, o celular mais moderno, o computador portátil, a camisa da moda e assim por diante. No entanto, esse “direito” é negado a grande parcela da população pelas condições sociais perversas mantidas pela incompetência do Estado na distribuição das riquezas gestadas pela sociedade, onde todos são convocados para produzir o “bolo” mas apenas uma parte da população saboreia suas fatias.

O ambiente da exclusão se amplia e a violência se estende como resultado dessa negativa do não consumo, do não poder comprar. Nesse contexto, os fins passam a justificar os meios, e a marginalidade assume níveis insuportáveis e em muitas circunstâncias

incontroláveis, ao ponto de governos atribuírem as drogas a culpa pelo descontrole da situação. Como se o desejo de tornar-se bandido e usuário de drogas fosse apenas um ato individual e de livre arbítrio.

A evolução tecnológica não dará tregua, o desemprego estrutural continuará pondo fora do sistema produtivo milhões e milhões de trabalhadores, impedirá outros tantos de entrarem devido a baixa qualificação, a educação que chega para “todos” não corresponde em qualidade as necessidade dessa evolução, nesse cenário os pobres e excluídos perdem duplamente. Primeiro por falta de condições materiais para custear seus estudos e conquistar espaço num ambiente mais competitivo, segundo por receber do Estado uma instrução deficitária de conhecimentos necessários a inclusão no “mundo” das empresas e do capital privado.

Essa situação de dupla perda coloca principalmente os jovens em situação de vulnerabilidade frente a violência, se não tem boa educação não é qualificado, se não é qualificado não consegue trabalho digno, sem trabalho não tem renda, sem renda não pode passar para a condição de consumidor. Nesse ambiente, parcela significativa de indivíduos migram para o “submundo” da violência, para o território do crime, e passam a ser um estorvo para a sociedade e o Estado se arma para combatê-los e até exterminá-los.

O sistema do consumo sem “freios” está implantado, o espaço urbano moderno e sofisticado é o *shopping* e nele todos realizam os seus “desejos” e “participam” do processo evolutivo da humanidade, a riqueza se concentra nas grandes companhias transnacionais, o Estado eficientemente arrecada a sua gorda parte e em nome da modernidade empresta através dos bancos de fomento os recursos da sociedade a essas mesmas companhias, e assim, seguem na conquista do crescimento econômico.

Nesse contexto, o consumo em massa se transforma numa “cobra de duas cabeças”, onde uma come a riqueza proporcionada pela sociedade e a outra através da violência come os pobres que não pode consumir e não tem pertencimento. Nesse ambiente, o desenvolvimento aqui entendido como parte do crescimento, não se estabelece, a violência, por sua vez, se desenvolve sozinha e autonomamente.

Constata-se então, que o crescimento econômico gestado numa sociedade culturalmente alienada ao capital e ao consumo desenfreado, com sistema educacional público rudimentar e fornecedor de diplomas sem qualidade, guiada por um Estado corrupto, opressor e sem compromisso social com a totalidade da população, dificilmente alcançará o desenvolvimento econômico e plenamente “humano”, a que todos têm direito e buscam conquistar.

É plausível afirmar que a violência se propagará nesse ambiente agressor, onde o desenvolvimento como parte de um sistema evolutivo ocorre para um grupo, conforme descrito no contexto da sociedade dual, enquanto que o outro grupo não consegue usufruir desse novo estágio e passa a adotar ações não legítimas conforme as normas vigentes, culminando com todos os tipos de agressões, inclusive o homicídio.

Nesse contexto, a violência é um componente perturbador e de efeito negativo ao desenvolvimento que, por sua vez, representa fator inibidor da violência e até mesmo estabilizador, caso ocorra com certa equidade, que necessariamente não significa igualar todos economicamente, mas possibilitar oportunidades de acesso individual e coletiva em termos mais justos.

5 FEIRA DE SANTANA E SUAS CARACTERÍSTICAS

5.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

O município de Feira de Santana, situado no nordeste do Brasil, está localizado entre o sertão e a costa, à aproximadamente 108 quilômetros de distância da cidade do Salvador, capital do Estado da Bahia, tem população estimada em 2009 de 591.701 habitantes (IBGE).

O surgimento da cidade está relacionado com o seu potencial hídrico, no seu território existem três bacias hidrográficas, a do Rio Subaé, Jacuipe e Pojuca. Clima agradável e boas pastagens o que transformou o lugar em passagem obrigatória dos mercadores que se deslocavam do sertão para o litoral. No século XVIII tornou-se ponto de encontro de tropeiros e dos viajantes oriundos do sertão e de várias regiões do estado da Bahia, além dos Estados de Minas Gerais, Piauí e Goiás, com destino ao porto de Nossa Senhora do Rosário em Cachoeira, a margem do Rio Paraguaçu, principal centro comercial da região, onde se localizavam grandes estabelecimentos comerciais.

O sítio do presente Município de Feira de Santana surgiu em uma das fazendas, localizada na estrada das boiadas, em São José das Itaporocas, chamada Santana dos Olhos d'Água que pertencia ao português Domingos Barbosa de Araújo e à sua esposa Ana Brandoa, que nela se havia instalado no início do século dezoito. Na fazenda foi construída uma capela, dedicada a Santana e a São Domingos. Em torno da igreja foi se formando um pequeno aglomerado urbano onde se estabelece uma pequena vila que oferecia condições de hospedagem, alimentação e realização de pequenos serviços, principalmente aqueles destinados aos cuidados com as boiadas e seus condutores (POPPINO *apud* OLIVEIRA, 2004).

Essas condições propiciaram o surgimento de um comércio incipiente e escambos que foi crescendo, vindo a formar uma feira. Em 1819 a localidade foi elevada a categoria de povoado, denominado Santana dos Olhos D'água, nome ligado às suas origens.

Assim é descrito acerca da posição geográfica e do entreposto comercial que a localidade já exercia:

A posição geográfica de Feira de Santana, a meio caminho entre a costa e o interior, reflete-se na economia do município. Tal como no sertão propriamente dito, a criação de gado está grandemente desenvolvida e por muitas décadas a cidade sustentou a fama de uma das mais concorridas feiras de negócios de gado do Brasil. Ao mesmo tempo, a combinação da topografia típica, com diferentes solos e chuvas moderadas permitiu uma ampla variedade de produção agrícola tropical e semi-tropical, em Feira de Santana. A população crescente do município exige um consumo local cada vez mais pronunciado de gado e de produtos agrícolas, enquanto

a proximidade das cidades costeiras assegura aos criadores e agricultores um mercado imediato para os excedentes. (POPPINO *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 67).

Em 13 de novembro de 1832, o Governo Imperial elevou o povoado à categoria de Vila desmembrando do município de Cachoeira. A Lei Provincial nº 1320 de 16 de Junho de 1873 elevou a Vila de Feira de Santana, a categoria de cidade, com o nome de Cidade Comercial de Feira de Santana. Os decretos estaduais de números 7.566 e 7.479, de 23 de junho e 8 de agosto de 1931, respectivamente, simplificaram o nome para Feira. Esta denominação, todavia, foi modificada mais uma vez a partir da vigência do decreto estadual nº. 11.089, de 30 de novembro de 1938, e passou a se chamar apenas Feira de Santana - A "Princesa do Sertão" - nome dado por Rui Barbosa em 1919, quando da sua visita à cidade (POPPINO *apud* OLIVEIRA, 2004).

Conforme Oliveira (2004), até 1878 a cidade se desenvolveu seguindo as linhas básicas do núcleo de origem. Com a implantação da estrada de ferro, ligando Feira de Santana à Cachoeira, propiciou o crescimento urbano ao redor da linha férrea e outras áreas transversais em decorrência da existência de muitos terrenos e ações do poder público municipal, com a implantação de ruas.

Historicamente a cidade desfrutou de uma localização privilegiada no espaço econômico estadual. A consolidação dessa posição foi determinante para que a cidade se colocasse como centro do sistema de rodovias implantadas pelos governos estadual e federal, tornando-se ponto de ligação entre as regiões Sul/Sudeste com o Norte/Nordeste do país (SILVA *apud* OLIVEIRA, 2004).

5.1.1 Processo de urbanização

Nos anos 50, se intensifica o processo de transferência da população rural para as cidades, baseado no advento da industrialização que aconteceu inicialmente no Sudeste e foi se estendendo nas décadas seguintes para diversas regiões mediante a implantação de centros e complexos industriais que demandavam mão-de-obra. A abertura de rodovias facilitava a saída do campo para as áreas urbanas. Nessa época Feira de Santana já era uma cidade de destaque em nível regional e nacional e o seu processo de urbanização já estava em curso desde os anos 40.

Conforme estimativa de 01/07/2008 do IBGE, Feira de Santana contava nessa data com aproximadamente 584.497 habitantes ocupando a segunda posição em população do Estado atrás apenas de Salvador, maior do que o somatório da terceira cidade Vitória da

Conquista com 313.898 habitantes e a quarta Ilhéus com 219.710 habitantes. Ocupando a 34ª colocação no ranking populacional do país, superando oito capitais: Aracaju-SE, Vitória- ES, Florianópolis-SC, Rio Branco-AC, Palmas-TO, Porto Velho-RO, Boa Vista-RR, Macapá-AP.

Dado do TSE de outubro de 2008 apresentava o quantitativo de 346.065 eleitores, sendo a cidade a única do Estado além da capital a realizar eleições em dois turnos.

A Tabelas abaixo apresentam os avanços da urbanização no Brasil e a evolução da população no Município de Feira de Santana entre os anos de 1940 a 2000.

É possível observar nos dados apresentados que a população urbana nesse período cresce acima de 20% ao ano, chegando a superar em alguns anos a marca de 30%, o que evidencia a necessidade de estruturação física das cidades para receber tamanho fluxo migratório que se somava repentinamente ao crescimento vegetativo, propiciando desde então o aparecimento de elementos potencializadores da violência, que serão devidamente descritos nesse estudo.

Tabela 2 - Os avanços da Urbanização no Brasil - Crescimento da população das cidades em milhões de habitantes – 1940-2000

Período	Em milhões hab.	%
1940	41,2	31
1950	51,9	36
1960	70,0	45
1970	93,1	56
1980	119,0	68
1991	146,8	76
2000	169,5	81

Fonte: IBGE (2001).

Tabela 3 – Evolução da população total de Feira de Santana por situação urbana e rural – 1940-2000

Período	População Total	População Urbana	(%)	População Rural	(%)
1940	83.268	19.660	23,61	63.608	76,39
1950	107.205	34.277	31,97	72.928	68,03
1960	141.757	69.884	49,30	71.873	50,70
1970	190.076	134.263	70,64	55.813	29,36
1980	291.504	233.905	80,24	57.599	19,76
1991	405.848	348.973	85,99	56.875	14,01
2000	480.949	431.730	89,77	49.219	10,23

Fonte: IBGE (2003).

Além dos fatores externos, a privilegiada posição geográfica do município de Feira de Santana constituiu fator decisivo no seu processo de urbanização. A cidade nasceu pelos desígnios do comércio, do transporte de mercadorias oriundas do sertão para o litoral, mas teve a industrialização como elemento motor da sua urbanização com a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS) no início dos anos 70.

Outro advento que impulsionou o processo de urbanização da cidade foi à implantação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) em 1976 às margens da BR 116 Norte. Nesse momento, além do pólo de geração de empregos o município ganhava um importante centro de formação profissional, acadêmico e intelectual, potencializando ainda mais o seu papel de atração e hegemonia regional.

Em 1977 a feira que acontecia na área central da cidade foi transferida para o Centro de Abastecimento, grande entreposto de comercialização de alimentos e outras mercadorias, possibilitando o surgimento de uma nova configuração urbana que favoreceu a expansão e atração de novos negócios na área comercial, gerando empregos e dinamizando a economia.

5.2 ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

5.2.1 Aspectos físicos e espaciais

O Município está localizado numa zona de planície, entre o Recôncavo e os tabuleiros do semi-árido nordestino, na região Norte do Estado, possui área de 1.363 Km² (0,24% do Estado). A altitude da sede municipal é de 257 metros, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 12° 16' de latitude Sul e 38° 58' de longitude Oeste do meridiano de Greenwich (OLIVEIRA, 2004).

Segundo critérios adotados pelo Governo do Estado da Bahia, o Município integra a Região Administrativa 002 – Feira de Santana; Região de Planejamento 005 – Paraguaçu; Micro-região Homogenia 012 – Feira de Santana; e Região Econômica 007 – Paraguaçu (OLIVEIRA, 2004).

Além da sede, integra o município 8 distritos: Jaiba, Maria Quitéria, Tiguaruçu, Bonfim de Feira, Humildes, Jaguará, Governador João Durval e Matinha. Limita-se ao Norte com os municípios de Santa Bárbara, Tanquinho e Candéal; ao Sul com o município de São Gonçalo dos Campos; ao Leste com os municípios de Santanópolis, Coração de Maria e Conceição do Jacupe; e a Oeste com os municípios de Antonio Cardoso, Anguera, Ipecaetá e Serra Preta (OLIVEIRA, 2004).

A rodovia Bahia-Feira inaugurada em 1926, com extensão de 144 Km, hoje denominada BR 324, representou o principal elemento para o início do surto de crescimento de Feira de Santana, por representar o primeiro elo de ligação entre o sertão e a capital do Estado. A fase que marca o início da implantação das rodovias é descrita assim por Poppino:

A introdução do automóvel e do caminhão ocasionou uma revolução na construção de estradas, em Feira de Santana e no Estado da Bahia. Os caminhos para animais e cargas não eram convenientes para veículos a motor e, por esse motivo, os homens de negócios, que saudaram o novo meio de transporte, começaram a exigir melhores caminhos. Em 1917, o governo da Bahia traçou o primeiro de uma série de planos para uma rede de estradas para automóveis, que ligariam todas as regiões do Estado. (POPPINO *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 69).

A partir de 1930 até 1950, Feira de Santana tornou-se o centro de um novo sistema de rodovias planejado pelos governos estadual e federal e já existia estradas sem pavimentação, a Salvador e Espírito Santo, sentido Seabra, ao Nordeste do Estado e ao Nordeste do Sul do país pela abertura da BR 116. Na década de 60 a rodovia BR 324 é asfaltada (OLIVEIRA, 2004)

Os marcos divisórios do município foram determinados em 1953, assegurando a conquista e destaque nacional como o mais importante entroncamento rodoviário do Norte/Nordeste do país e centralizando a maior parte do tráfego rodoviário do estado. O município é cortado pelas BA's 084, 502 e 504 e pelas BR's 101, 116 e 324 que liga a cidade a Salvador.

A privilegiada posição geográfica transformou Feira de Santana num pólo urbano dominante de um complexo de regiões com mais de 200 municípios, compreendendo-se as regiões do Recôncavo, do Paraguaçu, do Nordeste da Bahia, da Região de Irecê, do Piamonte da Diamantina, da Chapada Diamantina, e da Parte do Litoral Norte, com influências também em outras cidades-polos como Jequié e Vitória da Conquista, no Sudeste, Ilhéus e Itabuna, no Sul da Bahia e Juazeiro e Petrolina, no São Francisco.

A centralidade exercida por Feira de Santana predomina nas relações de negócios no Recôncavo, nos trechos das Br's 324, 101 e 116, onde situam as cidades de Santo Amaro, Cachoeira, Muritiba, Cruz das Almas e outras de menor porte, no espaço entre a BR-324 e a sede de Alagoinhas; e no eixo da BR 116 Norte, indo até a cidade de Milagres (OLIVEIRA, 2004).

A forte influência de Feira de Santana também é verificada em outras duas macro-regiões, a primeira refere-se ao Nordeste da Bahia, na região denominada sisaleira, tendo como principais cidades Serrinha, Valente e Conceição do Coité, e de grãos, tendo como sub-centros as cidades de Tucano, Ribeira do Pombal e Euclides da Cunha; e a segunda, referente

ao Paraguaçu, iniciando na própria região de Feira de Santana em direção às zonas de pecuária de Itaberaba e as zonas cafeeiras da Chapada Diamantina.

O raio de influência de Feira de Santana compreende um espaço contínuo de mais de 99.538 Km², abrangendo regiões do Recôncavo, Paraguaçu e Nordeste da Bahia, aproximadamente 121 municípios que correspondem por 17,7% do território baiano, com população superior a 3,3 milhões de habitantes no ano 2000 (25% do total estadual).

De acordo com Oliveira (2004, p. 66), “o ponto comum das diversas regiões influenciadas por Feira de Santana é a fragilidades das economias locais, onde se concentra o maior percentual de pobreza do Estado”.

5.2.2 Divisões geo-econômicas

Conforme dados do Anuário Estatístico de Feira de Santana (2008), a Microrregião de Feira de Santana compreende 24 municípios, com aproximadamente 993.796 habitantes.

A Mesorregião compreende o Centro Norte da Bahia, estendendo-se por 80 municípios com aproximadamente 2.224.075 habitantes. Essa área engloba a Microrregião de Feira de Santana com 24 municípios, e as Microrregiões: Irecê com 19 municípios, Jacobina com 16 municípios; Itaberaba com 12 municípios e Senhor do Bonfim com 9 municípios.

A região econômica de Feira de Santana denominada Paraguaçu compreende 42 municípios com aproximadamente 1.359.581 habitantes e o Portal do Sertão com 17 municípios, e 869.409 habitantes. O município exerce influência sobre aproximadamente 96 municípios com 3.035.969 habitantes (CDL-FS, 2008).

5.2.3 Aspectos econômicos

O município de Feira de Santana por sua privilegiada localização, passagem obrigatória entre Sul/Sudeste e Norte/Nordeste, além de forte centro de atração regional, incorporou a sua economia, antes essencialmente ligada a agropecuária, atividades comerciais, industriais e de serviços que transformaram a cidade em pólo de distribuição de bens e serviços para todas as regiões da Bahia e também de outros estados da Federação, principalmente do Nordeste.

Feira de Santana se destaca como centro de geração de empregos, renda e oportunidades de negócios nos diversos setores da economia. Sendo o terceiro maior arrecadador de ICMS do Estado da Bahia em 2007, com R\$ 344.028.788,18 (CDL-FS, 2008).

Tabela 4 – Estabelecimentos do mercado formal por atividade econômica em Feira de Santana – 2007

Atividade Econômica	Número de Pessoal	Empresas Empregado
Total	8.294	76.296
Agropecuária	302	1.136
Indústria de transformação	1.079	15.136
Indústria de construção civil	289	4.722
Comércio	4.311	27.223
Serviços	2.313	28.079

Fonte: MT e RAIS (apud CDL, 2008).

5.2.4 Setor agropecuário

Feira de Santana surgiu do entreposto comercial originado pela sua localização de passagem dos mercadores do sertão baiano e de outras regiões do Nordeste que necessitavam levar as suas mercadorias até o litoral. Até os anos 20, a sua economia era baseada no setor agropecuário, responsável pela formação do seu núcleo urbano. A cidade figura como um dos mercados de referência nacional na cotação do preço da arroba do boi, sendo um centro de comercialização de bovino, suíno, caprino e aves, com forte atuação no abate e produção de seus derivados destinados ao mercado interno e externo.

5.2.5 Setor agrícola

A atividade agrícola no município é insipiente se comparado com outros setores produtivos. Situação decorrente da pequena área territorial e da forte urbanização, o que favorece a diminuição da importância da agricultura tradicional.

Mesmo sendo uma atividade com reduzida participação na economia do município, a comercialização no atacado de produtos agrícolas é de forte presença no Centro de Abastecimento, atraindo produtores e compradores de diversas regiões do estado.

5.2.6 Setor industrial

A implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS) na década de 70, como um instrumento de governo, constituído sob a forma de Autarquia Municipal da Prefeitura de Feira de Santana pela Lei nº 690, datada de 14/12/1969, posteriormente, a administração da entidade e a sua gestão foram transferidas para a esfera estadual, também, sob a forma de Autarquia, mediante Lei Estadual nº 4.167, de 07/11/1983, vinculada, atualmente, à estrutura da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado, representou elemento decisivo para consolidar o Município no processo de industrialização do Estado.

No ano de 2007 o setor industrial do município arrecadou em ICMS a quantia de R\$ 66.314,794, 34, correspondente a 22,98% do total arrecadado no município. Nesse mesmo ano, conforme dados da relação anual de informações sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTe), existiam no mercado formal 1.368 unidades fabris instaladas no município, espalhadas pelo tecido urbano da cidade e no Centro Industrial de Subaé (CIS) nos dois núcleos: Tomba e BR - 324, gerando 19.858 empregos diretos e mais de 59 mil empregos indiretos.

O CIS possui espaços dotados de infra-estrutura básica, incentivos fiscais e facilidade de acesso ao crédito. Na suas duas áreas estão instaladas 132 empresas, sendo que quatro estão situadas na área industrial do Município vizinho de São Gonçalo dos Campos. O centro abriga indústrias de vários ramos produtivos, como: químico, material elétrico, de transportes, eletrodomésticos, bebidas, alimentos, vestuário, metalurgia, papel, papelão, embalagens, construção civil, artefatos de borracha, ração animal, peças e implementos automotivos, além de outros (CDL-FS, 2008).

5.2.7 Setor comercial

A atividade comercial que deu origem ao município de Feira de Santana, é o seguimento de maior importância econômica na estrutura produtiva municipal. Em 2007 foram arrecadados R\$ 200,5 milhões em ICMS representando 66,46% do total arrecadado no município. É também a área com maior participação na geração de emprego e de renda. Segundo a RAIS de 2007, no setor comercial do município existiam 4.311 estabelecimentos, sendo 81,4% varejista e 18,6% atacadista, gerando juntos 27.223 empregos diretos e mais de 81 mil indiretos. Dentro da estrutura econômica do setor, a cidade conta com o shopping Boulevard (ex. Iguatemi) com 86 mil metros quadrados de área, gerando mais de 6 mil

empregos diretos e indiretos, contando com mais de 130 lojas de diversos ramos, além de cinema com quatro salas de projeção.

O Centro de Abastecimento de Feira de Santana (CAF), autarquia ligada à Prefeitura Municipal é outro equipamento importante dentro da estrutura econômica comercial da cidade. Nesse atuam comerciantes de carnes, cereais, artesanatos e hortifrutigranjeiros, varejistas e atacadistas. O Centro exerce papel importante na cotação e regulação de preços e no abastecimento da macrorregião, reunindo 2.162 comerciantes, gerando mais de 7 mil empregos diretos e indiretos.

Nos últimos anos formou-se na estrutura econômica da cidade um núcleo de comercialização de produtos importados, que além de Feira de Santana passou a fornecer mercadorias para a macrorregião de influência do município.

Com o apoio da Prefeitura Municipal foi implantado um centro de comercialização denominado Feiraguai, nome dado por ser a maioria dos produtos vendidos originados do Paraguai. Segundo a associação dos vendedores o centro reúne aproximadamente 600 comerciantes e gera mais de 1.800 empregos diretos e indiretos (CDL-FS, 2008).

5.2.8 Setor de serviços

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, no ano de 2007 existiam no município 2.313 empresas em atividade no mercado formal, gerando 28.079 empregos diretos e aproximadamente 85 mil indiretos. As atividades de maior destaque nesse setor foram as de assistência médica, educação, transporte, hotelaria, serviços de alimentação, segurança e as de assessoria com maior ênfase para a contábil, empresarial, de telecomunicações, informática, engenharia e imobiliária.

5.2.9 Agregados macroeconômicos

5.2.9.1 Produto Interno Bruto (PIB)

Conforme dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, o PIB a preços correntes de Feira de Santana no ano de 2006 foi de 3.853.347 (R\$ 1.000) e o PIB per capita/ano de R\$ 7.191, figurando como o 88º município mais rico do país com participação de 0,16% do PIB nacional. Com relação ao Estado da Bahia, Feira de Santana

assume a 4ª posição. A Tabela 5 mostra a evolução do PIB municipal entre o período de 1999-2006.

Tabela 5 – Evolução do PIB a preço de mercado e PIB Per Capita no município de Feira de Santana - 1999-2006

Ano	PIB (R\$ 1.000)	Per Capita (R\$)
1999	1.494.585	3.130,00
2000	1.657.584	3.412,00
2001	1.772.638	3.588,00
2002	1.960.709	3.903,00
2003	2.264.303	4.437,00
2004	2.830.029	5.451,00
2005	3.500.550	6.635,00
2006	3.853.347	7.191,00

Fonte: IBGE (2007).

5.2.9.2 Exportações e importações

A maior parte das exportações realizadas por Feira de Santana no ano de 2008 foram para os Estados Unidos, Venezuela, Canadá e Argentina e os principais produtos enviados para esses destinos foram pneus, caixas de papelão, sucos e carbonato de bário. As importações realizadas pelo município foram em maior volume adquiridas da Tailândia, China, Indonésia e Alemanha e os principais produtos foram borracha natural, máquinas, equipamentos e ferramentas.

A balança comercial de Feira de Santana com outros países em 2008 registrou um saldo positivo de 20.110.319 US\$ (FOB). A Tabela 6 mostra a volume de exportações e importações do município no período de 1998-2008.

Tabela 6 – Exportações e importações no município de Feira de Santana para outros países 1998-2008

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1998	7.946.890	13.991.911	-6.045.021
1999	3.170.009	6.844.835	-3.674.826
2000	14.624.587	9.482.065	5.142.522
2001	15.869.983	9.232.124	6.637.859
2002	11.003.582	8.578.086	2.425.496
2003	9.906.903	34.792.525	-24.885.622
2004	15.278.986	29.059.766	-13.780.780
2005	49.610.028	28.307.509	21.302.519
2006	62.267.128	34.119.986	28.147.142
2007	102.590.085	27.731.362	74.858.723
2008	85.933.868	65.823.549	20.110.319

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (2009).

5.2.9.3 Orçamento municipal

O orçamento do Município de Feira de Santana para o ano de 2009 é da ordem de 456.889.603 (em R\$ 1.000), conforme Tabela 7.

Tabela 7 – Receitas orçamentárias da Prefeitura Municipal de Feira de Santana para o exercício – 2009

Títulos	Fiscal	Seguridade	Total
Total Geral	297.979.627	158.909.976	456.889.603
Receitas Correntes	282.103.391	156.070.976	438.174.367
Receita Tributária	64.127.262	-	64.127.262
Receita de Contribuições	9.404.452	25.426.000	34.830.452
Receita Patrimonial	4.818.147	542.000	5.360.147
Receita de Serviços	1.253.465	1.900.000	3.153.465
Transferências Correntes	191.401.555	128.202.976	319.604.531
Outras Receitas Correntes	11.098.510	-	11.098.510
Receita de Capital	15.876.236	2.839.000	18.715.236
Operações de Créditos	-	-	-
Alienações de bens	30.000	-	30.000
Transferências de Capital	15.845.925	2.839.000	18.684.925
Outras Receitas de Capital	311	-	311

Fonte: PMFS (2009).

5.3 ASPECTOS SOCIAIS E POLÍTICOS

Conforme dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2001), o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH-M) de Feira de Santana ocupa a 2.143ª posição dentre os 5.564 municípios existentes no país, e no Estado ocupa a 5ª posição dentre os 417 municípios baianos.

Tabela 8 – Evolução do índice de desenvolvimento humano – Brasil, Bahia e Feira de Santana – 1970-2000

IDH	Brasil				Bahia				Feira de Santana			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Índice	0,46	0,69	0,74	0,77	0,33	0,52	0,53	0,69	0,41	0,60	0,64	0,74
Longevidade	0,44	0,53	0,64	0,73	0,40	0,52	0,60	0,66	0,37	0,52	0,62	0,70
Educação	0,50	0,58	0,65	0,85	0,36	0,43	0,51	0,79	0,45	0,55	0,64	0,86
Renda	0,44	0,95	0,94	0,72	0,24	0,60	0,48	0,61	0,41	0,73	0,68	0,66

Fonte: ONU/PNUD/IPEA/FPJ (PNUD, 2001).

A taxa de mortalidade infantil no município no ano 2000 era de 36,23 por mil nascidos vivos, e a esperança de vida ao nascer de 66,80 anos. A taxa de fecundidade total (filhos por mulheres em idade fértil) era de 2,3 de filhos por mulher, conforme mostra Tabela 9.

Tabela 9 - Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade em Feira de Santana, 1991-2000

Indicadores	1991	2000
Mortalidade até um ano de idade (por 1.000 nascidos vivos)	62,90	36,20
Esperança de vida ao nascer	61,20	68,80
Taxa de fecundidade total (filhos por mulheres)	2,90	2,30

Fonte: IBGE.

5.3.1 Indicadores de renda

A renda per capita (Renda total dividida pela população) média do município era de R\$ 206,99 em 2000, correspondendo a 1,37 salários mínimos da época (salário mínimo em agosto de 2000 R\$ 151,00). A pobreza medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000 era de 40,7% nesse período. O Índice de Gini (índice que mede a concentração de renda e varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior é a concentração da renda) era de 0,62 em 2000. Tabela 10 mostra a evolução da renda per capita média, a proporção de pobres e o índice de Gini entre o período de 1991 a 2000.

Tabela 10 - Indicadores de renda, pobreza e desigualdade em Feira de Santana, 1991-2000

Indicadores	1991	2000
Renda Per Capita Média (R\$ de 2000)	161,9	207,00
Proporção de Pobres (%)	49,4	40,70
Índice de Gini(*)	0,61	0,62

Fonte: IBGE

Nota: **Índice de Gini** é uma medida de desigualdade. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm).

5.3.2 Educação e Cultura

O número de estabelecimentos de ensino no município de Feira de Santana em 2007, somava-se 946, distribuídos entre públicos da esfera estadual e municipal e da iniciativa privada. Foram matriculados nesse ano 124.586 alunos, distribuídos pela rede particular e pública, conforme apresentam as tabelas 11, 12 e 13.

Tabela 11 - Estabelecimentos de ensino por dependência administrativa em Feira de Santana - 2007

Dependência administrativa	Pré - escolar	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissionalizante
Total	366	518	59	03
Estadual	06	114	43	-
Municipal	178	194	-	-
Privada	182	210	13	03

Fonte: MEC / INEP

Tabela 12 – Matrícula inicial por dependência administrativa em Feira de Santana – 2007

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	PRÉ - ESCOLAR	ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 4ª SÉRIE	ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 5ª SÉRIE	ENSINO MÉDIO	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (NÍVEL TÉCNICO)
TOTAL	13.072	44.904	40.530	24.152	1.926
ESTADUAL	223	10.450	28.982	21.463	1.656
MUNICIPAL	9.826	29.513	7.394	-	-
PRIVADA	3.023	4.941	4.154	2.689	270

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PRESENCIAL) FUNDAMENTAL	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PRESENCIAL) MÉDIO	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (SEMI- PRESENCIAL) FUNDAMENTAL	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (SEMI- PRESENCIAL) MÉDIO	EDUCAÇÃO ESPECIAL
TOTAL	19.361	8.904	322	468	1163
ESTADUAL	11.447	8.904	101	468	314
MUNICIPAL	7.914	-	221	-	319
PRIVADA	-	-	-	-	530

FORNTE: MEC/INEP

No tocante ao ensino superior, a cidade de Feira de Santana é considerada um pólo regional de excelente qualidade, através de suas ações acadêmicas - ensino, pesquisa e extensão oferecidos em oito instituições privadas e a Universidade Estadual de Feira de Santana. No ano de 2007 foram matriculados nesses estabelecimentos o total de 13.307 alunos, distribuídos em 64 cursos de graduação.

Tabela 13 – Instituições de ensino superior presencial em Feira de Santana e quantidade de cursos oferecidos – 2007

Instituições	Quantidade de cursos
Total Geral	64
Privada	39
ENEB – Escola de Negócios do Estado da Bahia	04
FAT – Faculdade Anísio Teixeira	07
FAFS – Faculdade Arquidiocesana	01
FAN – Faculdade Nobre	07
FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências	10
STBNe – Seminário Teológico Batista do Nordeste	03
FASF/UNEF – Faculdade de Ensino Superior	03
UNIFACS – Universidade Salvador	04
Pública	25
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana	25

Fonte: MEC / INEP

5.3.3 Espaços de cultura e lazer

A cidade também é servida por equipamentos destinados a cultura e lazer, contando com teatros, cinemas, parque e veículos de comunicação que transmitem uma programação diversificada, principalmente voltada ao interesse das pessoas mais jovens.

Quadro 2 - Equipamentos e espaços culturais e de lazer – Feira de Santana, 2009

ESPAÇO	QUANTIDADE
Clubes Sociais e espaços para shows	7
Cinema Multiplex	4 salas
Museus	3
Jornais	4
Revista	2
Rádios AM	4
Rádios FM	6
Emissora de TV local	1
Parque do saber	1
Parque da cidade	1

Fonte: CDL-FS (2009).

5.3.4 Eventos

O principal evento que acontece no município é a Micareta (Carnaval fora de época) realizada entre os meses de abril e maio e que geralmente dura 4 dias. No mês de Junho é realizada a Festa Junina no Distrito de Maria Quitéria e a Festa de São Pedro no Distrito de Humildes, ambas atraindo dezenas de milhares de pessoas. Em agosto é realizado a Caminhada do Folclore, com apresentação de bumba-meu-boi, samba de roda, maculelê, reisado, capoeira e outras manifestações ligadas à cultura regional. Em setembro acontece a Expofeira (Exposição Agropecuária). Ainda no primeiro semestre é realizada a Caminhada da Paz, evento já incorporado ao calendário municipal.

5.3.5 Setor de saúde

Por sua localização, Feira de Santana tornou-se um pólo de atração na área de assistência médico-sanitária, haja vista, ser parada obrigatória para a grande maioria da população do Estado que se desloca para a capital, o que faz da cidade o primeiro ponto de atendimento das pessoas que buscam serviços médicos, seja de emergência, urgência ou mesmo para consultas e tratamentos de rotina, principalmente na rede pública

Feira de Santana contava em 2008, com 370 estabelecimentos de saúde com 1.095 leitos disponíveis, e 5.235 profissionais de saúde. A cidade conta com os Hospitais da Mulher e da Criança, que integra a rede municipal, o Hospital Regional Cleriston Andrade o Hospital Colônia Lopes Rodrigues de atenção psiquiátrica, esses pertencente à rede estadual e que recebe pacientes das diversas regiões do Estado, além do Hospital Dão Pedro de Alcântara, ligado a Igreja Católica e os hospitais Emec, São Matheus, HTO, Unimed e mais uma dezena de menor porte pertencente à rede privada. Está previsto para 2010 a inauguração pelo Governo do Estado do Hospital Regional da Criança (CDL-FS, 2008).

5.3.6 Estrutura administrativa e política

A estrutura administrativa da prefeitura municipal de Feira de Santana é apoiada em 18 secretárias e 1 autarquia. O poder legislativo é composto por 21 vereadores, juntamente com o prefeito e vice-prefeito são eleitos para cumprir mandato de 4 anos.

No município estão instalados e em funcionamento inúmeros órgãos da esfera federal a exemplo do INSS, Receita Federal, Ministérios Público e Justiça Federal, Delegacia Regional do Trabalho e Justiça do Trabalho (DNIT) e outros da esfera estadual.

6 CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM FEIRA DE SANTANA

Como citado, o Município de Feira de Santana possui enorme importância no Estado e exerce influência econômica em mais de cem municípios. De acordo com números mais recentes divulgados pelo IBGE, em julho de 2009 o município contava com aproximadamente 591.707 habitantes.

A incidência de crimes no Município de Feira de Santana se assemelha a outras cidades brasileiras que possuem características similares as locais. A maioria dos homicídios ocorre em áreas de periferia, onde é incipiente a presença do Estado, existe precária infraestrutura urbana e a população carece de assistência básica em quase todas as áreas.

De acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado, divulgados através do seu portal na internet, de janeiro a dezembro de 2008 foi registrado no Município de Feira de Santana 263 homicídios, sendo 257 homicídios doloso e mais 7 de roubo seguido de morte. Número diferente do que foi apresentado nas matérias publicadas pelo Jornal Tribuna Feirense, que apresenta 295 homicídios no mesmo período. É provável, que a diferença entre o número divulgado pela secretaria e o do jornal seja devido à morte de vítimas que constam nos registros oficiais como tentativa de homicídio (98 registros nessa modalidade) e que vieram a óbito posteriormente, sendo divulgado pela imprensa, mas, permanecendo no registro oficial na condição de tentativa de homicídio.

Conforme informação da senhora Solange Trindade Pinto, escrivã de policia que trabalha diretamente com o delegado Fábio Lordelo, coordenador geral da 1ª Coorpin²³ os dados apresentados pela imprensa são verdadeiros. Os reportes buscam as informações diariamente nos registros das delegacias e divulgam a população, enquanto que os dados registrados no sistema da secretaria na internet como tentativa de homicídio não são alterados quando a vítima vem a óbito.

²³ **1ª Coordenação de Polícia do Interior:** Municípios integrantes com respectiva população, ano 2008 – Fonte IBGE: Feira de Santana 591.707 - Anguera 9.826 - Antônio Cardoso 12.589 - Baixa Grande 21.814 - Capela do Alto Alegre 12.824 - Candéal 9.050 - Conceição de Feira 20.117 - Conceição do Jacuípe 28.769 - Coração de Maria 23.774 - Irará 25.811 - Ipirá 62.197 - Ipecaeté 15.888 - Mundo Novo 25.245 - Nova Fátima 7.964 - Pé de Serra 14.788 - Pintadas 10.812 - Riachão do Jacuípe 33.666 - Santa Bárbara 20.461 - Santanópolis - 9.643 - Santo Estevão 46.855 - Serra Preta 16.168 - São Gonçalo dos Campos - 30.724 - Tanquinho 7.875.

Tabela 14 – Registros de ocorrências policiais na 1ª COORPIN - Feira de Santana e outros 22 Municípios - janeiro a dezembro de 2007

Tipo de	Nº de ocorrências de	Nº de ocorrências dos	Nº total ocorrência
Pessoas autuadas em Flagrante	657	280	937
Veículos recuperados	408	65	473
Roubo de veículo	362	113	475
Furto de veículo	359	105	464
Usuário de drogas	309	47	356
Apreensão de arma de fogo	239	117	356
Homicídio doloso	225	49	274
Roubo a ônibus urbano	163	0	163
Tentativa de homicídio	98	67	165
Estupro	23	28	51
Roubo seguido de morte	7	4	11
Total	2850	875	3725

Fonte: Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA). 1ª COORPIN.

Nota: Produzida pelo autor.

Tabela 15 – Registros de ocorrências policiais na 1ª COORPIN - Feira de Santana e outros 22 Municípios - janeiro a dezembro de 2008

Tipo de ocorrência	Nº de ocorrências de Feira de Santana	Nº de ocorrências dos demais municípios	Nº total de ocorrências
Pessoas autuadas em Flagrante	518	314	832
Roubo de veículo	318	144	462
Apreensão de arma de fogo	302	117	419
Veículos recuperados	328	60	388
Furto de veículo	245	102	347
Usuário de drogas	283	47	330
Homicídio doloso	257	65	322
Tentativa de homicídio	89	74	163
Roubo a ônibus urbano	97	6	103
Estupro	17	29	46
Roubo seguido de morte	7	3	10
Total	2461	961	3422

Fonte: Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA). 1ª COORPIN.

Nota: Produzida pelo autor.

Os números das ocorrências registradas na 1ª Coorpin nos anos de 2007 e 2008 e divulgados através do portal da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP/BA) revelam uma situação que merece atenção. Subtraindo o número de ocorrências tipificadas como veículos recuperados, que se entende como uma ocorrência que soluciona um crime e não causadora desse, em 2007 o registro nas delegacias do Município de Feira de Santana

totalizou 2.442 ocorrências. Em 2008, subtraindo o item veículos recuperados, temos 2.133 registros, uma queda de 309 ocorrências, ou seja, aproximadamente 14% a menos no número total de registros. Ao mesmo tempo o número de homicídios de 2007 para 2008, elevou-se em aproximadamente 35% no município. Nesse aspecto fica a indagação: Se ocorre mais crimes, os meios de comunicação divulgam mais fatos, as drogas alcançam mais pessoas, o que levou a uma redução no número de ocorrências?

Outro aspecto apresentado pela estatística da Coorpin em 2008, e que merece análise, refere-se à relação população versus nº de homicídios. Enquanto em Feira de Santana com 591.707 (previsão do IBGE para 2009) habitantes ocorreram 295 homicídios em 2008, assumindo como verdadeiro o número apresentado pelo Jornal Tribuna Feirense, nos outros 22 municípios que integram a mesma coordenadoria, e que juntos totalizam 495.629 habitantes (período 2009) ocorreram apenas 68 homicídios. Ou seja, em Feira de Santana em 2008 ocorreu 1 homicídio para cada grupo de 2005 habitantes aproximadamente, enquanto na região que representa a sua jurisdição policial composta pelos demais municípios, ocorreu 1 homicídio para cada grupo de 7288 habitantes.

Porquanto, se a população total dos 22 municípios que integram a 1ª Coorpin, corresponde a aproximadamente 83% da população do Município de Feira de Santana e o número de homicídios verificado nesse último são 3,5 vezes superior ao registrado na totalidade dos outros municípios, é plausível afirmar que o número elevado de atos de violência, e nesse caso específico de homicídios, não estar condicionado exclusivamente ao número de habitantes, mas, provavelmente as condições de vida a qual determinada população estar submetida, além da forma de distribuição dessa população no ambiente físico.

Tabela 16 – População e o número de homicídios registrados em Feira de Santana e nos outros 22 Municípios que integram a 1ª COORPIN - janeiro a dezembro de 2008

Município	População estimada p/ 2008	Nº de homicídios
Feira de Santana	591.707	295
Municípios que integram a 1ª Coorpin	495.629	68
Total	1.087.336	363

Fonte: Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA). 1ª COORPIN.

Nota: Produzida pelo autor.

Outro aspecto também analisado refere-se ao efetivo de delegados, escrivães e investigadores lotados em Feira de Santana e nos demais municípios que integram a 1ª Coorpin, comparativamente ao número de homicídios registrados na área que integra essa

coordenação. Em Feira de Santana onde estão lotados 195 profissionais de segurança, assim chamaremos os funcionários públicos descritos que atuam nas delegacias no trabalho de registro, combate e apuração dos vários tipos de crimes, inclusive homicídios, foram registrados 295 homicídios em 2008. Nos demais municípios onde estão lotados 137 profissionais de segurança foram registrados 68 homicídios. Nessa conta, temos Feira de Santana com 1 homicídio para cada 1,5 profissional de segurança, enquanto no conjunto dos demais municípios a relação é de 1 homicídio para cada 0,49 profissional de segurança.

Na relação população versus profissionais de segurança que atuam nas delegacias nas funções referidas, temos Feira de Santana com 1 profissional para cada 3034 habitantes, e no conjunto dos demais municípios 1 profissional para cada 3617 habitantes. Nesse aspecto, Feira de Santana tem uma melhor cobertura profissional de segurança versus população, o que não implica menor número de homicídios.

Vale ressaltar, que o número de profissionais de segurança aqui citado é de novembro de 2009 e o número de homicídios de 2008. No entanto, no ano de 2009, foram registrados em Feira de Santana conforme matérias do Jornal Tribuna Feirense 361 homicídios, apresentando uma discrepância ainda maior.

Através de ofício buscou-se conseguir o número do efetivo da polícia militar lotado no 1ª Batalhão de Polícia Militar com sede em Feira de Santana, e outras informações como número de viaturas e distribuição do efetivo pelos municípios sob o comando do 1º BPM, no entanto, não houve resposta satisfatória a referida solicitação.

Tabela 17 – Número de delegados, investigadores e escrivães lotados na 1ª COORPIN, que integra Feira de Santana e outros 22 Municípios - novembro de 2009

Município	Nº de delegados	Nº de escrivães	Nº de investigadores	total
Feira de Santana	20	46	126	192
22 municípios que Integram a 1ª Coorpin	20	24	93	137
Total	40	70	219	329

Fonte: Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA). 1ª COORPIN.

Nota: Produzida pelo autor.

6.1 TAXAS DE HOMICÍDIOS EM FEIRA DE SANTANA ENTRE 2006 E 2009

O Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros publicado em 2008 pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA) apresenta Feira de Santana no ano de

2006 na 38ª colocação no item homicídios dentre os 200 maiores municípios do Brasil, com taxa de 35,5%. Nesse ano conforme o estudo foi registrado 199 homicídios no município.

Em 2007 a taxa de homicídios subiu para 41% devido o registro de 235 assassinatos. Com a ocorrência de 295 homicídios no ano de 2008 a taxa sobe para 50,4%. Em 2009 com o registro de 361 assassinatos, conforme levantamento publicado no Jornal Tribuna Feirense a taxa se eleva para 61%, percentual que representa aumento de aproximadamente 86% no número de homicídios em apenas quatro anos. No mesmo período a população cresceu aproximadamente 6%.

Vale ressaltar que a população que consta no relatório da RITLA para o município de Feira de Santana em 2006 é de 560.200 habitantes, o que difere do número apresentado pelo IBGE para esse ano que é de 535.820 habitantes.

Essas taxas levam em conta a forma internacional de aferição da criminalidade que corresponde ao número de mortes/ano por grupos de 100.000 habitantes, e de acordo com o relatório divulgado pela RITLA, o Instituto Sangari e o Ministério da Justiça, em 2006 o Brasil assumia a 6ª posição na América Latina na *ranking* de homicídios com taxa de 25,2%, enquanto na Europa, essa taxa era de 1,2% e na América do Norte, de 5,6%.

Nesse contexto, as taxas de homicídios registradas em Feira de Santana nos últimos quatro anos estão altíssimas se comparadas até mesmo com taxa média brasileira. Colocando esse município entre os mais violentos do país.

Tabela 18 – Taxas de homicídios no Município de Feira de Santana entre 2006 e 2009

Ano	População	Nº de homicídios	Taxa de homicídios
2006	560.200	199	35,5%
2007	571.997	235	41,0%
2008	584.497	295	50,4%
2009	591.707	361	61,0%

Fonte: RITLA / IBGE/ Jornal Tribuna Feirense.

Nota: Produzida pelo autor.

6.1.1 O lugar dos homicídios em Feira de Santana

Nas reportagens do Jornal Tribuna Feirense também é evidenciado o local de moradia das vítimas dos homicídios. A grande maioria residia em áreas de elevada concentração de

pobreza e desemprego, lugares habitados por famílias de baixa renda, configurando relação direta entre a criminalidade e as condições imposta pela pobreza.

O bairro Queimadinha situado próximo ao centro da cidade e que há décadas convive com a ocupação irregular das áreas da Lagoa do Prato Raso, assumiu o primeiro lugar no ranking dos homicídios com 18 vítimas correspondendo a 6,10% do total de vítimas, número dezoito vezes maior que o percentual verificado em outras vinte e seis localidades onde ocorreu apenas um homicídio. O segundo lugar foi assumido pelo bairro Rua Nova, localidade que margeia o centro da cidade e tem o Centro de Abastecimento como principal fornecedor do sustento da sua população, principalmente as pessoas mais carentes e de baixa escolaridade. Nesse bairro ocorreram 16 homicídios correspondendo a 5,42% do total. Em terceiro, vem o bairro Mangabeira, esse distante do centro da cidade e próximo a áreas rurais. No mesmo ocorreram 13 homicídios, equivalendo 4,4% do total de homicídios. Fora do núcleo urbano o distrito de Maria Quitéria assumiu a primeira colocação com 12 homicídios, equivalendo 4,06% do total. Em sequência vem o Distrito de Humildes com 11 homicídio correspondente a 3,72% do total de homicídios e o bairro George Américo com 10 homicídios, 3,38% da totalidade.

Vale ressaltar que as localidades que lideram o ranking de homicídios sempre estiveram entre as áreas mais violentas da cidade, com pequena variação ano a ano. A Tabela 19 apresenta as localidades onde ocorreram a totalidade dos homicídios.

Tabela 19 - Localidades onde ocorreram homicídios, Feira de Santana – 2008 (continua)

Localidade	Nº. de vítimas	Percentual %
Queimadinha	18	6,10
Rua Nova	16	5,42
Mangabeira	13	4,40
Distrito de Maria Quitéria	12	4,06
Distrito de Humildes	11	3,72
George Américo	10	3,38
Centro	09	3,05
Sobradinho	08	2,71
Conjunto Feira IX	08	2,71
Parque Getúlio Vargas	08	2,71
Tomba	07	2,37
Campo Limpo	07	2,37
Santa Mônica II	06	2,03
Papagaio	05	1,69
Subaé	05	1,69
Baraúnas	05	1,69
Limoeiro	05	1,69

Viveiros	05	1,69
Conceição II	05	1,69
Conjunto Feira X	04	1,35
Sim	04	1,35
Parque Ipé	04	1,35
Caseb	04	1,35
Rocinha	04	1,35
Aviário	04	1,35
Pedra do Descanso	04	1,35
Santo Antônio dos Prazeres	04	1,35
São João	04	1,35
Outras localidades*	76	25,76
Total de vítimas	295	100%

Fonte: Jornal Tribuna Feirense

Notas: ***Localidades onde ocorreram 3 homicídios:** Três Riachos, Lagoa Salgada, Capuchinhos, Tanguê da Nação, Distrito de Tiquaruçu, Conjunto Feira VII, Novo Horizonte, Av. Getúlio Vargas, Sítio Novo, Sítio Matias, Distrito Governador João Durval, Região de Pau da Léguas.

***Localidades onde ocorreram 2 homicídios:** Asa Branca, Estação Nova, Av. José Falcão da Silva, Galiléia, Santa Mônica I, Conjunto Fraternidade, Conceição I, Gabriela III, Asa Branca, Jussara, Campo do Gado Novo, Olhos D'água, 35-BI, Calumbi, Jardim Cruzeiro, Brasília.

***Localidades onde ocorreu 1 homicídio:** Conjunto Liberdade, CIS, Conjunto Panorama, Gabriela, Areal, Conjunto Homero Figueiredo, Conjunto Morada das Arvores, Pedra Ferrada, Coronel José Pinto, Muchila II, Ponto Central, Jardim Acácia, Irmã Dulce, Chácara São Cosme, Gabriela II, Loteamento Monte Pascoal, Caraibas, Margens do Rio Jacuipe, Nova Esperança, Conjunto Centenário, Papa João XXIII, Cidade Nova, Conjunto Ildes Ferreira, Av. Senador Quintino, Av. do Canal e Barroquinha.

2 homicídios ocorreram em localidade não informada.

Produzida pelo autor.

Observa-se também que as localidades com maior incidência de homicídios são aquelas que possuem elevada concentração populacional, o que de certo modo mostra certa relação entre essas variáveis.

Tabela 20 – Localidades de Feira de Santana onde ocorreram mais homicídios em 2008 e a população estimada dessas localidades no ano de 2000

Colocação	Localidade	População	% sobre a pop. total 425.361
1ª	Queimadinha	17.524	4,11
2ª	Rua Nova	13.995	3,29
3ª	Mangabeira	14.262	3,35
4ª	Distrito de Maria Quitéria	19.887	4,67
5ª	Distrito de Humildes	12.817	3,01
6ª	George Américo	(-)	3,38
7ª	Centro	12.905	3,03

Fonte: CDL-FS (2008).

Notas: (-) N° não encontrado.

Produzida pelo autor.

6.1.2 Perfil das vítimas e forma de execução dos homicídios

Os homicídios ocorridos em Feira de Santana no ano de 2008 possuem as mesmas características observadas em outras regiões do país, o maior número de vítimas é do sexo masculino (93,23%), e são jovens na faixa etária dos 15 aos 25 anos (45%), como mostram as Tabelas abaixo:

Tabela 21 - Classificação por sexo das vítimas de homicídios-Feira de Santana, 2008

Sexo	Nº de vítimas	Percentual %
Masculino	275	93,23
Feminino	20	6,77
Total de vítimas	295	100,

Fonte: Jornal Tribuna Feirense.

Nota: Produzida pelo autor.

Tabela 22 - Idade dos indivíduos do sexo masculino vítimas de homicídios, Feira de Santana – 2008
(continua)

Idade (anos)	Nº de vítimas	Percentual %
12	01	0,36
13	03	1,09
14	02	0,72
15	05	1,81
16	07	2,54
17	07	2,54
18	05	1,81
19	11	4,0
20	17	6,18
21	12	4,36
22	15	5,45
*Entre 22 e 25	01	0,36
23	14	5,09
24	14	5,09
25	17	6,18
*Entre 25 e 30	06	2,18
26	11	4,0
27	09	3,27
28	12	4,36
29	08	2,90
30	06	2,18
31	06	2,18
32	04	1,45
33	13	4,72
34	02	0,72
35	04	1,45
37	02	0,72
38	01	0,36
39	04	1,45
*Entre 40 e 45	01	0,36

41	03	1,09
43	03	1,09
44	04	1,45
45	04	1,45
*Entre 45 e 50	01	0,36
46	01	0,36
47	01	0,36
49	03	1,09
51	01	0,36
53	01	0,36
56	01	0,36
59	01	0,36
60	01	0,36
64	01	0,36
76	01	0,36
Idade não informada	28	10,18
Total de vítimas	275	100%

Fonte: Jornal Tribuna Feirense

Notas: Produzida pelo autor.

* idade estimada pelos peritos da polícia

Tabela 23 - Idade dos indivíduos do sexo feminino vítimas de homicídios, Feira de Santana - 2008

Idade (anos)	Nº de vítimas	Percentual %
12	02	10
14	01	5
18	02	10
22	01	5
23	01	5
25	01	5
28	01	5
31	01	5
32	01	5
34	01	5
40	01	5
41	01	5
45	01	5
48	01	5
53	01	5
55	01	5
57	01	5
79	01	5
Total de vítimas	20	100,

Fonte: Jornal Tribuna Feirense

Nota: Produzida pelo autor.

Outra característica comum aos homicídios ocorridos em Feira de Santana e no território nacional, refere-se ao uso de armas de fogo que respondeu em Feira de Santana em

2008 por 87,8% do total de assassinatos, seguida do uso de arma branca com 4,75, além de outras formas como apresentam as tabelas abaixo classificadas por sexo.

Tabela 24 - Formas de execução dos homicídios - sexo feminino, Feira de Santana – 2008

Formas de execução	Nº de vítimas	Percentual %
arma de fogo	15	75
queimado	03	15
golpes de foice	01	5
estrangulamento	01	5
Total de vítimas	20	100,

Fonte: Jornal Tribuna Feirense

Nota: Produzida pelo autor.

Tabela 25 - Formas de execução dos homicídios - sexo masculino, Feira de Santana - 2008

Formas de execução	Nº de vítimas	Percentual %
Arma de fogo	259	87,80
Arma branca	14	4,75
Queimado	08	2,71
Espancamento	05	1,69
Pauladas	02	0,67
Tiro e arma branca	02	0,67
Pedradas	01	0,34
Arma branca e pauladas	01	0,34
Estrangulamento	01	0,34
Golpes de foice	01	0,34
Não informado	01	0,34
Total de vítimas	295	100,

Fonte: Jornal Tribuna Feirense

Nota: Produzida pelo autor.

7 IMPACTO CAUSADO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DEVIDO A VIOLÊNCIA

7.1 SETOR COMERCIAL

De acordo com dados do Anuário Estatístico de Feira de Santana-2008, publicado pelo CDL, em 2006 estavam instalados no município 4.101 estabelecimentos comerciais, distribuídos por 25 ramos de atividades, empregando 24.574 trabalhadores.

Dentre os setores produtivos o comercial é o mais atingido pela criminalidade, principalmente com roubos e assaltos, haja vista as portas das lojas estarem abertas ao público, e seus empregados e mercadorias ao alcance dos criminosos. Além disso, as empresas estão distribuídas por todas as áreas do município, e com diferentes perfis: grandes, médias, pequenas e micros. Um ambiente ideal para a prática delituosa. Atraindo pequenos e grandes criminosos.

De acordo com o Presidente do Clube de Dirigentes Lojistas (CDL) de Feira de Santana, Alfredo da Costa Falcão, a elevação nos índices de violência, em particular dos homicídios, afeta o setor comercial pela redução do fluxo de consumidores nas lojas, sejam oriundos das cidades vizinhas a Feira de Santana, ou mesmo do próprio município. Esse afastamento se dar pelo medo, pelo temor em sair às ruas.

Ao ser perguntado de que forma as pessoas são afetadas pela violência ao ponto de não sair de casa para realizar uma simples compra, o mesmo responde:

Quando ocorre um homicídio, os veículos de comunicação principalmente as emissoras de rádio, passam o dia todo divulgando esse crime. Essa situação potencializa a informação, e causa a impressão que a cidade é violenta. Dessa forma quem mora fora não vem a Feira de Santana, e mesmo a população local evita sair as ruas, com isso diminui o fluxo de pessoas na cidade e cai as vendas no comércio. (FALCÃO, 2009 informação verbal²⁴).

Ao ser perguntado se o CDL possui algum estudo indicando que a elevação nos índices de violência, em especial dos homicídios, restringe a visita de consumidores de outros municípios para Feira de Santana, o mesmo afirma que não possui estudo comprovando esse fato, mas que acredita que isso aconteça por relatos feitos a ele por pessoas de outras cidades.

Outra indagação feita ao dirigente da CDL é se as localidades onde ocorreram mais homicídios em 2008 teriam dificuldades em atrair empresas comerciais para suas áreas. A

²⁴ Alfredo da Costa Falcão, Presidente do Clube de Dirigentes Lojistas (CDL) de Feira de Santana, entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

resposta foi positiva. Para Falcão uma empresa de maior porte evitaria se instalar em áreas com elevada incidência de crimes, principalmente de homicídios.

Questionado sobre quanto em média uma empresa de médio porte gasta mensalmente com o item segurança, o presidente da CDL declarou que tendo em vista a necessidade de contratação de vigilantes e seguranças, implantação de sistema de câmaras com monitoramento interno e externo o gasto fica em aproximadamente seis mil reais.

Perguntado se a CDL possui algum tipo de política direcionada a questão da violência, Falcão respondeu que não existe uma política deliberada sobre a questão, mas a entidade costuma participar de eventos ligados ao tema.

Buscou-se saber se nos últimos dois anos os governos federal, estadual ou municipal promoveu algum tipo de parceria ou mesmo discussões com a entidade relacionada à violência. O presidente informou que sim. Que houve participação do órgão em audiências públicas tratando da violência, mas que não existe nenhuma política de parceria com nenhuma das esferas governamentais, e que a entidade nesse período não foi convidada pelas esferas governamentais para tratar do tema. A direção da CDL procurou dirigentes de alguns órgãos estaduais para discutir o problema.

Ao final da entrevista, foi solicitado ao presidente da CDL que sugerisse algumas ações que caso fossem colocadas em prática reduziria os índices de violência, em particular os homicídios. Assim ele descreveu as sugestões:

De imediato reaparelhar e equipar a polícia, de médio prazo, promover a socialização nos bairros com ações nas áreas esportivas, culturais e educacionais, pois os pais trabalham, os filhos ficam sozinhos em casa e são atraídos por criminosos. E a longo prazo, investimento na educação de qualidade. (FALCÃO, 2009, informação verbal²⁵).

Outro dirigente de entidade empresarial também entrevistado foi o presidente da Associação Comercial de Feira de Santana, Armando Sampaio Barreto. Perguntado se a elevação nos índices de violência, em particular dos homicídios, afeta os negócios empresariais no município, a resposta foi positiva e sua justificativa foi:

O medo da violência modifica os hábitos das pessoas, elas ficam com medo de sair às ruas, o que reduz o fluxo de consumidores e com isso as vendas. Ocorre também

²⁵ Alfredo da Costa Falcão, Presidente do Clube de Dirigentes Lojistas (CDL) de Feira de Santana, entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

a transferência dos consumidores do comércio popular dos bairros para áreas mais seguras como o shopping. (BARRETO, 2009 informação verbal²⁶).

O entrevistado não acredita que a elevação que vem ocorrendo nos índices de violência afete a vinda de consumidores para o município, e que a Associação Comercial não possui estudo sobre a questão.

Quanto o ônus para as localidades onde ocorrem mais homicídios, o mesmo afirmou que não acredita que haja prejuízos na atração de empresas para essas áreas, pois as empresas vão à busca do público alvo, independente de onde esteja. No entanto, ressalva que pode ocorrer receio na implantação de empresas caso persista grande incidência de homicídios em determinada área ou bairro.

Perguntado quanto em média é gasto mensalmente por uma empresa com o item segurança, o mesmo respondeu que uma empresa de médio porte a depender do ramo de atividade, gasta de 1,5% a 2% do faturamento. Afirmou também que a entidade não possui nenhuma política direcionada a questão da violência, mas que participa de discussões com órgãos governamentais nos períodos de Natal, Micareta, Dias das Mães, e que a entidade integrou o grupo de trabalho que tratou da implantação de câmaras para vigilância do centro da cidade.

7.2 SETOR INDUSTRIAL

Dados do *Anuário Estatístico de Feira de Santana-2008*, apresentam 455 estabelecimentos industriais em funcionamento no município no ano de 2006, empregando 6.523 trabalhadores (CDL-FS, 2008).

Devido à importância desse setor para a economia local, realizou-se entrevista com o presidente do Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS), André Regis, o qual apresentou as respostas descritas abaixo, quanto ao questionamento sobre a violência decorrente de homicídios para o setor que representa.

Perguntado ao dirigente do CIFS, se a elevação nos índices de violência, em particular dos homicídios, afeta de alguma forma o setor industrial, o mesmo afirmou que sim, e que essa situação ocorre devido o clima de insegurança que afeta a imagem do município, prejudicando a atração de novas empresas. Afirma também que o fenômeno da violência em

²⁶ Armando Sampaio Barreto, presidente da Associação Comercial de Feira de Santana, entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

alguns casos afeta a produtividade das empresas, por causar pânico aos trabalhadores, principalmente os que foram atingidos mais diretamente com as ações dos criminosos.

Nesse sentido relata:

Sabemos de empresas que tiveram trabalhadores roubados na porta da fábrica quando chegavam para trabalhar. Imagine o estado emocional desses trabalhadores e dos colegas que atuam diretamente com os mesmos. Acredito que tal situação reduz a produtividade na empresa, causando prejuízos. (REGIS, 2009 informação verbal²⁷).

Ao ser questionado se acredita, ou mesmo se possui algum estudo indicando que a elevação nos índices de violência, em especial dos homicídios, afeta a implantação ou ampliação de indústrias no município, o mesmo respondeu que Centro das Indústrias não possui estudos nessa área, e que esse não seja um fator determinante para impedir a implantação de uma indústria no município. No entanto, ressalva, “caso haja duas localidades disputando a implantação de certa indústria e essas localidades ofereçam as mesmas condições para implantação, ao certo a direção da indústria optará pela implantação na área menos violenta.” (REGIS, 2009 informação verbal²⁸).

Quanto ao gasto mensal que uma indústria de médio porte tem com o item segurança, o presidente do Centro das Indústrias estimou um gasto entre dez e quinze mil reais.

Questionado se existe no CIFS alguma política deliberada tratando da questão da violência, Regis (2009) afirmou que a entidade não possui nenhuma política nesse sentido. Por sua vez, informou que a entidade participa de discussões nessa área e buscou junto a Polícia Militar do Estado a implantação de um sistema de ronda com motocicletas na área que compreende o centro industrial, projeto que contaria com o apoio de dezenas de indústrias, mas a iniciativa não foi adiante.

Também ao presidente do CIFS foi perguntado se nos últimos dois anos os governos, federal, estadual ou municipal promoveram algum tipo de parceria com a entidade relacionada à violência, o mesmo respondeu que não. E que as únicas discussões realizadas com autoridades governamentais para tratar do tema, se deu por iniciativa do CIFS.

Ao final da entrevista foi solicitado ao presidente do CIFS que oferecesse algumas sugestões voltadas a redução da violência:

²⁷ André Regis presidente do Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS) entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

²⁸ André Regis presidente do Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS) entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

Promover uma educação de qualidade; oferecer oportunidade de trabalho e qualificação aos jovens pobres; estruturar a polícia em todas as esferas; revisar a legislação para facilitar o trabalho da polícia e reduzir a impunidade do modelo - polícia prende e a justiça solta. (REGIS, 2009 informação verbal²⁹).

7.3 SETOR DE SERVIÇOS

Conforme dados do Anuário Estatístico de Feira de Santana-2008, no ano de 2006 havia em funcionamento no município 8.260 estabelecimentos do setor de serviços com 28.070 trabalhadores ocupados.

Buscando conhecer o impacto que a violência, como descrita nesse estudo, acarreta em algumas atividades desse setor, foram entrevistados o presidente do Sindicato dos Proprietários de Bares, Restaurantes, Hotéis, Pousadas e similares, José Getúlio, o presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos (Sincaver), que inclui os taxistas de Feira de Santana, Liomar Ferreira o assessor do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Feira de Santana (Sincol) Eloan da Silva, o diretor e sócio proprietário da imobiliária Mirante, Osvaldo Otan, o diretor e sócio proprietário da empresa de segurança patrimonial Olho de Águia, Danilo Lucena, as diretoras e sócias da empresa Asplac Administração de Condomínios, Ângela Carneiro e Joelma Fernandes, o diretor e sócio da agência de viagens Artur Turismo, Armando Sampaio Barreto, o presidente da Faculdade e do Colégio Nobre, Jodilton de Oliveira Souza e o diretor e sócio proprietário do Curso Unificado, entidade que prepara alunos para participação em vestibulares e concursos públicos, Fernando Barbosa.

7.3.1 Transporte – ônibus coletivo e taxis

A entrevista foi realizada com Eloan da Silva, assessor do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Feira de Santana (Sincol).

Inicialmente buscou-se saber se a elevação nos índices de homicídios afeta de alguma forma a atividade desempenhada pelo setor, a resposta foi positiva e os motivos apresentados foram os mais diversos:

Já tivemos um cobrador de ônibus assassinado a tiros no interior do veículo; assaltos diários aos passageiros e cobradores, inclusive com agressões físicas; um único ônibus foi assaltado 8 vezes; num determinado assalto os ladrões levaram apenas cinco reais; os passageiros entram em pânico, é um choque horrível, que prejudica a

²⁹ André Regis presidente do Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS) entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

saúde física e mental das pessoas, em muitos casos os bandidos agem com extrema violência. (SILVA, 2009 informação verbal³⁰).

Perguntado se o Sincol possui algum estudo indicando que a elevação nos índices de violência, em especial dos homicídios, restringe o número de passageiros que utilizam o transporte coletivo, o representante do órgão falou que não possui estudo nesse sentido, mas que a violência não restringe o fluxo de passageiros no uso do transporte coletivo por ser esse um serviço essencial que as pessoas têm que usar.

Quanto às localidades onde ocorrem mais homicídios, foi perguntado se os dirigentes das empresas têm receio em colocar os veículos para circular nessas áreas. O assessor do sindicato respondeu que sim, e que já houve paralisação dos serviços por parte dos trabalhadores em protesto a violência e pela busca de mais segurança em certas localidades.

Foi perguntado também se o sindicato possui alguma política direcionada a questão da violência, nesse caso a resposta foi negativa, ressalvando, no entanto, que houve a colocação de câmaras de vídeo nos ônibus, mas é uma solução pouco prática.

Com referência ao custo da criminalidade como componente do preço da passagem, o mesmo falou que não tem um cálculo específico para esse item, mas que ao certo as despesas crescentes com fiscais secretos, câmaras para monitoramento, seguranças e outras medidas, onera o custo do transporte.

Outro questionamento foi se nos últimos dois anos os governos federal, estadual ou municipal promoveu algum tipo de parceria ou mesmo discussões com o sindicato relacionada à violência. A resposta foi negativa, no entanto, foi relatado que houve um convite para a Conferência Municipal de Segurança.

Em sequência, foi solicitado a Silva que oferecesse algumas sugestões visando a redução nos índices de violência:

Ao certo a realização de uma ampla campanha institucional para combater o uso de drogas, se não acaba, pelo menos reduz o uso desse veneno, em particular o crack; sabemos que a segurança é uma questão do estado, mas deve haver maior envolvimento da comunidade no combate a violência; entendo ser vergonhoso um policial não ter uma moradia digna, é imprescindível que o estado construa condomínios para os policiais; é preciso que haja ações públicas para garantir os direitos de cidadania às pessoas. (SILVA, 2009 informação verbal³¹).

³⁰ Eloan da Silva, assessor do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Feira de Santana (Sincol) entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

³¹ Eloan da Silva, assessor do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Feira de Santana (Sincol) entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

Outro representante da área de transporte também entrevista foi o presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos (Sincaver) Liomar Ferreira, que ao ser perguntado se a violência, devido homicídios, afeta a atividade o dirigente do sindicato foi categórico:

A violência afeta enormemente a atividade desempenhada pelos associados do sindicato, principalmente os taxistas, que sofrem diariamente com assaltos, agressões morais, físicas e de vez em quando um motorista é assassinado [...] muitos impedidos pelo medo, nem mesmo registram queixas, até porque o tratamento dispensado nas delegacias pela polícia, muitas vezes também se traduz em violência, haja vista, o martírio que passa o taxista para fazer o registro de uma ocorrência. (FERREIRA, 2009 informação verbal³²).

Perguntado se ele acredita, ou mesmo possui algum estudo indicando que a elevação nos índices de violência, devido homicídios, restringe a visita de pessoas a cidade e o fluxo de pessoas nas ruas, particularmente nas áreas de comércio. Ferreira respondeu que não tem estudo sobre o assunto, mas afirmou ter certeza que esse nível elevado de criminalidade restringe à visita principalmente de consumidores a cidade, o que causa prejuízos aos taxistas.

Outra pergunta, foi se existe por parte dos taxistas algum receio em circular com o seu veículo nas localidades onde ocorrem mais homicídios? Ferreira respondeu que sim, e que durante o dia a maioria dos motoristas aceitam passageiros para qualquer destino, até as áreas mais perigosas, mas durante a noite, a grande maioria se recusa a levar passageiros as localidades mais perigosas. Ressalta ainda, que a maioria dos taxistas evita trabalhar a noite, e “tudo por causa da violência.” (FERREIRA, 2009 informação verbal³³).

Questionado se o sindicato possui algum tipo de política direcionada a questão da violência, o mesmo respondeu que não existe uma política deliberada para esse fim, mas que a categoria participa através dos seus representantes de audiências públicas, debates com autoridades e realiza frequentemente manifestações de protesto, devido a violência sofrida diariamente pela categoria, especialmente os taxistas.

Buscou-se também, saber se nos últimos dois anos os governos federal, estadual ou municipal promoveu algum tipo parceria ou mesmo discussões com o sindicato relacionada a violência. O dirigente do Sincaver respondeu que não.

Ao final, foi solicitado a Ferreira que oferecesse algumas sugestões que considera significativas para reduzir a violência, em particular os homicídios:

Primeira medida é combater as drogas; segunda é estruturar a polícia, fornecendo, armas, viaturas com combustível e em quantidade suficiente; deve também melhorar

³² Liomar Ferreira, presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos (Sincaver) entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

³³ Liomar Ferreira, presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos (Sincaver) entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

o atendimento nas delegacias, muitas vezes o cidadão evita registrar uma queixa pela falta de respeito como é tratado na maioria das delegacias. Uma pessoa é assaltada e não pode entrar de bermuda na delegacia para registrar a ocorrência, isso também é violência. (FERREIRA, 2009 informação verbal³⁴).

7.3.2 Educação

Outro setor que vem sendo atingido com a elevação nos índices de violência é o de educação. De acordo com o presidente da Faculdade e Colégio Nobre, Jodilton Oliveira de Souza, os atuais índices de violência prejudica no desempenho dos alunos. A instituição contratou mais de 10 seguranças particulares para atuar na área externa, visando coibir as ações dos marginais nas imediações da faculdade, visto que era comum ataques contra alunos.

Perguntado se o estado atual de violência restringe o número de matrículas, ou mesmo a frequência dos alunos a escola e a faculdade, Souza afirmou que as instituições instaladas no centro da cidade certamente não passam por tais problemas, mas acredita que as escolas situadas na periferia e nos bairros com maior incidência de crimes devem perder alunos por medo da violência.

Sobre os gastos realizados pela instituição com o item segurança nos últimos dois anos, Souza informou que realizou investimentos em equipamentos para controle de acesso das pessoas ao interior da instituição, efetuou a contratação de mais pessoal da área de segurança, alugou espaços para estacionamento, realizou serviços de iluminação etc, e que atualmente a instituição gasta aproximadamente 5% do faturamento com o item segurança.

Questionado se nos últimos dois anos, a instituição foi convidada pelos governos federal, estadual ou municipal para participar de alguma parceria ou mesmo discussão relacionada à violência, a resposta foi não.

Solicitado a fornecer algumas sugestões que considera significativas para combater a criminalidade, assim discorreu:

A cidade precisa de um grande complexo para detenção de marginais; os setores públicos envolvidos com a área de segurança devem buscar parcerias com as empresas privadas; deve ser criada a polícia municipal com pessoal bem treinado e colocar câmaras de vídeo para monitoramento nos principais pontos da cidade. (SOUZA, 2009 informação verbal³⁵).

Outro dirigente envolvido com o setor de educação, Fernando Barbosa, sócio do Curso Unificado, entidade que atua na formação de alunos para prestar vestibular e concursos

³⁴ Liomar Ferreira, presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos (Sincaver) entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

³⁵ Jodilton Oliveira de Souza, presidente da Faculdade e Colégio Nobre entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

públicos, declarou que a elevação nos índices de violência, devido homicídios, prejudica o setor de educação, pois a violência desestrutura o ambiente familiar e a sociedade como um todo, conseqüentemente a escola.

Perguntado se acredita ou mesmo possui algum estudo indicando que os índices de violência, em especial dos homicídios, restringe a matrícula ou a frequência dos alunos aos cursos, a sua resposta foi de que nos últimos anos houve uma queda de aproximadamente 15% nas matrículas disponíveis para o noturno, e que o aumento da criminalidade certamente contribuiu para essa situação.

Buscou-se saber se a instituição adota ações direcionadas a questão da violência. Barbosa respondeu que sim, informando que a instituição recomenda aos alunos não atender ao telefone celular fora do prédio da instituição, que eles saiam em grupo até o ponto de ônibus, instalou catraca na entrada do prédio com acesso através da digital do aluno para evitar o acesso de bandidos, o que já ocorreu. E que os professores costumam passar dicas de como evitar roubos e assaltos.

Foi perguntado também se a instituição realizou gastos com o item segurança nos últimos dois anos. A resposta foi positiva. Foram realizados investimentos na implantação de catracas para acesso ao prédio através da digital do aluno, colocação de cerca elétrica nos muros, câmaras de vídeo na portaria e outros ambientes, sistema de alarmes, o que elevou o gasto anual da instituição em cerca de 20%.

Solicitado a oferecer sugestões que possam reduzir os índices de violência, afirmou que o primeiro passo está na inclusão social e na criação de oportunidades de trabalho para todos; melhoria do sistema escolar a partir do ensino fundamental e da estrutura da segurança pública.

7.3.3 Alimentação e hospedagem

Para Andrade, dirigente do sindicato que agrega os bares, restaurantes, pousadas e similares, a elevação nos índices de homicídios afeta os negócios dos setores que representa, pois as pessoas com medo da criminalidade saem menos de casa, acarretando uma diminuição nos gastos com os serviços de bares e restaurantes.

Afirma que o sindicato não possui estudos nesse sentido, mas a queda na frequência de alguns estabelecimentos durante a noite é bastante visível e até mensurável.

Quanto ao funcionamento e instalação de empresas nas localidades onde ocorrem mais homicídios, o mesmo falou que a elevação nos índices de criminalidade em certas áreas reduz

o faturamento das empresas, pois a clientela se restringe a população local, visto que a violência afasta o público com residência em outras localidades. Afirma ainda, que é pouco provável que uma empresa que busque crescimento e estabilidade seja instalada num ambiente de elevado nível de criminalidade.

Perguntado se o sindicato que representa possui alguma política direcionada a questão da violência, o mesmo respondeu que não. Em sequência, ao ser perguntado se nos últimos dois anos os governos federal, estadual ou municipal promoveu algum tipo de parceria ou mesmo discussões com o sindicato relacionada à violência, a resposta também foi negativa.

Solicitado a dar algumas sugestões que vise combater a violência, assim procedeu: “creio que é necessário iniciar pelo planejamento familiar; realizar mais investimento na educação e na geração de empregos para ofertar mais oportunidades, principalmente para os jovens” (ANDRADE, 2009 informação verbal³⁶).

7.3.4 Turismo e lazer

O presidente da Associação Comercial de Feira de Santana, Armando Sampaio Barreto, sócio proprietário e gerente da agência de viagens, Artour Turismo, também foi indagado com perguntas referente ao impacto da violência no setor de turismo.

Perguntado se a elevação que se verifica nos índices de violência devido homicídios, afeta a atividade de turismo, a resposta foi não, e assim justificou: “Feira de Santana não tem um movimento de turismo que possa ser afetado pelo índice de violência.” (BARRETO, 2009 informação verbal³⁷).

Em sequência, Barreto foi indagado se as agências de viagens locais possuem algum tipo de política direcionada a questão da violência. A resposta foi negativa.

Solicitado a dar sugestões, que se adotadas contribuiriam para reduzir a violência, em particular os homicídios, assim procedeu:

As drogas é o maior causador da violência, dos assassinatos, assaltos e outros graves problemas, a maior parte dos jovens envolvidos no mundo do crime é devido às drogas; é preciso antes de tudo educar as pessoas a partir de pequenas coisas – é violência joga lixo no chão, a invasão do sinal de trânsito, as bicicletas e motos que trafegam na contra-mão. Se a as pessoas comete pequenos atos de violência e não são punidos, certamente cometerão outros, e assim por diante até chegar a coisas piores, como matar uma pessoa por exemplo. A não preocupação com a qualidade

³⁶ Andrade, dirigente do sindicato dos bares, restaurantes, pousadas e similares, entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

³⁷ Armando Sampaio Barreto, presidente da Associação Comercial de Feira de Santana, entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

de vida é também uma violência, e essa leva a outras. (BARRETO, 2009 informação verbal³⁸).

7.3.5 Imobiliário

Outra área de grande influência no crescimento do Município de Feira de Santana é a imobiliária, desse setor foi entrevistado Osvaldo Otan, diretor e sócio proprietário da Mirante Imobiliária, uma das maiores do município.

Inicialmente buscou-se saber se a elevação nos índices de homicídios afeta de alguma forma os negócios do setor imobiliário, o mesmo respondeu que sim, e justificou:

Com a elevação nos índices de violência, principalmente os assassinatos, as pessoas passam a buscar moradias que ofereçam mais segurança, a exemplo de casas e apartamentos em condomínios fechados, e esse são mais caros, pois a segurança representa um dois principais componentes do preço desses imóveis. (OTAN, 2009 informação verbal³⁹).

Perguntado quanto em média um proprietário perde, seja na venda, seja no preço do aluguel, por possuir um imóvel numa área onde ocorre mais crimes de mortes, comparativamente a perda com o imóvel situado numa área com menor incidência de assassinatos, Otan informou que não possui um dado específico para esses casos, mas que a depender da área, haverá uma desvalorização de no mínimo 30% no preço do imóvel ou do aluguel, mesmo que a rua ou o imóvel possuam as mesmas características estruturais.

Afirmou ainda, que é muito difícil realizar a venda ou alugar um imóvel que esteja situado em áreas ditas violentas. E além da desvalorização, é necessário um tempo maior para vender ou alugar o imóvel, em média 90 dias, sendo que o imóvel situado em área mais segura é alugado ou comercializado em 30 dias aproximadamente.

7.3.6 Administração patrimonial

Na área de administração patrimonial, especificamente administração de condomínios, foram entrevistadas as sócias e diretoras da Administração de Condomínios (Asplac), Ângela Carneiro e Joelma Fernandes, as quais afirmaram que os índices crescentes de violência vêm

³⁸ Armando Sampaio Barreto, presidente da Associação Comercial de Feira de Santana, entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

³⁹ Osvaldo Otan, diretor e sócio proprietário da Mirante Imobiliária, entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

afetando o setor, visto que as pessoas buscam morar em condomínios levadas quase que exclusivamente pelo fator segurança e “essa segurança tem um preço”.

Perguntado se é cobrado um preço maior pela administração de um condomínio situado em áreas com maior incidência de violência devido homicídios, a resposta foi que o preço da administração em si não altera devido essa característica, mas que a taxa de condomínio cobrada mensalmente pode variar positivamente devido a necessidade de investimentos com o item segurança em menor espaço de tempo que o habitual.

Outra indagação foi sobre o gasto médio mensal que um condomínio com 30 residências tem com o item segurança. As diretoras da Asplac responderam que o gasto mensal varia de acordo com a estrutura existente no condomínio:

Um condomínio pode possuir apenas a cerca elétrica no muro e os porteiros atuando na entrada. Outros possuem essa mesma estrutura e mais câmaras de vídeo em vários pontos, vigilantes que fazem ronda nas áreas de uso comum e ainda suporte de vigilância motorizada nas imediações do condomínio. A implantação desses últimos itens geralmente decorre do nível de criminalidade existente na área onde o condomínio está situado. (CARNEIRO; FERNANDES, 2009 informação verbal⁴⁰).

Perguntado se essa afirmação atribui à violência elevação nos gastos do condomínio, as pesquisadas concordaram, afirmando ainda que:

Deixar de morar numa casa onde se tem mais privacidade, liberdade e geralmente maior espaço, para morar num apartamento pequeno pagando taxas cada vez mais altas, só mesmo pra quem deseja viver com mais segurança... todos os dias nos deparamos com pessoas que fizeram essa opção levadas pelo medo da violência. (CARNEIRO; FERNANDES, 2009 informação verbal⁴¹).

Finalizando a entrevista foi solicitado as diretoras da Asplac que citasse algumas ações que consideram significativas no combate a criminalidade. As mesmas responderam que maior investimento em segurança pública e mais ofertas de trabalho para a população carente, certamente reduziria consideravelmente a crescente onda de violência.

7.3.7 Segurança patrimonial

Outra atividade que integra o setor de serviços, e que ao certo não é impactada negativamente com a elevação nos índices de violência, mas é um termômetro do crescimento ou declínio dos índices desse fenômeno é a atividade de segurança patrimonial, haja vista, a

⁴⁰ Ângela Carneiro e Joelma Fernandes sócias e diretoras da Asplac Administração de Condomínios, entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

⁴¹ Ângela Carneiro e Joelma Fernandes sócias e diretoras da Asplac Administração de Condomínios, entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

expansão no número de condomínios de casas e apartamentos e também de prédios comerciais e shoppings.

Dessa área foi entrevistado Danilo Lucena, sócio proprietário da empresa Olho de Águia, em atuação no mercado há quase dez anos e responsável pela segurança de centenas de prédios e casas comerciais e residências.

Os serviços prestados pela Olho de Águia constituem: Instalação de cercas elétricas, monitoramento a distância de casas e prédios através de câmaras de vídeo, realização de rondas com automóveis e motocicletas em áreas específicas e com intervalo de tempo definido, monitoramento de veículos via satélite.

Inicialmente questionou-se Lucena, sobre quanto em média foi à elevação verificada na procura dos serviços prestados por sua empresa nos últimos anos. O mesmo respondeu que foi de aproximadamente dez por cento, mas que o crescimento do setor foi muito além desse patamar. Visto que a demanda crescente foi absorvida por novas empresas que se instalaram no município nesse período.

Foi perguntado também, se existe um preço diferenciado pela segurança prestada a uma propriedade situada numa área considerada mais segura, do preço cobrado numa área considerada menos segura.

Assim respondeu:

No caso da nossa empresa, preferimos não atuar na segurança de uma propriedade situada numa área com risco elevado de violência, pois geralmente dar prejuízo. A todo instante o alarme toca, mandamos um preposto para concerta a cerca elétrica, repor equipamentos etc. Passamos o tempo todo assistindo determinado cliente, ao ponto de pagarmos para trabalhar, não vale a pena, a violência muitas vezes produz lucros pra uns, mas causa prejuízos a todos, é um tiro no pé. (LUCENA, 2009 informação verbal⁴²).

Sobre a quantia média que uma residência paga mensalmente pelo serviço de segurança disponibilizado pela empresa Olho de Águia. O entrevistado respondeu que o preço varia conforme certos aspectos, a exemplo da dimensão da propriedade, mas que o serviço de cerca elétrica monitorada fica entre cento e vinte reais para residência e trezentos reais para empresas de grande porte, sem incluir o trabalho de seguranças e vigilantes, que depende da necessidade do contratante.

Perguntado se nos últimos dois anos, os dirigentes da empresa receberam algum convite dos governos federal, estadual ou municipal para participar de discussões ou parceria relacionada à violência. A resposta foi negativa.

⁴² Danilo Lucena, sócio proprietário da empresa Olho de Águia, entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

Ao final foi pedido ao entrevistado que oferecesse algumas sugestões que considera significativas para combater a violência principalmente dos homicídios:

Considero muito importante o investimento em educação; a aplicação de penas mais duras para os criminosos; colocar os presos para trabalhar na construção civil realizando obras públicas; criar mais oportunidades de trabalho para os jovens. (LUCENA, 2009 informação verbal⁴³).

7.4 IMPACTO NA ATIVIDADE RELIGIOSA

Além do levantamento feito junto a representantes de entidades empresariais, empresas e sindicatos envolvidos com atividades produtivas, buscou-se conhecer o pensamento da Igreja Católica através do Arcebispo Dom Itamar Viam, maior autoridade da igreja católica no município.

Após apresentação dos índices de homicídios registrados em Feira de Santana em 2008, foi perguntado ao Arcebispo, se o fenômeno da violência prejudica o trabalho da igreja:

Respondeu Vian:

Sim, prejudica muitíssimo. A igreja realiza um trabalho prioritário junto às lideranças e famílias no período da noite, pois durante o dia essas lideranças estão trabalhando. Com o aumento da criminalidade existe a dificuldade de realizar esse trabalho por medo de sair de casa. Grandes celebrações no final da tarde e início da noite, a exemplo da Quinta-feira Santa, Sexta, Paixão e Morte de Cristo, esses dias a igreja é obrigada a antecipar a liberação dos fieis, devido o medo no retorno para suas casas. (VIAN, 2009 informação verbal⁴⁴).

Perguntado, se a Igreja Católica de Feira de Santana desenvolve algum trabalho visando à redução nos índices de violência, em especial dos homicídios, respondeu que sim, e completou: “a Arquidiocese local em comunhão com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) desenvolveu nos últimos anos campanhas sobre drogas, a questão da cidadania e agora em 2009 tratando da segurança pública, não apenas a nível nacional, mas a nível local.” (VIAN, 2009 informação verbal⁴⁵).

Destacou também que as lideranças da igreja desenvolvem projetos junto a sociedade, promove painéis, seminários e encontros com lideranças comunitárias, jovens, e famílias para debater e aprofundar os temas do cotidiano, e que a violência é um dos mais discutidos.

Afirma também que uma porcentagem da violência tem como causa a bebida e as drogas e a Arquidiocese tem o grupo pastoral da Sobriedade que orienta as pessoas,

⁴³ Danilo Lucena, sócio proprietário da empresa Olho de Águia, entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

⁴⁴ Arcebispo Dom Itamar Viam, entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

⁴⁵ Arcebispo Dom Itamar Viam, entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

especialmente os mais jovens, sobre os malefícios das drogas e das bebidas alcoólicas. Para isso a Arquidiocese tem uma casa na Fazenda da Esperança que procura acolher e recuperar as pessoas envolvidas com uso de drogas. Nesse sentido, relata Vian (2009 informação verbal⁴⁶), “observamos que uma parte dos envolvidos com essas drogas praticaram atos de violência, mas lutamos para devolver essas pessoas recuperadas e que elas possam viver em dignidade, em paz consigo, com a família e a sociedade”.

Em seguida foi solicitado ao arcebispo que opinasse sobre as causas desse crescente estado de violência:

Uma das causas principais da violência é a desagregação familiar – a paz começa em mim, começa em você, começa na família. Quando dentro de casa o pai agride a mãe e vice versa, com agressões físicas ou moral, a criança procura desenvolver as mesmas atitudes, na escola, na rua e na sociedade. (VIAN, 2009 informação verbal⁴⁷).

Foi perguntado também, se nos últimos dois anos a Igreja Católica de Feira de Santana foi convidada por órgãos dos governos federal, estadual ou municipal para realizar alguma parceria ou discussão tratando da violência. O Arcebispo respondeu que não. Que é convidado por escolas, grupos de casais e algumas outras entidades para tratar do tema. E que a igreja procurou tanto o governo municipal como estadual para tratar da questão, e foi recebida pelo prefeito do município e o secretário de educação do Estado, e nessas audiências apresentou propostas para serem desenvolvidas nas escolas municipais e estaduais voltadas a promoção da paz e da justiça e colocou a igreja a disposição para a elaboração do material didático.

Solicitado ao Arcebispo, sugestões para reduzir a crescente onda de violência que atinge a sociedade, assim expõe:

O caminho é reintroduzir nas escolas disciplinas que envolva a promoção de valores humanos como o respeito a vida, e valores sociais que favoreçam uma convivência pacífica entre os seres humanos. Se os jovens não aprender esses valores na escola provavelmente nunca mais aprenderão, e isso vai determinar a sua vida pessoal, familiar e profissional. (VIAN, 2009 informação verbal⁴⁸).

7.5 IMPACTO NOS GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Com a implantação da Secretaria Municipal de Prevenção a Violência e Promoção dos Direitos Humanos, no segundo semestre de 2009, considerou-se necessário conhecer o

⁴⁶ Arcebispo Dom Itamar Viam, entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

⁴⁷ Arcebispo Dom Itamar Viam, entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

⁴⁸ Arcebispo Dom Itamar Viam, entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

conjunto de idéias que norteiam essa instituição, nesse objetivo foi entrevistado o Secretário da pasta Missael Freitas de Santana.

Perguntado se os atuais índices de violência afeta de alguma forma a economia do município, o Secretário respondeu que sim e justificou dizendo que a criminalidade causa insegurança, e essa desmotiva o empresário em aumentar os investimentos no município.

Questionado se acredita, ou possui algum estudo indicando que a elevação nos índices de violência no município, em especial dos homicídios, restringe a vinda de pessoas das cidades vizinhas ou mesmo de outras regiões para Feira de Santana. Respondeu que não possui estudo tratando dessa questão, mas acredita que a elevação nos índices de criminalidade restringe a visita de pessoas ao município, porque a violência repercute negativamente, provocando medo e desmotivando pessoas a viajarem.

Quanto ao orçamento, a estrutura e as ações mais urgentes da secretaria, visando combater o crescimento da violência, Santana (2009 informação verbal⁴⁹) respondeu que o orçamento da secretaria para o ano de 2010 será de seiscentos e setenta mil reais, no entanto, essa quantia pode ser aumentada em decorrência de convênios com outras esferas governamentais, e que secretaria ainda está sendo estruturada e deve contar com um corpo funcional de aproximadamente 40 pessoas, distribuídas em 12 coordenações.

Sobre as ações do órgão, o secretário citou que estão sendo gestados vários projetos. E já no início de dezembro-2009, será realizada campanha de desarmamento que contará com a participação da Polícia Federal e outros órgãos governamentais. Vai buscar articulação com a Secretaria Estadual de Segurança Pública para criação do cinturão de segurança no município, envolvendo todos os órgãos contemplados no gabinete de gestão integrada: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Superintendência Municipal de Trânsito, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, Ministério Público, Defesa Civil e defensorias públicas.

Ao final, foi solicitado ao secretário que sugerisse algumas ações que considera significativas para combater a violência, assim relatou:

Inicialmente é necessário implantar a cultura do planejamento familiar, com orientação, educação e a participação das entidades de classe e órgãos públicos; deve haver intervenção do poder público no atendimento das demandas sociais no ambiente local; aproveitar o parque ocioso das igrejas durante a semana e das instituições de ensino nos finais de semana para dotar a comunidade de alternativas e opções de cultura, esporte e lazer; buscar integrar as policias e adotar repressão

⁴⁹ Missael Freitas de Santana, Secretário Municipal de Prevenção a Violência e Promoção dos Direitos Humanos entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

policial qualificada através de ações de inteligência. (SANTANA, 2009 informação verbal⁵⁰).

7.6 IMPACTO COM A PERDA DE ANOS PRODUTIVOS DEVIDO HOMICÍDIOS

Conforme as pesquisas que tratam do tema, desde os anos oitenta vem ocorrendo aumento nos índices de violência em todas as regiões do Brasil, de forma que as mortes provocadas por homicídios superam o quantitativo de mortes decorrentes de muitas guerras. Tomando como base o ano de 2005 onde foram assassinadas 45.578 (SIM/DATASUS) pessoas, temos uma média de um homicídio a cada 11 minutos aproximadamente.

As consequências dessa situação para o desenvolvimento econômico é para a maioria dos especialistas de difícil estimação, devido à complexidade na identificação e análise da totalidade dos danos diretos e indiretos que provoca e da abrangência que assume no ambiente social e econômico. Além disso, os efeitos danosos originados da criminalidade perduram por tempo indefinido na vida das pessoas, podendo em certos casos exercer influência direta durante toda a vida.

Além dos danos causados no ambiente familiar pela perda dos entes queridos, a violência, em particular dos homicídios, impacta negativamente a maioria das atividades econômicas. Certamente algumas áreas são mais atingidas que outras, mas num efeito cascata todo o sistema produtivo acaba pagando um “certo preço” com a incidência crescente desse fenômeno.

Outro ponto a destacar, refere-se à perda de vidas humanas no auge da idade produtiva. Sem analisar a questão humanitária, mas apenas econômica, temos que após longos anos de investimentos realizados pelas famílias e pelo Estado na formação dos jovens, esses são mortos, sem mesmo terem tido a oportunidade de desempenhar atividades laborais lícitas de qualquer natureza. Em Feira de Santana, das 295 pessoas assassinadas no ano de 2008, 186 tinham idade entre 12 e 29 anos, ou seja, 63% das vítimas viviam a fase áurea da produtividade. Com isso, o sistema produtivo perde capital humano, elemento essencial ao desenvolvimento econômico.

Por meio da técnica de contagem, descrita anteriormente nesse estudo, calculou-se à perda de anos produtivos devido homicídios ocorridos no Município de Feira de Santana em 2008, o que totalizou 13.333,5 anos. Desse total, 876 anos foram das vítimas do sexo feminino e 12.457,5 anos das vítimas do sexo masculino. A perda média foi de 43,8 anos para

⁵⁰ Missael Freitas de Santana, Secretário Municipal de Prevenção a Violência e Promoção dos Direitos Humanos entrevista concedida em 2009, para o presente estudo.

mulheres e 45,3 anos para homens (Tabela 26), tendo em vista a esperança de vida para cada grupo.

O cálculo foi realizado multiplicando o número de vítimas pelo tempo médio perdido devido os homicídios. Assim, temos para as vítimas do sexo feminino $20 \times 43,8 = 876$ anos e para as vítimas do sexo masculino $275 \times 45,3 = 12.457,5$ anos.

Tabela 26 - Anos de vida perdidos devido homicídios, Feira de Santana - 2008

Sexo	Nº de homicídios	perda média (anos)	perda total (anos)
Feminino	20	43,8	876
Masculino	275	45,3	12.457,5
Total	295		13.333,5

Fonte: Jornal Tribuna Feirense.

Nota: Produzida pelo autor.

7.7 IMPACTO DEVIDO A PERDA DE ANOS PRODUTIVOS DOS HOMICÍDAS POR ATUAÇÃO NA ATIVIDADE CRIMINOSA

Num ambiente de crescimento dos índices de violência, cresce o número de vítimas, e também, o número de criminosos. Assim, o custo da violência é incrementado pelas vítimas dos homicídios e por seus executores, os quais poderiam está atuando no mercado formal de trabalho, obtendo renda lícita e contribuindo para o sistema produtivo.

Partindo dessa constatação e com uso da técnica de contagem, foi calculada a perda de anos produtivos dos homicidas por atuação no crime, tendo como parâmetro, a idade média dos criminosos, definida em 25 anos, o tempo médio de atuação dos indivíduos na atividade ilícita, arbitrado também em 25 anos, e a renda mensal de 1 salário mínimo, desprezando a gratificação natalina.

Nesse contexto, um indivíduo com 25 anos que tira seu sustento através de atividades criminosas, ficaria no exercício dessa atividade supostamente durante 25 anos.

No estudo considerou-se a existência de 384 homicidas, número 30% superior ao número de vítimas, visto que parte significativa dos homicídios foi praticada por mais de um indivíduo. Dos 295 crimes de morte, 108 foram praticados por motoqueiros, onde o carona ficava responsável pelos disparos de arma de fogo contra as vítimas. As mortes praticadas dessa forma representaram 36,6% do total de homicídios (MAIS..., 2009, p.7).

Constata-se que os homicidas representam tanto quanto as suas vítimas, enorme ônus para a sociedade. O impacto monetário estimado para o sistema produtivo devido à atividade exercida por esses indivíduos é da ordem de R\$ 53.568.000,00.

Tabela 27 – Impacto monetário para a atividade produtiva, devido o dispêndio de tempo gasto pelos indivíduos no exercício da atividade criminosa - Feira de Santana - 2008

Nº de homicidas	*Tempo na ativ. criminosa (anos)	Custo médio R\$	Custo total R\$
384	25	139.500,00	53.568.000,00
Total			53.568.000,00

Notas: Produzida pelo autor.

(*) Tempo médio estimado pelo autor durante o qual o indivíduo permanece na atividade criminosa.

A estimativa de perda de anos produtivos dos homicidas, caracterizada pela atuação desse grupo na atividade criminosa em detrimento das atividades lícitas, totalizou 9.600 anos.

Tabela 28 - Perda de anos produtivos dos homicidas, devido atuação no crime, Feira de Santana - 2008

Nº de homicidas	idade média (anos)	perda estipulada (anos)	Perda total (anos)
384	25	25	9.600
Total			9.600

Nota: Produzida pelo autor.

É relevante assinalar, que o custo decorrente da atividade de matar pessoas, assume configuração diferente do custo devido homicídios. Haja vista, a perda de capacidade produtiva ser irreversível nesse último evento, enquanto que a capacidade produtiva dos homicidas pode ser recuperada para uso em atividades lícitas. No entanto, é pouco provável que num ambiente de elevação permanente dos índices de violência, sistema judicial caracterizado pela impunidade, sistema prisional bastante ineficiente, isso venha ocorrer.

7.7.1 Impacto total dos homicídios e do exercício dos homicidas na atividade criminosa

O impacto total estimado da violência devido homicídios no município de Feira de Santana em 2008 é de aproximadamente R\$ 128.077.182 (cento e vinte e oito milhões setenta e sete mil, cento oitenta e dois reais) o que equivale a aproximadamente 2,92% do PIB do município a preço de mercado projetado para o ano de 2009 da ordem de R\$ 4.379.183.000 (projeção do PIB de 2006 reajustado pelo índice de inflação de 2007 e 2008). Comparativamente as receitas orçamentárias da prefeitura municipal para o exercício 2009 da

ordem de R\$ 456.885.603, o impacto da violência alcança quase um terço do montante ficando em 28,03%. Vale ressaltar que não compõe esta estimativa os dispêndios diretos e indiretos realizados pela União, Estado e prefeitura com a segurança pública e outros setores que realizam gastos diversos no setor de segurança.

Do impacto total estimado R\$ 4.893.686,00 refere-se ao grupo de vítimas do sexo feminino e R\$ 69.615.522,00 ao grupo de vítimas do sexo masculino, como descrito na tabela abaixo. O custo médio estimado por vítima para as mulheres R\$ 244.683,00 e de R\$ 253.147,35 para os homens. O custo médio é maior para os homens devido o enorme número de mortes de pessoas jovens.

Tabela 29 - Impacto da violência devido à perda de anos produtivos das vítimas de homicídios, Feira de Santana – 2008

Sexo	Nº de vítimas	Custo médio R\$	Custo total R\$
Feminino	20	244.683,00	4.893.660,00
Masculino	275	253.147,35	69.615.522,00
Total	295		74.509.182,00

Nota: Produzida pelo autor.

Tabela 30 - Impacto total da violência devido homicídios, pela perda de anos produtivos de vítimas e homicidas - Feira de Santana - 2008 (em mil)

Evento	Custo total R\$ (em mil)
Impacto com as vítimas	74.509.182
Impacto com a atividade criminosa	53.568.000
Total	128.077.182

Nota: Produzida pelo autor.

8 CONCLUSÃO

É plausível afirmar que o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico, esse último entendido como parte do primeiro, são fenômenos responsáveis pela mudança quantitativa e qualitativa no padrão de vida das pessoas, possibilitando uma nova relação de convivência com extensão de direitos e garantias constitucional, enfim, um novo patamar civilizatório.

Por outro lado, esse novo estágio civilizatório e de “riquezas” não garante controle sobre as ações humanas, as quais são modificadas cotidianamente pela introdução e incorporação de novos modelos e padrões de relacionamentos interpessoais permeados por disputas de ordem econômica, política e social, que por sua vez, gestam a necessidade de novos contratos sociais.

Nesse ambiente de geração e concentração de riquezas, surgem conflitos engendrados por essa nova ordem. A violência, em particular os homicídios, que certamente é a maior agressão entre humanos, não se originou dessa nova ordem, mas, sem sombras de dúvidas é influenciada cotidianamente por desejos e ações não realizadas por uns e totalmente realizadas por outros. O conflito entre humanos, antes apenas de ordem social, assumiu dimensões mercadológicas, de status, de poder material total ou relativo. Os que não têm nada ou quase nada, buscam conquistar as “coisas” na força, na agressão, na violência, ou mesmo na perda da razão, e os homicídios é resultante disso.

Os danos que representa a violência, especialmente os homicídios, afetam a todos indistintamente, e mais diretamente a uma gama extensa de seguimentos produtivos, com reflexos nos índices de desenvolvimento, conseqüentemente, na conquista de um novo patamar no estágio civilizatório.

O estudo não deixa dúvidas de que a violência devido homicídios impacta negativamente o ritmo de crescimento econômico do município de Feira de Santana, conseqüentemente, o seu desenvolvimento. Os seguimentos produtivos pesquisados confirmam este fato. De modo que destacamos algumas constatações irrefutáveis:

- a) A violência devido homicídios tem crescido em ritmo elevado no município nos últimos anos quatro anos;
- b) O número de policiais é menos relevante no combate a violência que a qualidade do corpo policial;

- c) O comércio local tem suas vendas reduzidas, devido o menor fluxo de consumidores que visitam a cidade para realizar compras e também pela redução no número de pessoas com residência no próprio município, que temendo a violência sai menos de casa;
- d) As indústrias instaladas em áreas com elevado índice de violência evitam novos investimentos e passam a gastar mais com segurança, inclusive apoiando ações e realizando gastos com tarefas que cabem ao Estado;
- e) Para protestar contra a violência sofrida pela classe, motoristas e cobradores dos ônibus que atuam no transporte coletivo do município paralisam as atividades, causando prejuízos ao sistema e a população que necessita dos serviços;
- f) As empresas de ônibus realizam gastos com implantação de câmaras de vídeo e contratação de mais trabalhadores para atuarem na área de segurança, o que certamente influenciará no custo do serviço, conseqüentemente, no preço da tarifa;
- g) Devido gastos com a contratação de seguranças, vigilantes e monitoramento eletrônico, o custo dos serviços de educação no setor privado vem sendo inflacionado e certamente repassado ao preço das mensalidades, onerando as despesas das famílias;
- h) As pessoas que residem em áreas com maior incidência de crimes não são atendidas plenamente com os serviços de transporte, a exemplo de táxis, devido o temor da violência por parte dos taxistas;
- i) Os taxistas evitam trabalhar no turno da noite e, também, pegar passageiros com destino a áreas de elevado risco à violência, reduzindo o ganho da atividade;
- j) Alunos que frequentam cursos noturnos são obrigados a deixar a escola mais cedo, temendo ações de criminosos, prejudicando o aprendizado, conseqüentemente, a formação profissional e da cidadania;
- k) Bares e restaurantes passaram a receber menos clientes no horário noturno em decorrência do medo da violência. O percentual estimado de redução varia de 10% a 30% a depender da localidade onde o estabelecimento está instalado;
- l) Hotéis e pousadas passam a contratar seguranças devido à onda de assaltos que tem ocorrido no setor. Essa medida onera os custos dos estabelecimentos provocando elevação no preço dos serviços ofertados;
- m) O município não tem tradição turística, mas a violência crescente afasta a possibilidade de investimentos no setor, como também, reduz a frequência dos poucos turistas que visitam a cidade, principalmente os que estão de passagem pra outras localidades;

- n) O preço dos alugueis e dos imóveis situados em áreas com elevado índice de violência sofre retração em torno de 20%, e demanda mais tempo para alugar ou vender;
- o) Indivíduos e famílias na busca por segurança optam por morar em pequenos apartamentos em condomínios pagando taxas de administração, gerando redução nos níveis de poupança e investimentos que seriam destinados a educação, saúde, lazer, atividades culturais e outras;
- p) As empresas e as famílias passam a gastar com a contratação de serviços de segurança privada, com custo mínimo de R\$ 120,00 mensais;
- q) As atividades religiosas são afetadas pela violência, provocando o cancelamento e a transferência nos horários de eventos religiosos, para proteção dos fiéis no retorno pra casa;
- r) O setor público, no caso a prefeitura municipal, passa a gastar recursos de forma permanente no combate e prevenção a violência, desviando investimentos de áreas prioritárias para a melhoria de vida da população como saúde e educação;
- s) O impacto com a perda de anos produtivos devido homicídios somou 13.333,5 anos, estimado monetariamente em R\$ 74.509.182,00. A perda de anos produtivos devido à atuação dos homicidas no exercício de atividade criminosa em detrimento de atividades lícitas somou 9.600 anos, estimado monetariamente em R\$ 53.568.000,00;
- t) O impacto total estimado devido homicídios em 2008 é de R\$ 128.077.182 equivalente à aproximadamente 2,92% do PIB do município a preço de mercado projetado para o ano de 2009 da ordem de R\$ 4.379.183.000. Correspondendo a 28,03% das receitas orçamentárias da prefeitura municipal para o exercício 2009 da ordem de R\$ 456.885.603.

Demonstrou-se que o impacto da violência gera consequências gravíssimas, de grau diferenciado e em muitos casos imensuráveis ao contexto econômico e social estudado.

Além do impacto com a perda de “capital humano”, a violência tipificada nos homicídios provoca danos irreparáveis às famílias das vítimas e a sociedade, a exemplo do medo, pavor, fobias, insegurança e outros distúrbios.

A violência passou a integrar o cotidiano das pessoas nas médias e grandes cidades do país, num contexto de naturalidade. A vida, como bem maior e dádiva divina parece ter se transformado “apenas” em elemento estatístico.

As vítimas dos homicídios em sua maioria jovens, pobres, de baixa escolaridade, moradores das periferias distantes dos núcleos de poder, grande parcela envolvida no “mundo

das drogas”, passam a ser atores de novelas reais, tendo o Estado e seus entes como espectadores dessa anunciada e rotineira tragédia.

Como aceitar que em pleno auge do avanço tecnológico, das descobertas científicas, da ascensão dos meios de comunicação, da universalização da educação formal e da informação, a sociedade vivencie com tamanha barbárie?

Atribuir à elevação no número de homicídios ao modo de produção capitalista é simplificar uma equação bastante complexa. É certo que um sistema de produção excludente, que favorece a concentração de renda nas mãos de poucos, que imprime costumes e modifica tradições a todo instante, que lança no mercado diariamente uma série de produtos imprimidores de desejos e modificadores de padrões, os quais são vistos por todos, mas só adquiridos por uma pequena parcela da população, contribui enormemente para a formação e estruturação de fatores que alimentam e potencializam a violência.

No entanto, se o modo de produção capitalista contribui com suas características para o incremento da violência, também produz riquezas suficientes para financiar mecanismos de prevenção que reduza ao mínimo possível a incidência desse fenômeno junto à população.

É sabido que a pobreza exerce influência direta nos índices de violência, mas sendo essa apenas um componente do fenômeno, que assume maior ou menor importância conforme as condições ambientais que a envolve.

Nesse caso, é importante ter em mente a natureza da violência, que em nossos dias se alicerça da desestruturação do ambiente urbano, o qual desencadeia uma série de fatores, já descritos no estudo, que deságuam em mentes humanas desprovidas das mínimas condições de sobrevivência, encontrando no crime um salvo conduto para a manutenção da vida, sem temer a morte.

Assim posto, a redução da violência se reflete no combate a pobreza, em mudanças radicais na melhoria de vida das populações periféricas, na oferta concreta de oportunidades aos jovens das camadas mais carentes e desassistidas. No respeito aos direitos humanos, adotando punição exemplar aos integrantes das polícias que torturam e agredem física e psicologicamente os mais pobres, alimentando o estado de ódio, angústia e vingança, elementos que estimulam a travessia do certo para o errado.

Constatado que a violência impacta negativamente no desenvolvimento econômico, conclui-se que afeta a geração de riquezas, por consequência, influencia diretamente no aumento da pobreza, ocasionando mais violência. De forma que a escolha de dirigentes responsáveis, honestos, visionários no interesse do bem comum é de fundamental importância para o sucesso de qualquer iniciativa que vise redução da violência, haja vista, ser a corrupção

um elemento nocivo a adoção de políticas públicas sérias e dirigidas à resolução de problemas de tão grande profundidade como são os homicídios e suas consequências.

Em virtude do exposto, sugerimos:

- a) Implantação de centros comunitários em todas as áreas consideradas de alto risco a incidência de crimes. Nesses equipamentos seriam desenvolvidas atividades de lazer, esportivas, culturais e outras, envolvendo “todas” as crianças e adolescentes em condições de “risco” e com residência nas imediações dos centros;
- b) Se o desenvolvimento é um componente da liberdade, que os jovens possam transitar livremente nas suas comunidades e demais localidades sem serem agredidos moralmente com abordagens constantes da polícia, muitas vezes transformadas em torturas de todas as dimensões, inclusive assassinatos fabricados e justificados na categoria “auto de resistência”;
- c) Mais investimento no aparelho policial, com adoção de uma polícia científica e tecnicamente equipada, que possa proteger o cidadão através de ações preventivas e não repressivas, o que provoca mais violência;
- d) Adotar meios para acabar com a corrupção policial para evitar que as armas apreendidas cheguem aos bandidos e a corporação seja contaminada por elementos que não representam os interesses do Estado e da sociedade.
- e) Adoção de ações que vise melhorias no sistema educacional, priorizando o ensino fundamental com a implantação de escolas em tempo integral;
- f) Construir, reformar e manter cadeias e penitenciárias com elevado nível de qualidade, dando ao preso uma situação digna para que ele se recupere e retorne a sociedade como cidadão e não como um marginal piorado;
- g) Implantação de programas governamentais de geração de emprego e renda que busque dar cobertura a demanda por trabalho de jovens e adolescentes que residem em áreas de “risco”, proporcionando cursos técnicos e estágios remunerados através de parcerias com a iniciativa privada;
- h) Incentivo a implantação em todos os bairros de conselhos comunitários envolvendo dirigentes das igrejas, das associações comunitárias, empresários, educadores e da comunidade em geral, objetivando a adoção de projetos que vise o resgate da

cidadania com ênfase na cooperação, na cultura da paz, na educação ambiental e na economia solidária;

- i) Disponibilizar para as comunidades nos finais de semana a estrutura física das escolas para realização de eventos culturais e de geração de renda;
- j) Implantar nas áreas mais carentes do município unidades fabris para fornecer equipamentos escolares e outros de interesse coletivo, empregando na produção mão-de-obra de aprendizes e de jovens que estejam em condições de “risco”;
- k) Desenvolver ações conjuntas com as igrejas e outras entidades, buscando valorizar os laços familiares e de cidadania;
- l) Adoção sistemática da legislação penal no objetivo máximo de evitar a impunidade. O criminoso deve ser preso, julgado e, se condenado, deixá-lo preso;
- m) Implantação de programas de melhoria habitacional e sanitária nas áreas mais carentes, visando proporcionar melhores condições de vida às populações mais pobres;
- n) Implantação de programas que valorize a vida no campo, com a adoção de políticas de incentivo a agricultura familiar e outras que busque o resgate dos valores rurais;
- o) Ação permanente de melhorias das áreas degradadas, como forma de valorização dos espaços públicos e das comunidades que nelas residem;
- p) Adoção de políticas de combate efetivo do tráfico de drogas e implantação de centros de apoio aos dependentes, como forma de eliminar o maior componente da violência na atualidade;
- q) Numa esfera mais ampla, a mudança do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para Índice de Desenvolvimento Social e Tecnológico (IDST), o qual percebe-se que exista condições para análise e mensuração. Pois medir o “desenvolvimento humano” sem ter como componente de análise o incremento nos índices de violência, faz do IDH um índice falho.

Resta ao “homem”, fazer algo de concreto e urgente. Mas, urgente não é uma década, um século, um milênio, urgente é imediato, é agora!

REFERÊNCIAS

- 7 SOLUÇÕES contra o crime. **Veja**, São Paulo, Abril, 2005. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/100107/popup_crime.html>. Acesso em 4. jan. 2009.
- AÇOUGUEIRO tem cabeça aberta a golpe de facão. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 10 jun. 2008. Caderno Policial, p.7.
- ACUSADO de seqüestro em 2005 é morto com 10 tiros. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 24 jul. 2008. Caderno Policial, p. 09
- ADOLESCENTE morto com 10 tiros na Mangabeira. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 30 jan. 2008. Caderno Policial, p. 6.
- AJUDANTE de pedreiro morre por causa de um boné. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 04 jul. 2008. Caderno Policial, p. 09
- ALVES, José Eustáquio Diniz. População, pobreza e meio ambiente. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI v. 17, n.1, p.741-750, abr./jun. 2007.
- ARENDDT, Hnnah. **A condição humana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
_____. Da violência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ASSASSINOS matam rapaz na carona de moto-táxi. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 1 mar. 2008. Caderno Policial, p. 9.
- AUTÔNOMO é encontrado com um tiro no pescoço. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 5 ago. 2008. caderno policial, p.7.
- AUTÔNOMO é executado ao atender chamada de desconhecido. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 11 jul. 2008. Caderno Policial, p. 9.
- BAHIA. Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA). **[Site oficial]**. Disponível em: <<http://www.ssp.ba.gov.br>>. Acesso em: 4 mar. 2009.
- BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.
- “BALA perdida” mata menor no George Américo. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 05 ago. 2008. Caderno Policial, p. 7.
- BANFIELD, Edward. **A crise urbana: natureza e futuro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- BISCATEIRO é morto na Queimadinha. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 26 jul. 2008. Caderno Policial, p. 14
- BORRACHEIRO executado com seis tiros na Lagoa Salgada. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 27 ago. 2008. Caderno Policial, p. 7.
- BRANDÃO, Carlos. **Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 4 mar. 2009.

- BRASIL. Secretária de Assuntos Estratégicos. Ipeadata. **Número de homicídios no Brasil, 1980-2002**. Disponível em:
<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?sessionID=524158298&tick=1249755203423&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%2825789188%Mod=S>. Acesso em: 14 jun. 2009.
- BURDEAU, Borges. **O Estado**. Portugal: Publicações Europa-América, 1970.
- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável : dimensões e desafios**. Campinas: Papirus, 2003.
- CARVALHO, Silvio Roberto Bastos. **Estudo exploratório dos custos da (in)segurança na Bahia: correlações socioeconômicas**. Salvador, 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional)-Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2007.
- CASAL é morto a tiros na presença do filho de sete anos. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 23 jul. 2008. Caderno Policial, p. 7.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana: urbanização, desenvolvimento e dependência**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- CDL-FS CLUBE DE DIRIGENTES LOJISTAS DE FEIRA DE SANTANA. **Anuário estatístico de Feira de Santana, 2008**. Feira de Santana, 2009. Disponível em:
<<http://www.cdllfs.com.br/feiradesantana.php>> Acesso em: 10 jun. 2009.
- CERQUEIRA, D. et al. **Análise dos custos e conseqüências da violência no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007. 61p. (Texto para Discussão, 1284).
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 233-270, 2004.
- CHAVES, Lázaro Curvêlo. Reflexões sobre a violência: o Brasil em estado de Guerra Civil. **Revista espaço acadêmico**, v. 1, n. 9, fev. 2002. Disponível em:
<<http://www.espacoacademico.com.br/009/09lazaroh.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2009.
- CINCO crimes no 1º fim de semana. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 08 jan. 2008. Caderno Policial, p. 7.
- COMERCIANTE baleado na porta de casa morre no HGCA. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 12 jan. 2008. Caderno Policial, p. 12.
- COMERCIANTE é assassinado na Rua Nova. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 14 mai. 2008. Caderno Policial, p. 5.
- CORPO encontrado no Sítio Novo. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 09 maio 2008. Caderno Policial, p. 5.
- COSTA GOMES, Carlos Alberto da. **Espaço urbano e criminalidade: uma breve visão do problema**. Salvador, Bahia: Grupo de Pesquisa em Segurança Pública, Violência e Cidade. UNIFACS, 2004. Disponível em:
<<http://www.observatorioseguranca.org/pdf/ARTIGOCOSTAGOMESREVISTO.pdf>> Acesso em: 23 dez. 2009.
- CRIANÇA de 12 anos é executada a pedradas. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 29 mar. 2008. Caderno Policial, p. 9.
- C. W.; MOTA, J. A.; PIANCASTELLI, M. (Org.). **Ensaio de economia regional e**

urbana. Brasília: IPEA, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado.** 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

DEMO, Pedro. **Pobreza política, polêmicas do nosso tempo.** 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

DETENTO é fuzilado em tentativa de fuga no presídio. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 25 jun. 2008. Caderno Policial, p.3.

DISCUSSÃO no trânsito acaba com dois mortos. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 25 jun. 2008. Caderno Policial, p. 5.

DISCUSSÃO por namorada causou crime. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 14 jun. 2008. Caderno Policial, p.7.

DOIS assassinatos e um morto em tiroteio com PM. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 26 ago. 2008. Caderno Policial, p. 7.

DOIS assassinatos no fim de semana. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 3 jun. 2008. Caderno Policial, p. 7.

DOIS homens foram mortos e uma mulher ferida em plena luz do dia. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 30 - 31 ago. 2008. Caderno Policial, p. 3.

DOIS jovens mortos em 24 horas. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 15 mar. 2008. Caderno Policial, p. 9.

DOIS menores assassinados em menos de 48 horas. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 14 jun. 2008. Caderno Policial, p. 7.

DOIS morrem em chacina no Limoeiro. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 26 jul. 2008. Caderno Policial, p. 14.

DUPLOS assassinatos marcam a onda de violência no mês. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 23 jul. 2008. Caderno Policial, p. 7.

ESPINHEIRA, Gey. **Desaparecimento e desaparecidos:** um estudo da violência urbana. Salvador: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia/CEFJIJ, 1999.

_____. **Sociabilidade e violência.** Salvador: EDUFBA, 2004.

_____. (Org.). **Sociedade do medo:** teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência. Salvador: EDUFBA, 2008.

EMPRESA e familiares vivem dia de terror. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 13 maio 2008. Caderno Policial, p. 5.

EMPRESÁRIO é morto em assalto na presença dos filhos. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 15 abr. 2008. Caderno Policial, p. 7.

ESTUDANTE foi ao encontro da morte, lamenta pedreiro. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 30 maio 2008. Caderno Policial, p. 9.

ESTUDANTE tem cabeça decepada a golpes de facão. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 19 mar. 2008. Caderno Policial, p.7.

EVILÁQUA, Maurício. **Princípios de economia:** evolução da atividade econômica. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

EX-INTEGRANTE da 5ª Elite é assassinado. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 23 fev. 2008. Caderno Policial, p. 9.

EX-PRESIDIÁRIO é morto na Fonte do Lili. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 26 fev. 2008. Caderno Policial, p. 9.

EX-PRESIDIÁRIO executado a tiros na Queimadinha. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 19 jun. 2008. Caderno Policial, p. 7.

FEIRA DE SANTANA: **Aspectos gerais**, 2009. Disponível em:
<<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/conteudo.asp?id=6>> Acesso em: 13 mar. 2009.

FERRAZ, Hermes. **A violência urbana**. São Paulo: João Scortecci, 1994.

FERREIRA, Pinto. **Sociologia do desenvolvimento**: teoria do desenvolvimento econômico. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

FGV- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Retratos do cárcere**. Retrato da população carcerária de São Paulo e Rio de Janeiro em 2006. Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cps/simulador/retratosdocarcere/index.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2010.

FIM de semana teve outros dois homicídios em Feira de Santana. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 18 mar. 2008. Caderno Policial, p. 6.

FINAL de semana sangrento com três assassinatos. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 22 jan. 2008. Caderno Policial, p. 5.

FOI o segundo menor assassinado este ano. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 30 jan. 2008. Caderno Policial, p. 6.

FUNCIONÁRIO do TRT é encontrado crivado de balas. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 08 jul. 2008. Caderno Policial, p.7.

GAROTO de 15 anos foi um dos mortos em assalto a ônibus. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 30 maio 2008. Caderno Policial, p. 9.

GAROTO morre com tiro na cabeça no dia do aniversário. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 15 abr. 2008. Caderno Policial, p. 7.

GRUPO invade bar, fecha portas e fere três a bala, matando um. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 1º mar. 2008. Caderno Policial, p. 9.

GUARDA municipal é assassinado a facadas em Humildes. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 19 fev. 2008. Caderno Policial, p. 9.

HIRSCHMAN, Albert. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HOMEM executado a tiros no Rocinha. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 20 fev. 2008. Caderno Policial, p.7.

HOMEM é executado a tiros no bairro SIM. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 05 ago. 2008. Caderno Policial, p. 7.

HOMEM é executado no local de trabalho. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 22 fev. 2008. Caderno Policial, p. 9.

HOMICÍDIOS chocam Humildes e Maria Quitéria. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 19 fev. 2008. Caderno Policial, p. 9.

IBGE. **Censo demográfico 2000**: microdados. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Estatísticas de pobreza.** Rio de Janeiro, 2006.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/glossario/pobreza.html>> Acesso em: 8 dez. 2008.

_____. **Síntese dos indicadores sociais.** Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=132&id_pagina=1>. Acesso em: 8 dez. 2008.

_____. **Tábuas completas de mortalidade - 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2007/default.shtm>> Acesso em: 20 abr. 2009.

IPEA- INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICA APLICADA. **O Brasil pode erradicar a pobreza até 2016.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/desigualdadepobrezabrasil/capitulo01.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2010.

JÉSSICA, 12 anos: outra criança assassinada. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 13 maio 2008. Caderno Policial, p. 3.

JOVEM assassinado a tiros no Jussara. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 8 abr. 2008. Caderno Policial, p. 7.

JOVEM é assassinado a facada na Presidente Dutra. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 13 ago. 2008. Caderno Policial, p. 7.

JOVEM é assassinado dentro de casa no Feira IX. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 25 jun. 2008. Caderno Policial, p.5.

JOVEM é executado a tiros na Santa Mônica. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 12 fev. 2008. Caderno Policial, p.12.

JOVEM é morto com tiro na cabeça no Jussara. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 17 mai. 2008. Caderno Policial, p.7.

JOVEM executado a tiros no Areal. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 8 jan. 2008. Caderno Policial, p. 7

JOVEM morre por causa de bermuda. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 15 jul. 2008. Caderno Policial, p. 3

JUIZ aposentado é baleado e morto marginal morto durante assalto. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 12 jun. 2008. Caderno Policial, p.7.

LAVADOR de carros morto a tiros no Viveiros. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 05 jul. 2008. Caderno Policial, p. 5.

LAVRADOR mata amigo e depois comete suicídio. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 14 jun. 2008. Caderno Policial, p.7.

LEMOS, Alan Alexander Mendes et al. Um modelo para análise socioeconômica da criminalidade no município de Aracaju-2005. **Estudos Econômicos**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101>> Acesso em: 10 dez. 2008.

MÃE e filho são executados a tiros na Gabriela III. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 15 mar. 2008. Caderno Policial, p. 9.

MAIS um assassinato: 2008 teve média uma morte por dia. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 2 jan. 2009. Disponível em:

<http://www.tribunafeirense.com.br/noticia_ler.php?codnoticia=529&categoria=Cidade&subcategoria=Eventos> Acesso em 3 jan. 2009.

MAIS violento dos últimos 4 anos, maio termina com 24 crimes. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 3 jun. 2008. Caderno Policial, p.7

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1993.

MECÂNICO é vítima de latrocínio no Caseb. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 8 jan. 2008. Caderno Policial, p. 7.

MENOR é morto a tiros enquanto dormia. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 12 jun. 2008. Caderno Policial, p. 7.

MENOR é morto com tiro na nuca na Lagoa Subaé. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 27 jun. 2008. Caderno Policial, p. 7.

MENOR foi espancado antes de morrer. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 28 maio 2008. Caderno Policial, p. 5.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MILONE, Paulo César. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf>> Acesso em: 10 dez.2008.

_____. **Violência e saúde**. São Paulo: Editora Fiocruz, 2006.

MORTE de mendigo é mistério. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 17 jan. 2008. Caderno Policial, p. 5.

MOTOBOY é morto com vários tiros no Santo Antônio dos Prazeres. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 26 jul. 2008. Caderno Policial, p. 14.

MOTOQUEIROS voltam a atacar e matam lavador de carros. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 06 jun. 2008. Caderno Policial, p. 09

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

NURKSE, R. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OLIVEIRA, Eliocy Eduarda. **O desigal combinado: habitação social e processo de periferização urbana em Feira de Santana**. Salvador, 2004. 243 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional e Urbano)-Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e a exceção ou o Estado de exceção? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 1, maio 2003.

OLIVEIRA, Gilson Batista; LIMA, Edmilson de Souza (Org.). **O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**. São Paulo: Annablume, 2006.

ONU BRASIL. **Desenvolvimento e IDH**. 2009. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>> Acesso em: 16 out. 2009.

OUTRO envolvido morreu em troca de tiros com um 'amigo'. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 24 jul. 2008. Caderno Policial, p. 9.

OUTROS três homicídios ocorreram na quarta. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 11 jan. 2008. Caderno Policial, p. 6.

PAI de 10 filhos é executado. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 26 jul. 2008. Caderno Policial, p. 14.

PEDREIRO é morto com seis tiros na Galiléia. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 11 jan. 2008. Caderno Policial, p. 6.

PEDREIRO foi executado no domingo. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 26 fev. 2008. Caderno Policial, p. 9.

PEDREIRO morre vítima de espancamento. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 22 jan. 2008. Caderno Policial, p. 5.

PM é encontrado morto em barraca. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 8 abr. 2008. Caderno Policial, p. 7.

PEREIRA, José. **Violência: uma análise do “homo brutalis”**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

PEYREFITTE, Alain. **A sociedade de confiança: ensaio sobre as origens e a natureza do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PM ASSASSINADO ao reagir a assalto. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 15 jul. 2008. Caderno Policial, p. 3.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2001. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em: 16 out. 2009.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano - 1997**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr97/rdh7-1.htm>> Acesso em: 16 out. 2009.

POCHMANN, Márcio. Dados devem orientar projetos, diz Pochmann. **Folha de São Paulo**, ago. 2009.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHWISKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. São Paulo: Rêspel, 2003.

PROJETO FIQUE VIVO. CRISP – UFMG. Disponível em: <http://www.crisp.ufmg.br/home.htm>. Acesso em 4. jan. 2009.

QUATRO assassinatos no final de semana. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 11 mar. 2008. Caderno Policial, p. 7.

QUATRO homens matam paraplégico. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 18 mar. 2008. Caderno Policial, p. 6.

RASTRO de sangue na Rua Nova. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 30 - 31 ago. 2008. Caderno Policial, p. 3.

RITLA- REDE DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA LATINO-AMERICANA. **O mapa da violência dos municípios brasileiros**. 2008. Disponível em: <http://www.ritla.org.br/index.php?option=com_content&task=view&lang=pt&id=2313>. Acesso em: 10 dez. 2008.

- RIXA antiga acaba em morte no bairro São João. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 11 jul. 2008. Caderno Policial, p.9.
- RONDON, Vinícius Velasco. **Custos da criminalidade no município de Belo Horizonte: duas abordagens sobre as perdas de bem-estar**. Belo Horizonte, 2003. 193 f. Dissertação (Mestrado em Economia)– Universidade Federal de Minas Gerais – Cedplar. Belo Horizonte, 2003.
- ROSSETT, José Paschoal. **Introdução a Economia**. São Paulo: Atlas, 2003.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.
- _____. Guerra dos lugares. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, ago. 1999.
- SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Índices de desenvolvimento econômico e social dos municípios baianos: 2002**. Salvador, 2002. Disponível em : <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 4 mar. 2009.
- SILVA, José Fernando Siqueira da. **“Justiceiros” e violência urbana**. São Paulo: Cortez, 2004.
- SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- SOLDADO PM reage a assalto e mata dois bandidos. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 29 maio 2008. Caderno Policial, p. 7.
- SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.
- _____. **Desenvolvimento econômico: desenvolvimento segundo a Cepal e o desenvolvimentismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1999.
- TESTEMUNHA de crime do garoto é morta a tiros. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 09 ago. 2008. Caderno Policial, p.9.
- TEXEIRA, Evandro Camargo; SERRA, Mauricio Aguiar. **Estimando o impacto econômico da violência: custos da criminalidade em Curitiba**. Curitiba, 2005. f. 123. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico) Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2005.
- TIROTEIO e morte no Papagaio. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 26 ago. 2008. Caderno Policial, p. 7.
- TRÊS homens levam veículo e matam moto-taxista. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 15 fev. 2008. Caderno Policial, p. 10.
- ÚLTIMO fim de semana de abril com 4 homicídios. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 29 abr. 2008. Caderno Policial, p. 5.
- O ÚLTIMO adeus a mãe e filha assassinadas. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 05 mar. 2008. Caderno Policial, p. 7.
- UM MORTO e outro ferido em atentado no 35º BI. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 16 maio 2008. Caderno Policial, p.7.

VENDEDOR morreu a tiro; família acusa PM. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 26 jul. 2008. Caderno Policial, p. 14.

VIOLÊNCIA não pára; mais um jovem executado a tiros. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 12 jan. 2008. Caderno Policial, p. 12.

VÍTIMA de cinco tiros, adolescente morre no Cleriston. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 29 mar. 2008. Caderno Policial, p. 9.

WIKIPEDIA. **Lista de estados do Brasil por expectativa de vida**. 2008. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_estados_do_Brasil_por_expectativa_de_vida> Acesso em: 20 abr. 2009

YWATA, D. et al. **Custos das mortes por causas externas no Brasil**. Disponível em: <http://www.fcav.unesp.br/RME/fasciculos/v26/v26_n3/A2_Alexandre.pdf>

Acesso em: 4 mar. 2009.

APÊNDICE A - Questionários de pesquisa para dissertação

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO

Nome do entrevistado: Dom Itamar Viana

Entidade: Representante da Igreja Católica

Como mostra essa matéria publicada no Jornal Tribuna Feirense, no ano de 2008 foram assassinadas 295 pessoas no Município de Feira de Santana, o que representou aumento de 35% no número de homicídios, se comparado ao ano de 2007. Pergunto:

1. Essa elevação nos índices de homicídios afeta de alguma forma o trabalho da igreja:
 Sim () Não() Não sabe/ Não opinou()

Caso a resposta seja sim – perguntar:

2. De que forma? _____

3. A igreja Católica de Feira de Santana desenvolve algum trabalho visando à redução nos índices da violência? Sim () Não() Não sabe/ Não opinou ()

Caso a resposta seja sim – perguntar:

4. Que tipo de trabalho? _____

5. Em sua opinião o que causa essa elevação nos índices de violência?

6. Nos últimos dois anos o governo federal, estadual ou municipal promoveu algum tipo de parceria ou mesmo discussões com as empresas/entidades ligadas a esse setor tendo como tema a questão da violência?

Sim () Não() Não sabe/ Não opinou ()

Caso positivo descrever a(s) ações/discussões _____

7. Gostaria que o(a) Sr(a) oferecesse algumas sugestões que se adotadas poderiam contribuir para a redução dos atuais índices de violência.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO

Nome do entrevistado: _____

Entidade/empresa: _____

Como mostra essa matéria publicada no Jornal Tribuna Feirense, no ano de 2008 foram assassinadas 295 pessoas no Município de Feira de Santana, o que representou aumento de 35% no número de homicídios, se comparado ao ano de 2007. Pergunto:

1. Essa elevação nos índices de homicídios afeta de alguma forma a atividade: _____? (Citar a(s) atividade(s) da área pesquisada.

Sim () Não() Não sabe/ Não opinou ()

Caso a resposta seja sim – perguntar:

2. De que forma? _____

3. O senhor acredita, ou mesmo possui algum estudo indicando que a elevação nos índices de violência, em especial dos homicídios, restringe a visita de consumidores ao Município de Feira de Santana?

Sim () Não() Não sabe/ Não opinou ()

4. As empresas/entidades desse setor possuem algum tipo de política direcionada a questão da violência?

Sim () Não() Não sabe/ Não opinou()

Caso positivo descrever a(s) política(s) _____

5. Nos últimos dois anos o governo federal, estadual ou municipal promoveu algum tipo de parceria ou mesmo discussões com as empresas/entidades ligadas a esse setor tendo como tema a questão da violência?

Sim () Não() Não sabe/ Não opinou()

Caso positivo descrever a(s) ações/discussões _____

6. Gostaria que o(a) Sr(a) oferecesse algumas sugestões que se adotadas poderiam contribuir para a redução dos atuais índices de violência.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO

Nome do entrevistado: Sr. Danilo Lucena

Entidade/empresa: Empresa de Segurança Olho de Águia

Como mostra essa matéria publicada no Jornal Tribuna Feirense, no ano de 2008 foram assassinadas 295 pessoas no Município de Feira de Santana, o que representou aumento de 35% no número de homicídios, se comparado ao ano de 2007. Pergunto:

1. Quanto em média foi à elevação verificada na procura dos serviços prestados por sua empresa nos últimos anos?

2. Existe um preço diferenciado pela segurança prestada a uma propriedade situada numa área mais segura, do preço cobrado numa área considerada menos segura?

Sim () Não() Não sabe/ Não opinou ()

3. Quanto em média uma residência e uma empresa paga mensalmente pelo serviço de segurança disponibilizado por essa empresa?

Residência R\$ _____ Empresa R\$ _____

4. Nos últimos dois anos o governo federal, estadual ou municipal promoveu algum tipo de parceria ou mesmo discussões com a participação da sua empresa, tendo como tema a questão da violência?

Sim () Não() Não sabe/ Não opinou ()

Caso positivo descrever a(s)
ações/discussões _____

5. Gostaria que o(a) Sr(a) oferecesse algumas sugestões que se adotadas poderiam contribuir para a redução dos atuais índices de violência.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO

Nome do entrevistado: Senhoras Ângela Carneiro e Joelma Fernandes

Entidade/empresa: Asplac – Administração Patrimonial

Como mostra essa matéria publicada no Jornal Tribuna Feirense, no ano de 2008 foram assassinadas 295 pessoas no Município de Feira de Santana, o que representou aumento de 35% no número de homicídios, se comparado ao ano de 2007. Pergunto:

1. Essa elevação nos índices de homicídios afeta de alguma forma a atividade: _____? (Citar a(s) atividade(s) da área pesquisada.
Sim () Não() Não sabe/ Não opinou ()

Caso a resposta seja sim – perguntar:

2. De que forma? _____

3. É cobrado um preço maior pela administração de um condomínio por esse estar situado numa área com maior incidência de violência?

Sim () Não() Não sabe/ Não opinou()

4. Quanto em média um condomínio com 30 casas gasta mensalmente com o item segurança?
R\$ _____

5. É possível afirmar que a elevação nos índices de violência vem elevando as despesas dos condomínios?

Sim () Não() Não sabe/ Não opinou()

Caso a resposta seja sim – perguntar:

De que forma? _____

6. Gostaria que o(a) Sr(a) oferecesse algumas sugestões que se adotadas poderiam contribuir para a redução dos atuais índices de violência.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO

Nome do entrevistado: Missael Feritas de Santana

Entidade: Secretária Municipal de Prevenção a Violência e Promoção dos Direitos Humanos

Como mostra essa matéria publicada no Jornal Tribuna Feirense, no ano de 2008 foram assassinadas 295 pessoas no Município de Feira de Santana, o que representou aumento de 35% no número de homicídios, se comparado ao ano de 2007. Pergunto:

1. Essa elevação nos índices de homicídios afeta de alguma forma a economia do município?

Sim () Não() Não sabe/ Não opinou()

Caso a resposta seja sim – perguntar:

2. De que forma? _____

3. O senhor acredita, ou mesmo possui algum estudo indicando que a elevação nos índices de violência, em especial dos homicídios, restringe a visita de pessoas ao Município de Feira de Santana?

Sim () Não() Não sabe/ Não opinou()

Gostaria que o senhor justificasse a resposta?

4. Qual o orçamento para o ano de 2009, as ações mais urgentes e a estrutura da secretária visando o trabalho de redução da violência e a promoção dos direitos humanos?

Orçamento

R\$ _____

5. Gostaria que o(a) Sr(a) oferecesse algumas sugestões que se adotadas poderiam contribuir para a redução dos atuais índices de violência.

APÊNDICE B - Cálculo do impacto com a perda de anos produtivos devido homicídios - vítimas do sexo feminino

a) Quantidade de vítimas = 20

b) Perda média em anos = 43,8 (conforme expectativa de vida para a Bahia)

Resultado da perda total em anos - $20 \times 43,8 = 876$

**APÊNDICE C - Cálculo do impacto com a perda de anos produtivos devido homicídios -
vítimas do sexo masculino**

a) Quantidade de vítimas = 275

b) Perda média em anos = 45,3 (conforme expectativa de vida para a Bahia)

Resultado da perda total em anos - $275 \times 45,3 = 12.457,5$

APÊNDICE D - Cálculo do impacto monetário total da violência devido o dispêndio de tempo gasto pelos indivíduos no exercício da atividade criminosa

- a) Quantidade de homicidas = 384
- b) Tempo estimado de atuação na atividade criminosa = 25 anos.
- c) Impacto anual por homicida = R\$ 5.580,00
- d) Impacto médio por homicida no período total = R\$ 5.580,00 x 25 = 139.500,00
- e) Impacto anual do total de homicidas = R\$ 5.580,00 x 384 = R\$ 2.142,720
- f) Impacto monetário total de anos produtivos dos homicidas = R\$ 2.142,720 x 25 anos
= R\$ 53.568.000,00 ou 139.500,00 x 384 = R\$ 53.568.000,00

APÊNDICE E - Cálculo do impacto total da violência devido a perda de anos produtivos das vítimas de homicídios

- a) Quantidade de vítimas do sexo feminino = 20
- b) Impacto total com a perda de anos produtivos das vítimas do sexo feminino
R\$ 5.580,00 (impacto anual) x 43,8 (tempo médio de vida em anos) = 244.683,00 x
20 (número de vítimas) = R\$ 4.893.660,00
- c) Quantidade de vítimas do sexo masculino = 275
- d) Impacto total com a perda de anos produtivos das vítimas do sexo masculino
R\$ 5.580,00 (impacto anual) x 45,3 (tempo médio de vida em anos) = 253.147,35 x
275 (número de vítimas) = R\$ 69.615.522,00
- e) Impacto monetário total de anos produtivos devido homicídios

= Somatório de b+d = R\$ 74.509.182,00